

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
MUSEU NACIONAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**No “Coração do Brasil”:  
Roquette-Pinto e a expedição à Serra do Norte (1912)**

Rita de Cássia Melo Santos

Rio de Janeiro

2011

**No “Coração do Brasil”:  
Roquette-Pinto e a expedição à Serra do Norte (1912)**

Rita de Cássia Melo Santos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: João Pacheco de Oliveira

Rio de Janeiro

Fevereiro 2011

**No “Coração do Brasil”:  
Roquette-Pinto e a expedição à Serra do Norte (1912)**

Rita de Cássia Melo Santos

Orientador: João Pacheco de Oliveira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Aprovada por:

---

Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira (orientador)

---

Prof.a Dr.a Giralda Seyferth

---

Prof.a Dr.a Heloísa Bertol Domingues Rodrigues

---

Prof.a Dr.a Nísia Trindade Lima

---

Prof. Dr. Antônio Carlos de Souza Lima (Suplente)

---

Prof. Dr. Benoît L’Estoile (Suplente)

Rio de Janeiro  
Fevereiro 2011

Santos, Rita de Cássia Melo

No “Coração do Brasil”: Roquette Pinto e a Expedição à Serra do Norte (1912)/Rita de Cássia Melo Santos/Rio de Janeiro, UFRJ, 2011

Orientador: João Pacheco de Oliveira

129p.: Dissertação (mestrado) UFRJ/Museu Nacional/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social 2011.

1. Roquete-Pinto; 2. Coleções Etnográficas; 3. Museu Nacional; 4. Índios Nambiquaras; 5. Índios Parecis. I Oliveira, João Pacheco de. II Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. III. Título.

## RESUMO

SANTOS, Rita de Cássia Melo – “No ‘Coração do Brasil’: Roquette Pinto e a Expedição à Serra do Norte (1912)”

Orientador: Dr. João Pacheco de Oliveira. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS/Museu Nacional

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Esse trabalho estuda as relações entre Museus, Antropologia e Coleções Etnográficas a partir da expedição de Roquette-Pinto à Serra do Norte, em 1912. Médico de formação, Roquette-Pinto ingressou no Museu Nacional no ano de 1906 onde deu início à sua profissionalização como antropólogo e etnógrafo. A expedição por ele realizada contou com a parceria estabelecida, à época, pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro com a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA). Tal parceria, formulada em termos de cooperação mútua, em que o Museu Nacional atestava a legitimidade científica dos empreendimentos da CLTEMTA e esta fornecia aos integrantes do Museu as condições técnicas necessárias à formação de coleções científicas, imbricava um contexto mais amplo de “redescoberta do Brasil” e de gestão de suas populações. Nesse sentido, busco investigar o etnógrafo, as coleções que formou para a sua instituição, suas redes de apoio e legitimação e a “situação etnográfica”, numa tentativa de estabelecer uma conexão com as demandas contemporâneas colocadas aos Museus e instituições congêneres, pelas populações provindas daquela situação de pesquisa. Esse esforço resulta na apresentação das conexões entre Antropologia e Colonialismo, bem como as esferas políticas da prática antropológica para a situação analisada. Restituindo-lhe a importância e os significados de seu tempo contemporâneo, que foram minimizados pela mudança do eixo teórico da Antropologia no Brasil durante a alteração do seu lugar de produção e ensino – “dos Museus às pós-graduações”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Roquette-Pinto; Museu Nacional; Coleções Etnográficas; Parecis; Nambiquaras.

## ABSTRACT

SANTOS, Rita de Cássia Melo – “No ‘Coração do Brasil’: Roquette Pinto e a Expedição à Serra do Norte (1912)”

Orientador: Dr. João Pacheco de Oliveira. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS/Museu Nacional

This work studies the relations between Museums, Anthropology and Ethnographical Collections based on the expedition of Roquette-Pinto to Serra do Norte in 1912. Educated as a doctor, Roquette-Pinto entered the Museu Nacional in Rio de Janeiro and the Commission of Strategic Telegraphic Lines from Mato Grosso to Amazonas (CLTEMTA). This partnership, formulated in terms of mutual cooperation, in which the Museu Nacional asserted the scientific legitimacy of CLTEMTA's work and provided to the latter the necessary technical conditions for the formation of scientific collections, and was located in a wider context of “rediscovery of Brazil” and administration of its populations. In this sense, the goal is to investigate the ethnographer, the collections formed for his institution, his networks of support and legitimization and the “ethnographic situation”, in an attempt to establish a connection with the contemporary demands on Museums and similar institutions by the populations coming from the researched area. This attempt results in the presentation of connections between anthropology and colonialism, such as the political spheres of anthropological practice in the situation that this work analyses. Contemporary importance and meanings are reinstated; those which have been minimized by the change in anthropological theory in Brazil during the shift in its position of production and teaching – “from Museums to post-graduation”.

KEY-WORD: Roquette-Pinto; Museu Nacional; Coleções Etnográficas; Parecis; Nambiquaras.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho versa sobre a expedição de Roquette Pinto à Serra do Norte, em 1912. Ao final da trajetória que culminou nesta dissertação, sinto-me como se estivesse concluindo a minha própria expedição, em busca daquela liderada pelo etnógrafo em meio à Comissão Rondon. E eu não estive só. Terminado o tempo de pesquisa e o de escrita, ao longo do caminho, contrai muitas dívidas as quais devo agradecer por não ter como e tampouco querer findá-las.

Como numa expedição, foi imprescindível a presença de um guia. João Pacheco de Oliveira, meu guia primeiro nos campos da antropologia, conduziu-me pelas terras desconhecidas e repletas de percalços por onde me embrenhei. Detentor dos mapas de orientação, conhecedor da língua de seus habitantes e dos segredos do caminho, agradeço-lhe pela relação de cumplicidade e pela parceria estabelecida, conjugada a sua segurança, clareza e generosidade. Espero poder com elas contar nas próximas investidas acadêmicas.

Do PPGAS/MN obtive todo apoio necessário. Os recursos financeiros concedidos através da Bolsa CAPES e do auxílio pesquisa foram mais que necessários à realização desse empreendimento. Além disso, seus professores, desbravadores de muitos outros sertões, em muito aumentaram a minha bagagem com ferramentas úteis e em muito utilizadas. Agradeço a José Sérgio Lopes, Giralda Seyferth, Federico Neiburg, Olívia Cunha e Márcio Goldman pela generosidade com que conduziram as suas aulas onde pude recolher vários desses instrumentos; Adriana Vianna e Moacir Palmeira, além das aulas, me presentearam com uma relação afetuosa e incentivadora, fundamental ao desenrolar desse e de outros trabalhos; Antônio Carlos de Souza Lima e Benoît L'Estoile, pelos corredores apressados do Museu Nacional, sempre reservavam um tempo à indicação de livros e caminhos e, por isso, a eles também sou grata. Nos domínios externos às salas, Carla e Alessandra (na biblioteca), Tânia, Isabele e Adriana (na secretaria) e D. Carmem e Fabiano (na copiadora) concorreram para que tudo funcionasse bem e facilitaram em muito o meu cotidiano na instituição.

A leitura crítica e as sugestões de Nísia Trindade, Heloísa Bertol e Giralda Seyferth na banca de avaliação dessa dissertação foram fundamentais ao término (mesmo que provisório) desse trabalho. A elas agradeço a generosidade com que conduziram as suas arguições indicando seguros caminhos por onde poderei continuar a trilhar minha caminhada.

Os companheiros de cursos foram elementos felizes encontrados. Dos expedicionários de primeira viagem que comigo ingressaram no PPGAS, gostaria de registrar minha gratidão a Lilian Gomes, Rodica Weitzman, Paulo Victor, Peter Fremlin e Mariana Renou; dos já mais

experimentados, a Guillermo Sanabria, Marcelo Mello, João Laguéns, Magdalena Toledo, Aline Magalhães e Andrea Roca. Em outros caminhos conexos a esse pude encontrar Paula Lacerda e Letícia Carvalho que, mais que uma surpresa feliz desses caminhos, tornaram-se companheiras fiéis de muitas outras viagens que espero continuar a trilhar em suas companhias. Thiago Oliveira e Sérgio Veloso, igualmente conhecidos por meio desses caminhos, espero seguir compartilhando de suas amizades.

Em campo é preciso lembrar as muitas ajudas que tive e sem as quais esse trabalho também não poderia ter sido realizado. Na Academia Brasileira de Letras, Paulino, Maria, Juliana, Camila e Elizabeth. No Museu Nacional há muitos a quem agradecer. No Setor de Memória e Arquivo, a Maria José, Gustavo Barroso, Sandra Gonçalves, Silvia Moura, Márcia Pereira e Ubirajara Queiroz; na Biblioteca Geral, a Antônio Carlos e Lendra Oliveira; no setor de fotografia, a Roosevelt Rodrigues, Sérgio Frazão e Sérgio Nascimento; no Arquivo de Antropologia Física, a Mônica Soares e Ricardo Ventura; no Setor de Etnologia, a Fátima Nascimento e Crenivaldo Veloso Jr. No arquivo do Museu Paulista a Tatiana Vasconcelos e em sua biblioteca a Helton Wanerley e Kátia Bruno.

Das minhas primeiras expedições realizadas, trago comigo as felizes descobertas que pude realizar ao lado de Mariana Dantas, Thaís Brayner e Karolline Brasileiro. As lembranças daqueles momentos continuam por aqui, de algum modo me dizendo o porquê dos novos caminhos escolhidos.

Na chegada às terras cariocas, minhas primeiras anfitriãs, Mariana Baltar e Bia Paes, foram fundamentais ao meu acolhimento. Com elas pude conhecer Joyce; André e Luana; Raika e João; Bel; Bia Cruz, Nira e Carlito, vó e as muitas tias; D. Nete e “Seu” Zé que de certo modo me adotaram e me fizeram sentir em casa, mesmo estando muito longe dela. Sem o carinho e as muitas risadas com eles compartilhadas, o Rio de Janeiro não teria metade da sua graça.

Os rumores vindos das florestas distantes alimentaram e alimentam em muito essa viagem. Os estímulos, as mensagens de carinho e, principalmente, os votos de que tudo daria certo, foram combustíveis animadores nas horas mais difíceis. As palavras de incentivo constantemente proferidas por Itala, Ieda e Lúcia Vianna; Gabi França; Ana, Carlos e Juliana Vicente; Gleyce Kelly; Ezequiel Canário; Pablo Spindola; Antônio Paulo; Natália Barros; Flávia Roberta e Marinês; Robério Cavalcante; Izabel Nunes; Luiz Carlos; Solidônio; Nathalia Cimi e Bruna Katharine foram sempre recebidas com grande alegria.

O incentivo incondicional, a afetividade e o carinho sem limites de D. Tereza, “Seu” Du, Zebé, Caio, Sabrina, Nino, Carol e Dete; Adriana, Dada, Margarida, Francisco e José,

foram fundamentais aos primeiros passos rumo a essa viagem e a tantas outras já realizadas. O amor deles comigo compartilhado é um dos sentimentos mais preciosos que trago em minha caminhada.

Para Antônio, Antônia e Rita, irmão, mãe e avó da viajante: não há dicionário que me possa fornecer as palavras do que eu sinto quando percebo que nada seria possível sem que antes de mim vocês aqui estivessem.

A Veloso, companheiro dessa e de tantas outras viagens, agradeço pela entrega e pela partilha de uma vida.

## Sumário

Introdução.....	11
1. Roquette-Pinto ingressa nos quadros do Museu Nacional .....	26
1.1 Esmiuçando as formas de ingresso .....	26
1.3 A herança recebida.....	33
1.4 A formação contratada.....	49
2. Viagem ao coração do Brasil.....	61
2.1 Primeiras viagens .....	61
2.3 No coração do Brasil.....	75
2.4 “Monumento de Brasilidade” .....	86
3. Domesticando a viagem .....	89
3.1 Objetos em foco .....	89
3.1 No museu, novos sentidos .....	98
3.3 De primitivos a brasileiros .....	107
4. Considerações finais .....	115
5. Referências .....	121
6. Anexo .....	130
6.1 Lista dos diretores do Museu Nacional até a gestão de Roquette-Pinto.....	130
6.2 Lista de distribuição da “Revista Arquivos do Museu Nacional” .....	131

## INTRODUÇÃO

Eu sou, talvez, mais vaidoso do que você supõe. Eu não me desinteressei da minha ciência predileta, a antropologia, porque estou inteiramente tranquilo em relação à conservação do meu nome, nos seus anais. Dentro de um século, não se escreverá sobre raças, especialmente sobre índios, assim como educação e sobre rádios no Brasil, sem subir as escadas do Museu Nacional ou das Bibliotecas para consultar o que eu deixei... Tudo que um homem de pensamento aspira, e que é a sobrevivência na memória dos homens de amanhã, eu tenho como certo. (ROQUETTE-PINTO apud VENÂNCIO FILHO, 2005, p. 24)

Na conversa com Humberto Mauro em 1924, num dos encontros da Academia Brasileira de Letras (LINS, 1955), situando-se como “homem de pensamento”, Roquette-Pinto demonstrava convicção sobre a sua presença nos “anais” e na “sobrevivência da memória” da Antropologia (então sua “ciência predileta”), da Educação e Radiodifusão no Brasil.

Não é difícil encontrar marcas desta memória. Em 2010, 86 anos depois da citada conversa de Roquette-Pinto, o Museu Nacional celebrou o seu 192º aniversário, promovendo um evento de divulgação científica cujo tema central foi “Eureka! Um passeio pela História da Ciência”. O público foi convidado a conhecer exemplos de personagens que contribuíram ao desenvolvimento do saber, desde a Antiguidade até a contemporaneidade. Um stand trazia como tema “Roquette-Pinto: um brasileiro idealista e realizador”. Proposto e coordenado pelo Serviço de Assistência ao Ensino do Museu Nacional (SAE), buscava homenagear aquele que fundou, em 1927, o primeiro serviço educativo de um Museu brasileiro.

Outra presença do nome de Roquette-Pinto no próprio Museu Nacional é a denominação do auditório do Palácio, local onde se realizam os principais eventos da instituição e onde emblematicamente está exposta a coleção de retratos de todos os diretores do MN, além do link na página da instituição com acesso à biografia de Roquette-Pinto, único destinado, com exclusividade, a um ex-diretor<sup>1</sup>. Para além dos limites do Museu Nacional, a rádio por ele fundada, também em 1927, existente e em funcionamento até os dias de hoje, o relembra, a cada chamada, em seu nome.

---

<sup>1</sup> <http://www.museunacional.ufrj.br/MuseuNacional/Principal/siteroquete/index.html>.

Há outro link em que está disponível um resumo das trajetórias de todos os diretores, Roquette-Pinto inclusive, <http://www.museunacional.ufrj.br/MuseuNacional/Principal/DIRETORES.pdf>

No entanto, a epígrafe acima registrada foi proferida três anos antes da fundação do SAE e da Rádio Educação. O quê fazia Roquette-Pinto crer na persistência de seu nome e, mais que isso, de sua importância nos domínios da Antropologia, da Educação e Radiodifusão ao longo de todo um século?

Roquette-Pinto iniciou sua vida profissional no Museu Nacional por meio da aprovação em concurso no ano de 1905, quando foi contratado para o cargo de assistente da Seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia da instituição. Foi aí que transcorreu parte significativa de sua carreira de antropólogo e onde permaneceu por cerca de 30 anos durante os quais pode desenvolver muitas outras atividades.

Nos domínios da Antropologia, durante esse período, participou das expedições ao litoral do Rio Grande do Sul (1906), à Serra do Norte (1912) e ao Paraguai (1920). Em 1922, já havia dado início ao largo estudo dos tipos nacionais e participado de grandes eventos científicos dos quais se destacam o primeiro Congresso Universal das Raças (1911) e o XVIII Congresso Internacional de Americanistas (1912). Em 1915, publicara o *Guia das Coleções Antropológicas do Museu Nacional* e, em 1918, reformulara a sala de Etnografia do Museu Paulista e seguira na reorganização do acervo do Museu Nacional. Os métodos de classificação de objetos e de formulação de exposições por ele proposto, tornar-se-iam reconhecidos internacionalmente na década seguinte.

Na área da Educação e Rádio, fundou, em 1923, a Academia Brasileira de Ciências e a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Em 1926, assumiu a direção do Museu Nacional (MN) onde permaneceu até 1936. Nesse período, desenvolveu uma série de ações educativas com intuito de tornar acessível ao público mais amplo, as descobertas científicas mais recentes. Para tanto, fundou, em 1927, a seção destinada à Assistência ao Ensino, já mencionada, e a Revista Nacional de Educação (1932-34)<sup>2</sup>. Deste cargo saiu para assumir a Presidência da Rádio Sociedade, de onde construiu os caminhos para a Educação Popular.

Durante todo esse tempo jamais abandonou a carreira médica – sua formação primeira. Foi ainda censor e produtor de filmes e responsável pela primeira filmoteca no Brasil, ainda em 1910, no Museu Nacional. O significativo e variado volume de correspondência trocada com importantes atores políticos e intelectuais dele contemporâneos serve de testemunho privado de sua incessante busca pública em fazer do Brasil e de toda a sua população uma nação partícipe do progresso e da modernização em curso. Por todas essas atividades

---

<sup>2</sup> A Revista Nacional de Educação, em seu primeiro aniversário, alcançou uma tiragem de 15.000 exemplares distribuídos gratuitamente (DUARTE, 2004, p.4).

desenvolvidas, Roquette-Pinto foi uma figura pública de relevante importância em sua época. E ele tinha essa consciência, atestada por suas palavras em 1924.

Há pouco mais de uma década para se completar o centenário daquela citação, referir-se à Antropologia, à Radiodifusão e à Educação Popular no Brasil sem ao menos mencionar os trabalhos pioneiros de Roquette-Pinto é improvável. No entanto, nem sempre foi assim. Se é verdade que o seu nome jamais foi esquecido, também é verdade que, nos Anais da Antropologia, ele esteve por vezes ameaçado e, por muito mais vezes, minimizado. O reconhecimento à importância que teve para formação da Antropologia no Brasil sofreu oscilações. O renomado antropólogo da primeira metade do século XX teve seus trabalhos e pesquisas ofuscados ao longo da metade seguinte, para serem redescobertos no final do século.

Em grande parte, tal fato deve-se à inexistência de discípulos que, após a década de 1930, tenham dado continuidade as suas proposições e trabalhos realizados. A despeito de ter, ao longo de sua caminhada, formado excelentes equipes que se notabilizaram, elas optaram por não seguir os estudos antropológicos tal como formulado pelo antecessor. Construíram seus próprios caminhos, nos quais foram brilhantes. Dentre os integrantes mais ilustres estão Heloísa Alberto Torres que, após a saída de Roquette-Pinto para direção do Museu Nacional, em 1926, assumiu a direção da seção de Antropologia e Arqueologia. E, de 1937 a 1955, foi a primeira mulher a conduzir a direção do MN.

Por outro lado, as próprias mudanças no campo disciplinar da Antropologia, com uma crescente ênfase na dimensão sociocultural, a partir dos anos 1940, fez com que os estudos de Antropologia Física e de Cultura Material paulatinamente perdessem espaço. O deslocamento das referências teóricas do Culturalismo alemão para o Evolucionismo norte-americano, o Estruturalismo-Funcionalismo inglês e o Estruturalismo francês (OLIVEIRA, 2010, p.73), fez com que esses domínios se sobrepusessem àqueles.

No entanto, ao longo da década seguinte, houve os que no domínio da Antropologia jamais deixaram de referir-se à importância de Roquete Pinto. O antropólogo pioneiro e mais persistente desse rememorar foi Castro Faria. Ingresso no Museu Nacional no ano da saída de Roquette-Pinto, Faria teve seus contatos com ele mediados pelo grande legado que aquele deixou na instituição. Foram seus trabalhos, artigos pertinentes dedicados a analisar a obra de Roquette-Pinto e a formação da Antropologia no Brasil, que primeiro apontaram sua singularidade e importância para as gerações futuras. Esses textos são até hoje obras referenciais daqueles que se dedicam ao estudo do legado de Roquette-Pinto (FARIA, 1959, 1999).

Esse movimento promovido por Castro de Faria encontrou outro: o da profissionalização da disciplina por meio das pós-graduações a partir da década de 1960. E, com elas, as mudanças dos marcos disciplinares remetendo-os às referências internacionais. Desse modo, Roquete Pinto somente tornou-se “objeto” de estudo pelo meio acadêmico na década de 1990. A “redescoberta do autor” deu-se a partir dos trabalhos pioneiros de Ribas (1990) e Barbosa (1996), dissertação de mestrado e tese de doutoramento, respectivamente. E pelo início da publicação de artigos de destacados pesquisadores acerca do autor (ver p.ex., SANTOS, 1996, 1998), ou ainda, por meio de teses e dissertações em que ele é analisado de modo não central, tal como em Lima (1985), Lima (1997, 1999), entre outros.

Depois desse período, o estudo sobre Roquette-Pinto e seus trabalhos foi, sobretudo, incentivado pelas pesquisadoras Nísia Trindade e Domichi Miranda (ambas vinculadas à FIOCRUZ) que, em 2004, no 50º aniversário de sua morte, propuseram, em parceria com a Casa da Ciência da UFRJ, uma exposição que relembra os feitos e fatos do autor<sup>3</sup> e um seminário temático, ao qual foram conclamados renomados pesquisadores a debruçarem-se sobre variadas facetas da inserção de Roquette-Pinto. Nísia Trindade e Ricardo Ventura, em parceria com a Academia Brasileira de Letras, realizaram concomitante aquele evento a reedição do celebrado livro do autor, *Rondônia* (ROQUETTE-PINTO, 2005).

O mérito daquela iniciativa deve-se à ênfase com que as organizadoras e os demais pesquisadores participantes dedicaram-se ao estudo da pluralidade de atuação de Roquette-Pinto. A partir desse seminário foi elaborado o livro *Antropologia Brasileira: Ciência e Educação na obra de Roquette-Pinto* (LIMA; SÁ, 2008). Com quatro grandes eixos: *Perfil e Trajetória*, *Positivismo e Nação*, *Antropologia e População* e *Ciência e Ação*, as coordenadoras indicaram importantes frentes de pesquisa que, pelo rigor das análises que os compõem, logo se tornaram uma importante referência para os novos pesquisadores interessados no tema.

Para além das reedições de sua obra e das novas pesquisas em curso, Roquette-Pinto vem sendo re-apropriado por outras formas. Uma parte singular do acervo por ele reunido, as gravações fonográficas de cânticos Parecis e Nambiquaras, foi recuperada e amplamente divulgada pelo Museu Nacional, em parceria com a Petrobras e sob coordenação de João Pacheco de Oliveira e Antônio Carlos Souza Lima (OLIVEIRA; LIMA, 2006). Tal ação vem ao encontro das demandas das populações indígenas pelo acesso às coleções etnográficas como parte dos movimentos de afirmação étnica.

---

<sup>3</sup> O site da exposição pode ser acessado através do link: <http://www.casadaciencia.ufrj.br/exposicao/RoquetePinto/exposicao.htm>. Acesso em 17 jan. 2011.

Foi a partir desse conjunto mais amplo de trabalhos e temas que delimito o meu “objeto de pesquisa” e comecei a subir as “escadas do Museu Nacional” ao encontro do que lá deixou Roquette-Pinto. A subida não foi realizada, no entanto, de uma única vez. Nem começou em direção à Serra do Norte. Posso dizer que os primeiros degraus dizem respeito ao tempo que, ainda na graduação, pude participar da pesquisa de fontes e materiais para concepção de uma exposição sobre as populações indígenas do Nordeste. Trata-se da exposição *Índios: os Primeiros Brasileiros*, realizada pela Petrobras, Museu Nacional e Fundação Joaquim Nabuco, com curadoria de João Pacheco de Oliveira<sup>4</sup>.

A exposição contava com uma proposta expositiva que reservava um amplo espaço aos objetos e imagens contemporâneos. Tais materiais tinham por objetivo apresentar aos visitantes a vitalidade das culturas indígenas contemporâneas. O modo de escolha e de apresentação desses materiais reservava aos índios um local diferenciado no processo expositivo. Objetos escolhidos numa parceria entre o curador, grupos e associações indígenas e imagens que apresentavam os usos dos objetos em seu cotidiano buscavam uma alternativa à exotização característica das exposições do século XIX e muitas do século XX.

Nessa ocasião, tive contato pela primeira vez com as demandas indígenas por seus acervos arquivísticos e museais. Quando se falava sobre o projeto da exposição, solicitando que eles escolhessem as peças que desejavam que lá figurasse e pensassem sobre as narrativas a serem contadas, logo inquiriam sobre os antigos viajantes que por seus territórios haviam passado e se havia meios de os levar a conhecer as coleções que haviam recolhido e os documentos produzidos (transcrições de mitos, cânticos, vocabulário, etc.). Alguns se referiam às expedições de séculos atrás, tal eram suas histórias de contato com essa tipologia de “visitantes”.

A importância e o significado que essas expedições tinham para a história desses grupos, era algo que eu já sabia. Mas, o desejo deles por retomar esse material e o significado que lhes atribuíam hoje, foi algo que me marcou profundamente. Nas retomadas identitárias que se assiste a partir das duas últimas décadas do século passado, a legitimidade fornecida aos grupos pela presença de acervos em Museus e por um passado em que pesquisadores (ou naturalistas e viajantes, em períodos anteriores) os tenha visitado, corroboram para o atendimento às demandas contemporâneas por demarcações de terras e implementação de políticas públicas (OLIVEIRA, 2007, 2004).

---

<sup>4</sup>A exposição *Índios: os primeiros brasileiros* foi inaugurada pela primeira vez em Recife, no Forte das Cinco Pontas, em 2006. No ano seguinte, foi novamente exposta em Recife na UFPE. Depois, no Centro Dragão do Mar, em Fortaleza, em 2008 e, no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em 2010.

Os indígenas aos quais aqui me refiro possuem decerto uma trajetória de contato e uma história de vida bem diferente dos que Roquette-Pinto encontrou na Serra do Norte. No entanto, outra experiência semelhante a essa me aproximaria dos seus trabalhos.

No ano de 2009, ocorreu o seminário *Experiências indígenas com museus e centros culturais*, no Museu Nacional, organizado por João Pacheco de Oliveira na ocasião da itinerância da exposição *Índios: os primeiros brasileiros*. Contando com representantes de 20 grupos indígenas, de diversas localidades do país, os indígenas discutiram políticas culturais, apresentando as principais dificuldades enfrentadas em suas experiências e sugerindo proposições aos representantes de órgãos públicos que estiveram na organização do encontro: Museu Nacional, Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, Instituto Brasileiro de Museus, entre outros. Um dos aspectos que me chamou a atenção foi a participação de uma indígena Pareci, descendente daqueles que trabalharam nas linhas telegráficas. O nome desta mulher é Zita Enoré.

Ao longo do seminário (dias 16 e 17 de setembro de 2009), a participação de Zita foi mais de escuta, sem grandes intervenções de fala. Ao final do evento, tive a oportunidade de acompanhá-la até o aeroporto, e aí conseguimos trocar algumas ideias. Primeiramente, ela se referiu ao medo de voar de avião e de enfrentar uma nova cidade. Era a primeira vez que ela participava de um encontro deste nível e estava ansiosa por levar de volta aos seus parentes o que aprendeu no seminário. Foi aí que ela se referiu às dificuldades atuais relacionadas aos conflitos agrários, à desmobilização política e à preservação da língua e dos saberes tradicionais, citando o exemplo de técnicas de artesanato. Vi uma mulher que se dizia tímida assumindo uma postura de protagonismo diante dos seus pares, defendendo a organização do seu povo. Esta rápida conversa me motivou a saber um pouco mais sobre os Parecis. O encontro com Roquette-Pinto, via o legado que ele deixou, foi inevitável. Subi assim as escadas do Museu Nacional e de outras bibliotecas e arquivos ao seu encontro<sup>5</sup>.

Ao realizar o movimento em direção ao legado de Roquette-Pinto, optei por não buscar as dimensões que foram enfocadas até aqui – Antropologia<sup>6</sup>; Radiodifusão ou Educação. Busquei na experiência da expedição à Serra do Norte, em 1912, e em suas

---

<sup>5</sup> A primeira experiência de pesquisa com o acervo reunido por Roquette-Pinto deu-se ainda em 2009, por ocasião do curso *Antropologia e Literatura*, ministrado pelos professores Moacir Palmeira e Adriana Vianna, no PPGAS/MN, 2009.2. O curso pretendia discutir as relações entre literatura e o gênero etnográfico a partir de diferentes experiências – relatos de viagens, romances, cartas, etc. Como Trabalho de Conclusão de Curso, propus cotejar o caderno de campo de Roquette-Pinto ao livro *Rondônia*, numa tentativa de inventariar as alterações realizadas na passagem do domínio privado para o público.

<sup>6</sup> É preciso ter em mente que a Antropologia tal como entendida nesse momento refere-se ao que hoje se convencionou classificar como Antropologia Física.

interconexões entender as relações aí estabelecidas entre Etnografia<sup>7</sup>, Colecionismo e Museus. Nessa situação de pesquisa, a presença da Comissão Rondon e de todo o seu aparato tutelar se dava de modo indelével. Por isso, foi considerada somente nos limites em que ela aparece para a situação em questão.

Tal como proposto por Pels; Salemink (1999, p. 12) busquei entender o evento escolhido como resultante de um processo prático. Segundo os autores, trata-se de considerar a Etnografia a partir de três fases analíticas: “*préterrain*”, “ocasião etnográfica” e “tradições etnográficas”, numa alternativa a sua compreensão como texto ou como método ideal (PELS; SALEMINK, 1999, p. 12).

A primeira etapa analítica proposta pelos autores corresponde aos caminhos trilhados antes do acesso ao “campo” propriamente dito. Momento no qual o etnógrafo, mesmo na Antropologia profissional, é auxiliado por um conjunto delimitado de atores sociais (missionário, administrador, gerente da fazenda, etc.) que não compartilham necessariamente os mesmos pressupostos daquele (PELS; SALEMINK, 1999, p.13). A constituição dessa “etapa analítica” é historicamente contingente e seu estudo tem apontado os “lugares comuns” da interpretação etnográfica (PELS; SALEMINK, 1999, p.13).

A segunda etapa analítica delimitada por Pels; Salemink (1999) refere-se à situação de contato entre o etnógrafo e aqueles que são descritos. Esse momento corresponde ao de produção compartilhada do conhecimento que, por vezes, é minimizado pelas oposições essencialistas do “eu” *versus* o “outro” (PELS; SALEMINK, 1999, p.13-14).

Por fim, a terceira e última etapa analítica proposta pelos autores, “tradições etnográficas”, incorpora a intercontextualidade da situação entendida por eles como os “lugares comuns” da disciplina (PELS; SALEMINK, 1999, p.15). No entanto, como alerta os autores, é preciso ter cuidado com a persistência desses “lugares-comuns”, pois eles podem “esconder uma redefinição do mesmo” (PELS; SALEMINK, 1999, p.15). Para tanto, é preciso seguir atento as primeiras etapas (*préterrain*, ocasião etnográfica) propostas que indicarão a sua permanência ou não (PELS; SALEMINK, 1999, p.15).

Às etapas analíticas propostas por Pels; Salemink (1999) conjuguei a observação e análise do *habitus* tal como delimitado por Bourdieu (1971, p. 191) e as considerações de Fabian (1985) acerca da coetaneidade (“coevalness”)<sup>8</sup> no processo de produção etnográfica. Segundo Bourdieu (1999), o *habitus* corresponde a um “sistema das disposições socialmente

<sup>7</sup> Utilizo aqui Etnografia tal como referida por Roquette-Pinto, ou seja, a dimensão que se aproxima do relato dos usos e costumes, da coleta de objetos.

<sup>8</sup> “Coevalness” é entendida pelo autor como a partilha do tempo presente, condição de comunicação e de conhecimento antropológico (FABIAN, 1983, p. 32).

constituídas que, enquanto estrutura estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 1971, p. 191). Tal proposição me auxiliou na delimitação do meu campo de observação estendendo-o às situações anteriores à inserção de Roquette-Pinto no Museu Nacional e mesmo na Serra do Norte. A característica de compartilhamento da ação antropológica apontada por Fabian (1983), por sua vez, foi indicativa dos deslocamentos temporais em que o outro é alocado em um tempo que não o presente do produtor do discurso antropológico (FABIAN, 1983, p. 31). Nesse sentido, optei por considerar tanto os momentos em que a coetaneidade enquanto ação é explicitada pelos atores em situação, quanto aqueles em que a negação é produzida, numa tentativa de melhor apreender a situação de encontro entre o etnógrafo e os que são descritos.

Nesse sentido, segui com a pesquisa em direção aos arquivos pessoais de Roquette-Pinto entendendo-os como privilegiados para “compreensão crítica acerca das formas de produzir histórias da disciplina [antropológica]” (CUNHA, 2004, p. 291). Ao buscar nesse domínio, as “relações de posição e hierarquia”, eles tornam-se lugares privilegiados de observação de como a “antropologia se transforma em linguagem e estilo de produção de determinadas histórias singulares” (CUNHA, 2004, p.295). Por meio desse caminho, pude conectar a trajetória de Roquette-Pinto às etapas analíticas da situação pesquisa apontadas por Pels; Salemink (1999) e os alertas metodológicos indicados por Bourdieu (2005) e por Fabian (1983). Isso só foi possível, como alerta Cunha (2004):

porque “papéis transformados em *documentos* mantidos em arquivos institucionais revelavam muito mais do que vicissitudes biográficas; revelavam vínculos profissionais, intelectuais e relações de poder de natureza diversa. Para diferentes autores, sua especificidade estaria justamente naquilo que torna a antropologia emblemática no seu constante desejo de subjetivação: os arquivos etnográficos supostamente conservam desejos, projetos por vezes mal sucedido, de identificar, classificar, descrever o ‘outro’ (CUNHA, 2004, p. 296).

Ao buscar entender a situação de pesquisa de Roquette-Pinto, segundo as orientações acima indicadas, tive ainda que “jogar” com as escalas de observação, tal como sugerido por Revel (1998). Ora recorri à microescala para apreender os processos em seu curso cotidiano, ora busquei entendê-lo por sua dimensão macro. A dimensão colonialista, em que se inscreve a situação analisada, foi uma das ocasiões em que tive que estar atenta ao domínio macro. Mais do que pensar em amplos processos de colonização, nesse caso, a documentação apontava para a dimensão do colonialismo interno (CASANOVA, 2007; OLIVEIRA, 1966).

Em que a sujeição é realizada em conjunto com os processos de transformação social, no caso, em direção à civilização dos indígenas. Esses processos sobressaem-se nas rotinas de incorporação dos indígenas tanto pela Comissão, quanto pelo antropólogo – descritas ao longo do texto.

Said (1995) vem ao encontro dessa abordagem apontando como a dimensão civilizadora é legitimada através de sua estética e como esse empreendimento vincula-se intrinsecamente ao território (SAID, 1995, p. 38-40). A dimensão estética aparecerá nesse trabalho tanto por meio da análise das narrativas contadas a partir daí, quanto por meio das exposições realizadas com os objetos recolhidos nessa situação. Ao longo da dissertação, o domínio territorial por ele apontado aparecerá no controle que fazem índios, antropólogo e integrantes da Comissão Rondon (alguns também índios) dos locais de instalação de postos indígenas que são também os de circulação de objetos, alimentos e pessoas.

A Comissão Rondon não é a primeira experiência em termos de exploração territorial e mesmo de implementação de linhas telegráficas. Conhecer e explorar o território e as populações que nele habitam era um desafio que se colocava desde os tempos coloniais, mas que nos séculos XVIII e, sobretudo, no XIX tiveram grande impulso, colocando-se na ordem do dia, com participação de diversos viajantes-naturalistas estrangeiros como o Barão de Langsdorff, o Príncipe de Wied-Neuwied, Auguste de Saint-Hilaire, Karl Von Martius e Alcide d'Orbigny. Muitas destas viagens foram patrocinadas pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e pelo Museu Nacional. Entre 1851 e 1861 ocorreu a Comissão Científica do Império, que percorreu diversas províncias do país. A Comissão Hidrográfica e Astronômica que explorou o litoral de Pernambuco entre 1860 e 1861 e a Comissão de Exploração do Vale do São Francisco, em 1863, também são exemplos de expedições de caráter exploratório e científico.

O controle sobre o território também foi acompanhado pelo desenvolvimento de pesquisas na área de Comunicação. Os estudos realizados na Escola Militar por Guilherme Schüch de Capanema e pelo Coronel Polydoro Quintanilha Brandão levaram à construção de um telégrafo elétrico, em 1851, realizando transmissão de uma sala a outra do prédio. Encarregado pelo Império, Capanema inaugurou a primeira linha telegráfica, medindo 4,3 km, em 11 de maio de 1852, no Rio de Janeiro. A atuação de Capanema na chefia de serviço telegráfico, entre 1852 e 1889, em muito contribuiu para a sua expansão, “apesar dos momentos de altos e baixos” (FIGUEIRÔA, 2008, p.). E abriu caminho para o grande crescimento das linhas, até as primeiras décadas do século XX, sobretudo com os trabalhos da

Comissão Rondon, ao qual se associa o Museu Nacional e cuja participação de Roquette-Pinto vai ser a base do estudo que aqui se apresenta.

Por meio dos objetos, outras facetas do domínio colonial adentram as portas do Museu Nacional. Amselle (1999) alerta para o duplo efeito do colonialismo que ao mesmo tempo em que configura os grupos configura os objetos científicos<sup>9</sup>. No caso em análise, isso se dá claramente pela associação entre o Museu e a Comissão Rondon. Os pesquisadores da instituição chegam às áreas de pesquisa (ou, os objetos chegam à instituição) sempre mediados pela Comissão. A legitimação dos dois domínios, Museu e Comissão, dar-se-á sempre numa via de mão de dupla. O Museu justificava a cientificidade dos trabalhos da Comissão e a Comissão legitimava os ganhos (territoriais e de mão de obra) por meio dos trabalhos realizados para o Museu Nacional.

As relações entre Antropologia e Estados Nacionais (e seus aparatos administrativos) vêm sendo objeto de revisões críticas metodológicas e teóricas desde a década de 1960, no bojo dos processos de descolonização (CASANOVA, 1962; OLIVEIRA, 1966; ASAD, 1973). Com o movimento de descolonização das antigas áreas de sujeição imperial, não apenas territórios e administrações precisavam automatizar. Era preciso descolonizar as metodologias das disciplinas fundadas com aquele domínio. Tais revisões na Antropologia foram realizadas por Asad (1973) e Fabian (1983), aos quais se seguiu o projeto de revisão norte-americano, exemplificado pelo projeto de Clifford; Marcus (1986). Na virada do século XX para o XXI, novas críticas serão realizadas. As proposições de Amselle (1999), Bazin (2008) e Smith (2001) são significativas das novas metodologias propostas.

Antes dessas revisões, na segunda metade do século XIX, as ideias de “raça” e de “meio” são categorias presentificadas em vários estudos europeus, influenciando a formação de gerações de intelectuais no Brasil. O desenvolvimento da Antropologia Física e da Geografia trazia questões que suscitavam vários debates, sobretudo, numa nação que buscava se constituir a partir de modelos de “civilização” e que se deparava com um universo que o próprio ideário evolucionista tratava como “selvagem” e “bárbaro”: a grande presença no território de africanos e seus descendentes, de diversas populações indígenas e de categorias

---

<sup>9</sup> « Le phénomène majeur de la colonisation est ainsi l’instauration de nouveaux découpages territoriaux (‘cercles’, ‘districts’, ‘territoires’) (...) ce sont ces nouveaux découpages territoriaux qui seront, dans un premier temps, repris à leur compte par les ethnologues ». E ainda, “avec la colonisation que ces catégories, ces ‘classes’ sociales seront transformées en ‘fétichismes ethniques’ (...). En ce sens, la catégorie d’‘ethnie’, et par là même une bonne partie de l’anthropologie, serait liée au colonialisme et au néo-colonialisme, non pas tant parce que cette discipline se serait mise au ‘service’ de l’impérialisme, mais plutôt parce qu’elle aurait fleuri en son sein et qu’elle se serait développée en se nichant dans les formes coloniales de classification“ (AMSELLE, 1999, p. 43).

híbridas denotativas de mestiçagem como o pardo, o caboclo, o mulato, o sertanejo, entre outras.

Neste sentido, o romantismo passou a disputar espaço com “um cientificismo de cunho evolucionista, que propunha uma ciência experimental dos tipos físicos e operava com determinismos baseados em fatores biológicos ou climáticos” (OLIVEIRA, 2007). A *intelligenza* nacional construía caminhos inspirados em teorias como o Evolucionismo Social, o Positivismo, o Naturalismo e o Darwinismo Social (SCHWARCZ, 1993), constituindo assim um campo de tensão entre essas diferentes correntes.

Dentre os autores nacionais que exerceram influência sobre a sua obra, Euclides da Cunha certamente merece destaque, sendo estas relações apontadas mais adiante. Em 1883, Euclides estudou no Externato Aquino, mesmo colégio em que, anos mais tarde, estudou Roquette-Pinto. Lá, ele recebeu a influência do professor Benjamin Constant, com quem se reaproximou no ano de 1886, na Escola Militar da Praia Vermelha. Apoiador da República, afastou-se do Exército em 1888, sendo reintegrado logo após a mudança no regime de governo. Fazendo parte da Escola Superior de Guerra, tornou-se primeiro tenente em Matemáticas, Ciências Físicas e Naturais. Essa ampla formação – além das citadas atuou como jornalista e engenheiro – e a inserção em meios sociais e políticos influentes, o levaram a participar de eventos importantes da história nacional, como a Guerra de Canudos, sendo enviado como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*.

O resultado de suas observações, *Os Sertões*, publicado em 1902, recebeu e exerceu grande influência sobre a intelectualidade brasileira do final do século XIX e início do XX: o texto apresenta vinculações às ideias defendidas por Nina Rodrigues, “relativas à mestiçagem, degeneração e crime”, e se torna uma das bases para o universo de médicos-antropológicos ligados ao Museu Nacional, capitaneados por Roquette-Pinto (SANTOS, 2008). Além de *Os Sertões*, obras como *O Reconhecimento do Purus* e *À Margem da História* são consideradas por Roquette não como “maços de folhas de arte”, mas como “sonidos vibrantes, recheados de harmonicos, que lhe augmentam o timbre, ampliados pela vibração syntonica do meio social em que estalaram” (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 266).

A formação intelectual de Roquette-Pinto dialogava com estas questões e foi no Museu Nacional, lugar privilegiado na produção de determinados saberes ligados a estes temas, que elas adquiriam sentido de ação para o antropólogo.

Assim, nesta dissertação proponho relacionar Antropologia e museus a partir da atuação de Roquette-Pinto no Museu Nacional, sobretudo, em sua participação na expedição à Serra do Norte em 1912. Especificamente, pretendo:

1) identificar o papel do Museu Nacional na inserção de Roquette-Pinto em uma agenda delimitada de temas e objetos de pesquisa;

2) compreender as relações entre o Museu Nacional, a Comissão Rondon e os indígenas no empreendimento da expedição à Serra do Norte;

3) identificar quais são os principais referenciais que atuam na conceituação das categorias de Etnografia, tal como utilizados por Roquette-Pinto, a partir de sua obra *Rondônia*;

4) analisar como os objetos coletados pela Comissão Rondon, em particular, por Roquette-Pinto durante a expedição à Serra do Norte, atuaram como dispositivos de relações entre museus e institutos nacionais e internacionais, a partir dos estudos etnográficos por ele elaborados.

Tais proposições vem juntar-se com os trabalhos propostos por Stocking (1985), Appadurai (1996), Kopytoff (1996), Fabian (2010; 2004), entre outros, nos quais vêm propondo um novo espaço para os objetos na Antropologia. Espaço que permita romper com a continuidade do processo de construção de alteridades puristas (FABIAN, 2004, p.56) entendendo-as como partes integrantes da produção do conhecimento, não separáveis das etapas de coleta de dados, documentação e análise teórica (FABIAN, 2010, p.63). Focalizando o seu valor, não numa característica intrínseca, como a autenticidade, mas nos sistemas de troca (APPADURAI, 1996; KOPYTOFF, 1996).

A fim de executar tais indicações, subi não apenas as escadas e as bibliotecas do Museu Nacional como Roquette-Pinto anunciava há pouco menos de um século. Outros arquivos como o da Academia Brasileira de Letras, o do Museu Paulista e do Museu do Índio também foram revisitados.

No Museu Nacional, na Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR), tive acesso à boa parte dos documentos administrativos citados ao longo do texto. Ali pude consultar os relatórios enviados anualmente à Direção Geral do MN e destes ao MAIC; as Atas de Reunião da Congregação; as cartas oficiais; os registros realizados pelos visitantes, entre outros documentos. No Setor de Fotografia, pude conhecer visualmente o resultado das reformas

realizadas nos setores expositivos, das quais apenas tinha notícias. No arquivo de Antropologia Física, consultei as fichas antropométricas que, em seus campos de observação, guardavam informações singulares e as anotações do Curso de Antropologia ministrado por Roquette-Pinto. E, em suas bibliotecas, pude encontrar, além de muitos dos livros por ele publicados, suas próprias referências. Nunca me faltando portas por onde investigar.

Na Academia Brasileira de Letras, encontra-se o acervo pessoal do pesquisador. Sem dúvida, um dos locais onde encontrei surpresas inesperadas. Desde documentos pessoais (cartas, fotografias familiares, cadernetas de compras, etc) a significativos testemunhos de sua vida profissional. Infelizmente, como o material ainda não foi inventariado, sua consulta tem que ser realizada obrigatoriamente, carta por carta, recorte de jornal por recorte de jornal. Sabendo-se que são mais de 6 mil documentos, tem-se ideia do tempo que dispus a sua análise, nem sempre correspondente aos resultados obtidos.

No Museu Paulista e no Museu do Índio realizei buscas pontuais. No primeiro, interessava-me saber mais sobre a ida de Roquette-Pinto, em 1918, para realizar o rearranjo das coleções, na sala *Etnografia Brasileira*. No segundo, fui em busca das fotografias realizadas por Roquette-Pinto no período em que esteve na Serra do Norte e no Vale do Juruena e alguns textos referenciais por ele escrito.

Além do material consultado nesses arquivos, recorri, em vários momentos, à vasta bibliografia produzida por Roquette-Pinto, tendo sido uma das fontes mais preciosas de informações.

Gostaria, por fim, de falar um pouco de um arquivo com o qual estive a todo tempo dialogando, embora raras vezes o tenha fisicamente frequentado e menos ainda tenha manuseado seu conteúdo. Trata-se do atual Setor de Etnologia do Museu Nacional onde está guardada a coleção formada por Roquette-Pinto em sua expedição. Muito embora seja sabido, como nos alerta Fabian (2010) que “por mais que seja importante reconhecer as diferenças entre objetos e documentos (coleções e arquivos) analisar os ‘atos de colecionar’ também pode revelar convergências” (FABIAN, 2010, p.62).

Para o meu domínio de pesquisa, a indicação de Fabian foi mais que feliz. Hoje, no setor de Etnologia do Museu Nacional, estão guardados cerca de 42 mil itens, dos quais cerca de 30 mil são indígenas e destes 2.152 são provenientes da Coleção Roquette-Pinto. Busquei, nesse conjunto de objetos-documentos, elementos para compor a análise da situação de pesquisa. Decerto, não foi a parte mais fácil desse trabalho. Diria até que foi a que mais me demandou tempo na escolha dos caminhos analíticos e na construção de seus instrumentos.

Mas a resposta, sem dúvida, foi surpreendente e aponta para caminhos pelos quais a pesquisa poderá seguir.

Tal acontecimento foi fundamental para ultrapassar um dos limites iniciais deste trabalho. Como falei na primeira parte dessa introdução, Roquette-Pinto, em determinado momento, foi um objeto de pesquisa pouco referido que, no entanto, em fins da década de 1990 e início deste século, despontou fortemente. Só para ter uma ideia do que isso significa, o Arquivo da Academia Brasileira de Letras, com guarda de 426 acervos pessoais, registra o de Roquette-Pinto como o segundo mais consultado regulamente, atrás somente do acervo de Machado de Assis.

A problemática a que me refiro é o do número crescente de pesquisadores e de pesquisas realizadas. O que posso dizer é que, com o decurso da elaboração desse trabalho, tal fato tornou-se um “presente de grego”. Por um lado, fomentou o diálogo e aprofundamento dos debates em torno da história da contribuição de Roquette-Pinto à Antropologia, à Educação, à Ciência e à Radiodifusão – o que foi significativamente positivo. Mas, por outro, o fato desses estudos terem em sua maioria se centrado em três grandes aspectos da inserção (os estudos de raça, o papel como educador e o de homem de ciência) colaborou para consolidação dessas facetas no campo e dificultou a abertura de frentes de pesquisa que escapem a essas temáticas.

Tomo, por exemplo, o meu próprio interesse na dimensão etnográfica e de formação de coleções realizada por ele, na ocasião da expedição à Serra do Norte. A respeito dessa temática (os modos de coleta, as condições de recolhimento, os envolvimento pessoais e profissionais) pouco há de pesquisas sobre a atuação de Roquette-Pinto. Assim, para dar conta do meu interesse e propósito me apoiei nos trabalhos realizados em outras situações de pesquisa e que guardavam proximidade temática com a proposta ora realizada.

Para responder as questões propostas, organizei o texto em três capítulos seguidos por uma conclusão.

Dividido em quatro tópicos, o primeiro capítulo pretende analisar as características do processo seletivo que conduziu Roquette-Pinto aos quadros técnicos do Museu Nacional, buscado compreender o encontro entre o médico-antropólogo em formação e a instituição que naquele momento se reinventava. No primeiro tópico, *Esmiuçando as formas de ingresso*, analiso especificamente o processo de seleção, seus atores e critérios adotados. No segundo, *A formação desejada*, procuro explicitar quais os pré-requisitos colocados pela instituição. No terceiro, *A herança ofertada*, trato das reformas administrativa e física empreendidas na

instituição desde fins do século XIX e que estavam em curso no momento de ingresso de Roquette-Pinto e no último tópico, *A formação contratada*, verso sobre a formação de Roquette-Pinto anterior e as motivações que o levaram a pleitear uma vaga no Museu Nacional.

O capítulo seguinte, *Viagem ao coração do Brasil*, apresenta a atuação profissional de Roquette-Pinto na instituição até a expedição à Serra do Norte, onde afirmou ter encontrado “o ‘homem da idade da pedra’ recluso no coração do Brasil”, como explicitarei adiante. Em meio a essa surpresa, recém-chegado da Europa, a reação de Roquette-Pinto me inspirou a escolha do título dessa dissertação: *No Coração do Brasil: Roquette-Pinto e a expedição à Serra do Norte (1912)*.

No tópico inicial do capítulo 2, *Primeiras viagens* analiso a experiência de Roquette-Pinto na exploração dos sambaquis do litoral do Rio Grande do Sul, no estudo e publicação dos seus primeiros textos etnográficos elaborados já no Museu Nacional, os trabalhos iniciais com os acervos da 4ª Seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia e suas primeiras participações em congressos internacionais. O segundo tópico, *Caminhos ao Coração do Brasil*, versa sobre os caminhos estabelecidos pela Comissão Rondon na região do Guaporé, anteriores à expedição de 1912. Em seguida, *No Coração do Brasil* é a própria expedição de Roquette-Pinto que será analisada. Por fim, em *Monumento de Brasilidade*, faço um estudo sobre um dos principais documentos dessa expedição – o livro *Rondônia*.

No capítulo 3, *Domesticando a viagem: em busca de novos caminhos*, faço uma análise dos desdobramentos etnográficos que a expedição à Serra do Norte suscitou à trajetória intelectual de Roquette-Pinto, bem como ao Colecionismo presente no Museu Nacional e em outras instituições do gênero a partir da circulação dos textos etnográficos do autor e de peças coletadas. O primeiro tópico, *Objetos em foco*, explicita a extensa rede de fornecedores do que se convencionou chamar Coleção Roquette-Pinto. No tópico seguinte, *No Museu, novos sentidos* trato de alguns sentidos que foram atribuídos aos objetos a partir de novas salas expositivas no Museu Nacional e no Museu Paulista, além dos catálogos e guias expositivos produzidos. Por fim, em *De Primitivos a Brasileiros*, tento compreender de que modo o Colecionismo empreendido por Roquette-Pinto liga-se às escolas antropológicas, notadamente a alemã.

## 1. ROQUETTE-PINTO INGRESSA NOS QUADROS DO MUSEU NACIONAL

### 1.1 ESMIUÇANDO A FORMA DE INGRESSO

No dia 24 de dezembro de 1904, o secretário do Museu Nacional (MN), Sr. Miranda Ribeiro, noticiava no Diário Oficial a abertura das inscrições para o concurso de assistente da seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia do Museu Nacional. Poderiam participar todos aqueles que desejassem, desde que possuíssem a “qualidade de cidadão brasileiro” e que pudessem atestar sua moralidade “em folha corrida”. Teriam os interessados, quatro meses para decidirem-se, providenciarem a documentação requerida e prepararem-se para os exames<sup>10</sup>.

As etapas de seleção eram três. Iniciava-se com uma dissertação escrita, passava-se a uma prova prática e, por fim, à prova oral perante a Congregação do Museu Nacional. Os pontos a serem desenvolvidos na prova prática e na escrita eram sorteados, somente em presença do candidato, no dia da prova, dentre dez previamente escolhidos pela Comissão Examinadora e pela Congregação. Ao contrário da prova prática, durante a dissertação, o candidato não poderia contar com consulta a livros ou anotações pessoais<sup>11</sup>. Naquela, era-lhe vetada apenas a consulta à coleção do Museu Nacional embora lhe fosse permitido, além dos itens citados, utilizar quaisquer instrumentos existentes nos laboratórios do MN<sup>12</sup>.

A prova prática consistia na elaboração de um relatório no qual eram descritos os passos realizados, sem incursões teóricas, para “estudo e classificação de espécimes concernentes a cada uma das matérias de que se compõe a seção”<sup>13</sup> previamente selecionados pela Comissão. Tal relatório era o objeto de avaliação do Chefe de Seção que encaminhava seu parecer para a Congregação e para a Comissão Examinadora.

Havia alguns procedimentos de praxe adotados pela instituição a fim de garantir a probidade dos processos seletivos. Um deles, por exemplo, consistia em fazer o candidato assinar todas as folhas das provas, colocá-las em envelope, lacrá-lo e depositá-lo numa urna de três chaves – cada uma de responsabilidade de cada integrante da Comissão Examinadora<sup>14</sup>. Somente após a realização da segunda etapa, a Congregação reunia-se no dia

---

<sup>10</sup> Diário Oficial, 24/12/1904. SEMEAR/MN.

<sup>11</sup> Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, 28/06/1905. SEMEAR/MN.

<sup>12</sup> Ata da 3ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, 01/08/1905. SEMEAR/MN.

<sup>13</sup> Ata da 3ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, 01/08/1905. SEMEAR/MN.

<sup>14</sup> Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, 28/6/1905. SEMEAR/MN.

útil subsequente, em sessão pública, onde os candidatos, cada um por vez e em separado dos outros, retomavam suas provas realizadas na primeira etapa e lendo-as em voz alta para avaliação da Congregação<sup>15</sup>. Esse era o primeiro momento de contato da banca com a prova escrita dos candidatos. Em caso de desistência, o envelope com a prova do candidato permaneceria lacrado e seu conteúdo ignorado.

Satisfeitas todas as etapas, a Congregação votava as considerações sobre a capacidade de cada candidato. Aquele que não obtivesse dois terços de aprovação estava automaticamente eliminado. Após a exclusão, os candidatos eram listados por ordem de merecimento e era organizado um dossiê encaminhado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Neste, constavam as Atas de Reunião, a descrição do Processo de Seleção e uma comunicação especial onde eram informados os modos como os candidatos se conduziram, os seus procedimentos morais, suas habilitações científicas, seus trabalhos impressos e os serviços que porventura tenham prestado ao Estado. Em caso de empate, os candidatos que já houvessem participado dos quadros do Museu eram preferidos aos demais<sup>16</sup>. É a cópia deste processo, produzido para ser encaminhado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, que ora analiso.

Seguindo sua leitura, deparamo-nos com quatro candidatos inscritos. Em 12 de abril de 1905, Santos Lahera y Castillo, preparador interino da 4ª Seção do Museu, fez sua inscrição. Quatro dias depois, foi a vez de Franklin do Nascimento. Em 16 de abril, inscreveu-se Edgar Roquette-Pinto, aluno do 6º ano da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. E, no último dia previsto, Álvaro de Lacerda, médico e assistente interino da 4ª Seção, fez sua inscrição<sup>17</sup>.

No entanto, nem todos os candidatos percorreram as três etapas necessárias à seleção. O primeiro a ser eliminado foi Santos Lahera y Castillo. Demitido do cargo de Preparador de Etnografia do MN, em 27 de maio de 1905, por razões não apontadas no processo, foi automaticamente destituído do “requisito de capacidade moral”<sup>18</sup> e, por isso, impedido de participar. Outro ajuste teve que ser realizado no processo de seleção. Devido à participação

<sup>15</sup> Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, 28/6/1905. SEMEAR/MN.

<sup>16</sup> Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, 28/6/1905. SEMEAR/MN.

<sup>17</sup> Aqui foram registradas as datas assinaladas nos documentos de requisição de cada candidato. Na cópia do Livro de Inscrição, arquivada junto com os demais documentos, indica-se a inscrição de Franklin do Nascimento no dia 15 de abril de 1905 e de todos os demais no dia 24.

<sup>18</sup> Ofício n. 954, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 29/5/1905. SEMEAR/MN. Através do Diário Oficial, de 9 de outubro de 1915, se tem notícia que Santos Lahera y Castillo participava do corpo técnico do Museu Nacional desempenhando as funções de desenhista-fotógrafo. DOU, 8/10/1915, seção 1, p. 13.

de Álvaro de Lacerda, seu irmão, Batista Lacerda solicitou ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores que indicasse uma comissão externa à administração do MN para conduzir o Processo Seletivo, tendo em vista sua imparcialidade ter-se tornado suspeita<sup>19</sup>. Para formar a Comissão, o diretor sugeriu os nomes de Barão de Ramiz Galvão, Capistrano de Abreu e Dr. João Joaquim Desirro<sup>20</sup>.

Obtendo apenas uma resposta verbal do Ministro, Batista Lacerda volta a interpelá-lo numa tentativa de formalizar a orientação de seguir com a Presidência da Comissão. Batista Lacerda questionou ainda a participação dos membros interinos da Congregação. Se deveriam ser excluídos do Processo Seletivo, tal como realizado no último concurso ou se nele permaneceriam, como realizado nos concursos de novembro de 1895 e julho de 1901<sup>21</sup>.

A resposta viria somente por meio de um aviso do Ministro em 28 de junho de 1905<sup>22</sup>, em que, ao contrário do sugerido para Comissão de Avaliação, foram nomeados Domingos Sérgio de Carvalho, então professor-chefe da Seção de Etnografia, Antropologia e Arqueologia do Museu Nacional, Hermillo Bourguay Macedo e Amaro Ferreira das Neves Armond, professor mais antigo da casa e diretor do MN durante os anos de 1892 e 1893. Este último designado a presidir a Comissão<sup>23</sup>. Os membros interinos da Congregação estavam igualmente habilitados a participar.

Na segunda reunião da Congregação, 27 de julho de 1905, alguns pontos parecem estar tensionados. A Comissão de Avaliação já havia sido indicada na reunião anterior. E nessa, Amaro Ferreira das Neves, Presidente da Comissão, opôs-se às solicitações dos demais membros, capitaneados por Teixeira Mendes<sup>24</sup>, de seguir com os trâmites necessários do concurso, devido à ausência de Domingos Sérgio de Carvalho. Ele entendeu que a presença do chefe da 4ª Seção e examinador do concurso seria indispensável à definição dos pontos a serem desenvolvidos pelos candidatos nas provas escrita e oral<sup>25</sup>.

<sup>19</sup> Carta de Batista Lacerda ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, 9/5/1905.

<sup>20</sup> Carta de Batista Lacerda ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, 9/5/1905.

<sup>21</sup> Correspondência de Batista Lacerda ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, 6/7/1905. SEMEAR/MN.

<sup>22</sup> Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, de 6/7/1905. SEMEAR/MN.

<sup>23</sup> Ofício n. 1274 do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 19/7/1905. SEMEAR/MN.

<sup>24</sup> Argumentava Teixeira Mendes que o Congresso Científico Latino-Americano ocorrerá em breve e que ocupará os funcionários do MN, dentre eles o próprio Domingos de Carvalho. Não sendo possível, portanto, postergar decisões necessárias. Diz ainda que é preciso começar a elaboração da programação antes que os concorrentes sejam “mais prejudicados pelas protelações” (Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, 28/6/1905. SEMEAR/MN).

<sup>25</sup> Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, 28/6/1905. SEMEAR/MN.

Apesar dos desentendimentos anteriores, na 3ª reunião, os pontos sugeridos por Sérgio de Carvalho<sup>26</sup> para a prova escrita foram aceitos por unanimidade pela Congregação e a prova foi realizada apenas para dois candidatos. Dias antes, Franklin do Nascimento havia entregue uma carta, escrita de próprio punho, na qual registrava sua desistência do concurso devido à “dificuldades de ordem econômica”<sup>27</sup>. Desse modo, compareceram à prova apenas Álvaro de Lacerda e Roquette-Pinto. Sendo esse o primeiro na ordem de inscrição foi-lhe dada a preferência para realização do sorteio dos temas a serem dissertados. O tema sorteado foi “Os mounds e seus construtores: aterros sepulcrais do Amazonas”.

No dia da prova prática, 5 de setembro de 1905, a Congregação voltou a se reunir para discutir os pontos relativos à prova oral, novamente sugeridos por Sérgio de Carvalho e aceitos unanimemente pela Congregação<sup>28</sup>. Em meio à reunião, chegou uma carta de Álvaro Lacerda na qual notificava o Presidente da Comissão de Avaliação de sua ausência na próxima etapa do concurso. O motivo, justificado somente ao Ministro do Interior<sup>29</sup>, e a carta, sem indicação de justificativas ou explicitação de desistência, não permitiu ao Presidente da Comissão conhecer sua real decisão em desistir ou não do concurso. Armando Ferreira se encarregou então de escrever ao Ministro, questionando-o se deveria adiar a prova prática<sup>30</sup>. Roquette-Pinto já havia chegado e aguardava a definição do prosseguimento, ou não, do concurso naquele dia<sup>31</sup>.

---

<sup>26</sup> Os temas eram: Os mounds e seus construtores: aterros sepulcrais do Amazonas; As cavernas e sua fauna na Europa, na América e no Brasil; Origem da arte cerâmica e sua evolução, principais centros produtores na Antiguidade, vasos antropomorfos do Brasil; Demonstração arqueológica, antropológica e etnográfica da alta antiguidade da América; Indústria, arte e civilização do homem quaternário na Europa, na América e no Brasil; Idade do Bronze e Idade do Ferro na Europa, Período Neolítico no Brasil; Restos humanos pré-históricos na Europa, na América e no Brasil: coexistência do homem e dos mamíferos quaternários; O homem terciário e o homem quaternário na América: migração pré-colombiana; Estudos comparativos entre os “kjoekkenmøddings”, “paraderos” e sambaquis. Influência da “synostose prematura” nas deformações do crânio; Análise dos diversos sistemas de classificação das raças humanas – classificação das tribos indígenas da América e do Brasil.

<sup>27</sup> Carta de Franklin do Nascimento ao Secretário do Museu, 27/8/1905. SEMEAR/MN.

<sup>28</sup> Idades pré-históricas na Europa, na América e no Brasil; Estudo crítico-comparativo dos métodos antropológico: branimetria americana e suas deduções; Principais outros? De civilização da América Pré-Colombiana. Estudo das tribos mais importantes da bacia do Amazonas; História Geral da cerâmica: sua origem pré-histórica. Cerâmica americana. Antiguidades cerâmicas do Brasil; Indústria, arte, civilização dos cliffdivellers e moundbuilders, sua origem e migrações; Branimetria e craniocopia, seu valor antropológico; Antiguidade do homem americano: sua civilização, classificação e distribuição geográfica das tribos da América e do Brasil; A Idade da Pedra na Europa, classificação dos diferentes períodos. Monumentos megalíticos; Deformações patológicas e étnicas do crânio: sua influência sobre o cérebro. Deformações pós-tumias; Os povos e suas origens. As cavernas de ossos na Europa, na América e no Brasil. Sambaquis e Paraderos.

<sup>29</sup> Carta de Batista Lacerda ao Sr. Neves Armando, 11/9/1905. SEMEAR/MN.

<sup>30</sup> Carta de Armando Ferreira ao Ministro do Interior, 11/9/1905 SEMEAR/MN.

<sup>31</sup> Ata da 5ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, 5/9/1905. SEMEAR/MN.

Após a definição do Ministro pelo prosseguimento, os membros da Comissão foram convidados a escolher, entre as coleções da 4ª Seção, seis espécimes para realização da prova prática. Os objetos escolhidos foram um crânio deformado, dois espécimes arqueológicos do Egito, dois espécimes da Idade Paleolítica europeia e um artefato etnográfico brasileiro<sup>32</sup>. A partir de então, o único candidato presente, Roquette-Pinto teria 1h30 para elaboração de sua resposta.

Dias depois, a Congregação realizou nova sessão para a realização da última etapa do concurso, a Prova Oral. O candidato foi novamente convidado a sortear um dos pontos indicados, sendo definido: “Idades pré-históricas na Europa, na América e no Brasil”. Após a realização da prova oral, ele foi convocado a ler a sua prova escrita referente à primeira etapa do concurso, em seção pública. Em seguida, a Comissão retirou-se em seção secreta para deliberar a avaliação.

Sérgio de Carvalho, a portas fechadas, foi chamado a apresentar o seu parecer sobre a prova técnica realizada por Roquette-Pinto. Respondeu o chefe da Seção que, dos seis espécimes entregues para avaliação, ele incorreu em erro apenas na avaliação do crânio, quando classificou sua deformação como “étnica” enquanto a resposta correta deveria ser “deformação patológica, a plagiocefalia”<sup>33</sup>. Sérgio Carvalho ressaltou ainda que a bibliografia científica era unânime em afirmar as dificuldades de caracterização de um crânio, ainda mais acentuada quando se desejava precisar a origem da deformação<sup>34</sup>. Após a apresentação do parecer de Sérgio Carvalho, a Congregação passou à votação: por unanimidade, Roquete foi habilitado à vaga de Assistente da seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia do Museu Nacional<sup>35</sup>.

## 1.2 A FORMAÇÃO DESEJADA

É importante registrar a ausência de Batista Lacerda na Presidência da Comissão de Seleção que conduziu a contratação de Roquette-Pinto. Lacerda foi um dos principais responsáveis pelas feições que a Antropologia adquiriu no Museu Nacional naquele momento.

<sup>32</sup> Ata da 6ª Seção Extraordinária da Congregação, reunião de 12/9/1905. SEMEAR/MN.

<sup>33</sup> Ata da 6ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, 12/9/1905. SEMEAR/MN

<sup>34</sup> Ata da 6ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, 12/9/1905. SEMEAR/MN

<sup>35</sup> Ata da 6ª Reunião Extraordinária da Congregação para realização do concurso, 12/9/1905. SEMEAR/MN.

Chegando mesmo a ser considerado um dos precursores dos estudos antropológicos sobre raça brasileira (LOPES, 1997, p. 226), ou ainda, o primeiro antropólogo brasileiro (FARIA, 1999, p.23).

Entretanto, se por um lado, a ausência diminuiu as marcas que o seu projeto de Antropologia e o de Museu poderiam imprimir na seleção, ela permite apreender como outros atores do Museu Nacional operavam a estrutura de recrutamento de novos quadros para instituição, sem a presença efetiva do seu Diretor na Presidência da Comissão. Assim, ao se analisar o processo que leva à contratação de Roquette-Pinto é possível perceber alguns dos mecanismos postos em funcionamento por esta rede e que estavam em jogo na seleção e reprodução dos quadros técnicos do Museu Nacional naquele momento.

No início do Processo Seletivo, Roquette-Pinto era um dos que, comparativamente aos demais candidatos, encontrava-se em maior desvantagem. No período da inscrição ainda não havia concluído a Faculdade de Medicina, nem possuía experiência de trabalho no serviço público. Álvaro Lacerda, por sua vez, já havia se formado e atuava como assistente interino da 4ª Seção e Santos Lahera participava como preparador interino da mesma Seção. Assim, ambos detinham prerrogativas sobre os demais candidatos em caso de empate, conforme preconizava o edital.

Apesar desta defasagem, os documentos apresentados por Roquette em sua inscrição nos mostram que ele possuía um excelente capital acadêmico. Havia sido aprovado plenamente em “Operações e Aparelhos”, com grau 8; em “Terapêutica”, com grau 9; e, com distinção e grau 10, em “Anatomia médico cirúrgica” e “Clínica Cirúrgica, Propedêutica e Sifilografia”<sup>36</sup>. Durante a seleção, Roquette-Pinto redigiu o Trabalho de Conclusão de Curso acerca da prática médica entre os indígenas (ROQUETTE-PINTO, 1906), o qual permitiu maior contato com a bibliografia relacionada à prova<sup>37</sup>.

Os títulos escolares em si constituem apenas uma parte do que foi avaliado no processo seletivo. Além deles, eram requeridos capacidade atestada de moral, cidadania brasileira e desenvoltura necessária a transpor três etapas com perfis inteiramente distintos. No entanto, como nos alerta Bourdieu (1970), o *habitus* inculcado com a educação engendra “práticas” que permitem obter o rendimento máximo dos títulos escolares sempre que

<sup>36</sup> Certificado da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, n. 422, de 15/4/1905. Arquivo: SEMEAR/MN.

<sup>37</sup> Os trabalhos de Roquette-Pinto produzidos durante o período em que foi funcionário do Museu Nacional serão tratados nos capítulos 2 e 3.

processos seletivos dependerem de “critérios difusos”, tais como “cultura geral” e, na situação analisada, é possível incluir o “atestado da moral” e a “desenvoltura” (BOURDIEU, 1970, p.333). Tais sinais diacríticos requeridos pelo MN foram apreendidos por Roquette-Pinto no decurso de sua formação e assim levou-o à aprovação.

O domínio da Moral era exigido em outros campos do Museu Nacional, sendo requerida também aos candidatos. Podemos dizer que constituía o próprio ethos da Congregação. É a ela que Batista Lacerda faz referência quando solicita aos membros da Comissão de Avaliação, face sua ausência da Presidência, que atentem para o risco da desmoralização pública a que todos estão expostos caso venha a ser solicitada a nulidade do Processo Seletivo por algum dos candidatos. As disputas em torno da celeridade do processo de seleção podem igualmente ser lidas como uma tentativa de contenção deste risco e das disputas decorrentes da indicação de outros ocupantes para a Presidência da Comissão que não os habituais.

A ligação com o Brasil, outro dos requisitos solicitados, estava presente não apenas na exigência de cidadania brasileira aos candidatos. Tal vínculo aparece ainda nos temas apresentados pela Congregação aos candidatos durante as etapas da seleção. Das vinte proposições temáticas apresentadas, nas provas oral e escrita, quase metade versava sobre as relações entre Brasil e América e/ou Europa. Mesmo a prova prática não escapou a este perfil. Dentre os seis objetos escolhidos havia um equilíbrio de procedências, constando objetos de três continentes. Dois eram de origem asiática, dois de origem europeia, um de origem americana (o objeto etnográfico) e um de origem não especificada.

Essa vertente de aproximação do Museu Nacional com as demais partes da América e do mundo, com clara ênfase na Europa, foi analisada por Lopes (1997) em seu estudo sobre a formação do campo científico a partir dos Museus. Trata-se do que a autora denominou “caráter universal” (LOPES, 1997, p. 242) e que aqui é reproduzido já na seleção de novos funcionários. Nascimento também percebeu a presença desta dimensão em outros domínios da instituição. No caso de sua pesquisa, ela aparece na composição dos acervos da chamada “indústria humana” (NASCIMENTO, 2009, p.45).

A combinação das habilidades dissertativa, oratória e de capacidade técnica integrava o propósito de recrutamento do corpo técnico. Esse deveria corresponder aos desejos universalistas da instituição e ser capaz de representá-la nas diferentes esferas sociais,

nacionais e internacionais. Para isso, vários mecanismos foram constituídos a fim de selecionar aqueles que melhor pudessem atender as expectativas que repousavam sobre eles<sup>38</sup>. Muitos desses mecanismos, inclusive, foram imaginados e postos em ação desde antes da realização do concurso que ora relatei.

Passarei à análise destes mecanismos para melhor compreender com que estrutura física e de reconhecimento, o corpo técnico poderia contar antes e a partir da sua efetivação nos quadros do Museu Nacional.

### 1.3 A HERANÇA RECEBIDA

Quando Roquette-Pinto ingressou nos quadros técnicos do Museu Nacional, já havia sido trilhada uma longa trajetória de investimento científico. A existência da seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia para a qual ele prestou concurso, ou mesmo sua realização, dentre muitos outros aspectos, resultavam do esforço empreendido pelos diretores do MN ao longo da segunda metade do século XIX. Notadamente, Ladislau Netto e Batista Lacerda.

Ladislau Netto iniciou suas atividades no Museu Nacional como assistente de Freire Allemão, diretor entre 1866-1874. Durante o período de colaboração entre os dois, o MN iniciou uma ativa participação na vida pública da metrópole. Ao noticiarem as pesquisas em curso em jornais e revistas, montaram uma significativa biblioteca e promoveram conferências públicas que contavam com a presença do Imperador e de outras figuras ilustres da Corte, assim, eles converteram o museu em órgão consultivo indispensável (FARIA, 1998, p. 63).

É o próprio Ladislau Netto quem registra os desdobramentos da visibilidade alcançada nesse período. Segundo o autor, foi a partir daí que algumas mudanças importantes aconteceram. Os objetos de História Natural passaram a ser enviados mais frequentemente e outros puderam ser adquiridos. O governo passou a ter conhecimento da situação do museu e de suas necessidades mais urgentes (NETTO, 1889, p. 8-9). Em 1874, após o falecimento de Freire Allemão, Ladislau, que já havia tornado-se seu substituto eventual, foi nomeado

---

<sup>38</sup> Segundo Bourdieu, “as estruturas tendem a se reproduzir produzindo agentes dotados do sistema de disposições capazes de engendrar práticas adaptadas às estruturas e, portanto, em condições de reproduzir as estruturas” (BOURDIEU, 1970, p.296).

Diretor da instituição, cargo que ocupou até 1893. E as mudanças, que já estavam em curso desde o período em que era seu assistente, puderam ser intensificadas.

Logo no primeiro ano de direção, Ladislau deu início ao que se tornou a grande batalha de sua administração: melhores condições de trabalho, tanto físicas quanto administrativas. Assim, em seu primeiro relatório ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, já anunciava as prioridades da instituição: “No aumento dos mesquinhos ordenados dos empregados, na determinação de suas competentes atribuições e na ampliação de todo o serviço do Museu, parece-me que deverá consistir a reforma de que trato e cujo projecto dar-me-hei pressa em apresentar a V. Ex., quando isso me queira determinar.” (NETTO, 1874, p. 5)

As dificuldades com a manutenção do pessoal eram, sem dúvida, um dos pontos mais críticos da administração do Museu. Além do diminuto número de funcionários, as acumulações eram quase uma regra e os baixos salários, pouco atrativos para tornar a opção pelo Museu Nacional exclusiva. Em 1875, por exemplo, o Diretor Geral acumulava a função de Diretor da Seção de Botânica e Agricultura; o Diretor da Seção de Zoologia contava, além desta função, com as de secretário e de bibliotecário e o preparador efetivo da seção de Arqueologia e Numismática exercia também a função de porteiro (NETTO, 1875, p. 6).

Além disso, as ausências eram constantes. O Diretor Geral, ainda em 1874, noticia ser o único, dentre os quatro diretores, a frequentar cotidianamente a instituição e, com isso, via-se obrigado a multiplicar suas atribuições (NETTO, 1874, p. 4). Dificultando, inclusive, o melhor gerenciamento da instituição. Além disso, os valores salariais estabelecidos, mesmo para os diretores, segundo Ladislau, eram menores que os dos mais “mesquinho dos mercenários” (NETTO, 1875, p.7).

Em 1842, ocorreu uma primeira reforma administrativa, durante a direção de Frei Custódio Serrão<sup>39</sup>, que buscava solucionar essas questões. No entanto, segundo Ladislau Netto, na época, a reforma já se mostrava insuficiente. A principal dificuldade apontada devia-se aos exíguos recursos destinados à manutenção do Museu e à defasagem das faixas salariais. Esses entraves tornaram-se ainda mais impeditivos com o aumento das atribuições assumidas pelo Museu ao longo dos 32 anos que separam a primeira reforma do início da administração de Ladislau.

---

<sup>39</sup> A lista de diretores do Museu Nacional, com a indicação do período de administração, encontra-se no Anexo I.

Numa tentativa de minimizar as dificuldades encontradas, Ladislau iniciou, em 1875, significativas modificações. Primeiro, implementou a contratação de naturalistas viajantes. Esses eram financiados para montar coleções desde a direção de F.L. César Burlamaqui (1847-1866), quando pela primeira vez uma pessoa foi contratada especialmente para coleta de espécimes etnográficos a serem destinados ao acervo do Museu. Nesse caso, foi o Coronel Francisco Raimundo de Faria ao Vale do Amazonas (FARIA, 1998, p. 62).

No entanto, somente na gestão de Ladislau Netto, a contratação de naturalistas viajantes rotinizou-se a ponto de se tornar parte dos quadros técnicos do Museu Nacional. Dentre os primeiros contratados por Ladislau figuravam, Domingos Ferreira (exímio conhecedor do Amazonas, do ponto de vista geográfico e etnográfico), Fritz Müller, Schreiner e Scwacke, todos três zoologistas. O próprio Ladislau Netto exercia essa função interinamente. Durante o período da Comissão Geológica (1875-1878), partiu em uma das expedições acompanhando seu diretor, Frederick Hartt (NETTO, 1889, p.10-16).

A segunda mudança instituída por Ladislau Netto foi a implementação da Instrução Pública, que havia sido posta como uma das principais funções do Museu desde o regulamento de 1842 e, até então, jamais realizada senão de modo esporádico e pouco efetivo. Pois, nunca houve lugares onde a Direção pudesse expor os materiais necessários aos cursos propostos, tampouco para receber o público. Como não dispusesse, no início de sua gestão, de recursos suficientes para empreender as reformas físicas necessárias à abertura de novos espaços, Ladislau tratou de retomar os que haviam sido cedidos a outras instituições. Solicitando à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional a devolução do salão por ela ocupado, pôde Ladislau Netto dar início aos cursos públicos.

Os primeiros a fazê-lo foram Henrique Gorceix e F. Hartt, em 11 e 26 de dezembro de 1875, respectivamente. O primeiro falou sobre a geologia da província do Rio Grande do Sul, com destaque para a bacia carbonífera e o segundo, da constituição geológica do Vale do Amazonas comparando-a com a dos Estados Unidos. A presença do Imperador é registrada, assim como de “pessoas distintas de ambos os sexos” (NETTO, 1875, p. 8-9).

E, por último, Ladislau realizou, ainda naquele ano, as ampliações físicas possíveis. Terminou a parte do edifício destinada à organização das coleções duplicadas, à secretaria, ao laboratório, ao isolamento das preparações zoológicas e botânicas. As reformas da fachada e

dos salões situados no primeiro piso seguiriam para o próximo ano, bem como a abertura de novos salões (NETTO, 1875, p. 15).

Com essas três mudanças – aumento das coleções com a contratação de viajantes, retomada dos cursos públicos e ampliação possível dos espaços físicos – Ladislau acumulou a força necessária para empreender a grande reforma administrativa e física de 1876. Iniciando pela reforma administrativa, formulou o novo regulamento.

Nesse, a destinação do Museu Nacional foi definida “ao estudo de História Nacional, particularmente da do Brasil, e ao ensino das sciencias phisicas e naturaes, sobretudo em suas aplicações à agricultura” (Artigo 1º, Decreto n. 6.116, de 9/2/1876). Para cumprir com esses objetivos, o museu passou a ser dividido em três seções: “Antropologia, zoologia geral e aplicada, anatomia comparada e paleontologia animal”; “Botânica Geral e Aplicada e Paleontologia Vegetal”; “Ciências Físicas, Mineralogia, Geologia e Paleontologia Geral”. Esse regulamento criou ainda a seção anexa, que abrangia a “Arqueologia, a Etnografia e a Numismática” e que permaneceria sob responsabilidade do Diretor Geral enquanto não houvesse corpo técnico para assumi-la (Art. 2º, Decreto n. 6.116, de 9/2/1876).

A criação da seção anexa, segundo Castro Faria, foi resultado da influência promovida pela Sociedade de Antropologia de Paris (FARIA, 1998, p.16) e constitui o marco que delimita o momento a partir do qual a Antropologia pode tomar vulto no Brasil. “Tratava-se, por conseguinte, não só de uma perfeita individualização desse setor, como de uma exata compreensão dos seus objetivos e dos seus métodos de trabalho. É a partir dessa data que as pesquisas de Antropologia Física começam a apresentar, entre nós, um desenvolvimento regular” (FARIA, 1999, p.23).

Através desse regulamento, a estrutura administrativa do Museu Nacional foi redefinida, passando a contar com 1 Diretor Geral, 3 Diretores de Seção, 3 Sub-Diretores de Seção, 1 Secretário, 1 Amanuense, 1 Bibliotecário, 1 Porteiro, 1 Contínuo, 6 Praticantes, 3 Preparadores e Naturalistas-Viajantes e Serventes em número indicado pelo Diretor Geral e aprovado pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (Artigo 2º, Decreto n. 6.116, de 9/2/1876).

Ficou estabelecido que o museu deveria buscar intercâmbios científicos com instituições análogas, nacionais ou estrangeiras (Artigo 6º, Decreto n. 6.116, de 9/2/1876),

classificar segundo as regras científicas e elaborar catálogos sobre os objetos que estiverem em seu domínio (artigo 8º, Decreto n.6.116, de 9/2/1876), organizar e promover cursos públicos e gratuitos (Artigo 16º, Decreto n.6.116, de 9/2/1876) e publicar trimestralmente a revista *Arquivos do Museu Nacional* (artigo 19º, Decreto n.6.116, de 9/2/1876).

Os cursos foram definidos conforme já vinham sendo realizados: à noite e por meio de palestras dos diretores de Seção e convidados, nos salões do Museu Nacional. Cada Seção deveria realizar sua palestra, pelo menos uma vez por semana, durante o período de 1 de março a 31 de outubro (artigo 16º, Decreto n.6.116, de 9/2/1876). Havia uma preocupação do Diretor Geral em alcançar o grande público, independente do gênero ou classe social (NETTO, 1875, p. 9). Para isso, Ladislau empreendeu uma cruzada de popularização da ciência. Incentivava os diretores de Seção a utilizarem quadros-murais, objetos das coleções, imagens e todos os recursos disponíveis para que o povo pudesse melhor assimilar a História Natural (LACERDA, 1905, p. 45).

Os cursos públicos promovidos pelo Museu eram fundamentais para a sociedade da época, possibilitavam o acesso ao conhecimento científico mais recente. Era a oportunidade de o público conhecer as novidades da História Natural. Ladislau, no entanto, lamenta, em certa medida, sua participação, pois, “l'empressement du public fut assez grand au début, mais diminua considérablement par la suite, parce que, sauf quelques exceptions, il n'était causé que par un sentiment de simple curiosité (NETTO, 1889, p. 20).

A fim de divulgar as pesquisas realizadas, Ladislau conseguiu implementar a publicação da revista *Arquivos do Museu Nacional*. As investigações e trabalhos realizados no estabelecimento passariam a ser publicadas pela revista (artigo 19º, Decreto n.6.116, de 9/2/1876) devendo ser encaminhada gratuitamente, ou através de permuta, às bibliotecas e estabelecimentos científicos, nacionais e estrangeiros (artigo 21º, Decreto n.6.116, de 9/2/1876). A revista contava, para distribuição, com 1.000 exemplares, a cada número, muito cuidadosamente impressos (LACERDA, 1905, p. 45)<sup>40</sup>.

Mais que uma obrigação administrativa, a revista *Arquivos do Museu Nacional* foi assumida por Ladislau Netto como um projeto pessoal. Segundo ele, “c'est la Revue du Muséum qui a le plus attiré mon attention et mes soins. Dès le premier fascicule, ce recueil a

---

<sup>40</sup> A lista dos institutos de pesquisas, museus e bibliotecas para onde a revista era remetida consta no Anexo II desse trabalho.

montré la nature de sont but à la fois utile et élevé, ainsi que la variété des recherches dont il se proposait de faire la publication.” (NETTO, 1889, p. 22)

As formas de ingresso na instituição também foram definidas por esse Decreto. O Diretor Geral e os Sub-Diretores passaram a ser nomeados por Decreto; os Praticantes e Preparadores, por portarias; e os demais empregados, pelo Diretor Geral (artigo 23º, Decreto n.6.116, de 09/02/1876). Os Diretores de Seção, os Sub-Diretores de Seção e os Praticantes eram admitidos mediante concurso no qual era exigido para todas as categorias a qualidade de cidadão brasileiro, maioridade legal, moralidade. Dos dois primeiros cargos, era exigido Atestado de Capacidade Profissional e, ao último, habilitação em exame público nas seguintes matérias: Língua Nacional, Latina e Francesa, Geografia, Aritmética e Geometria (Artigos 23º e 24º, Decreto n.6.116, de 9/2/1876). Esses, se aprovados com distinção na faculdade, era facultada a dispensa do exame público. Em caso de empate entre candidatos, aqueles que houvessem trabalhado na instituição eram preferidos aos demais (artigo 28º, Decreto n.6.116, de 9/2/1876).

Segundo Nascimento (2009), as mudanças promovidas pelo Regulamento de 1876 foram responsáveis pela profissionalização científica do Museu e pelo crescente aumento de suas publicações, cursos, coleções e exposições (NASCIMENTO, 2009, p.188) O entusiasmo pelas reformas empreendidas foi relatado por quem de perto as acompanhou. Batista Lacerda, sub-diretor da seção de “antropologia, zoologia geral e aplicada, anatomia comparada e paleontologia animal”, em sua narrativa sobre a história e os feitos do Museu, nos fala do desejo que havia em “erguer alto a reputação do Museu, e fazel-o estimado do publico e do governo da nação” (LACERDA, 1905, p.44).

A ênfase no conhecimento de dimensão universal fora apontada por Lopes como uma das características do Museu Nacional em fins do século XIX e que acompanha a reformulação dos museus nacionais latino-americanos e europeus no mesmo período (LOPES, 1998, p. 126). O intercâmbio entre essas instituições e a intensificação da dimensão universalista do Museu, foi fortemente incentivado pelas reformas empreendidas por Ladislau, notadamente com a institucionalização da revista *Arquivos* e sua distribuição pela Europa e demais continentes. Lacerda ao se referir a esse período menciona que o Museu Nacional, a partir daí, passou a ser “considerado nos centros scientificos europeus a mais importante instituição deste genero na America do Sul” (LACERDA, 1905, p. 46).

Enquanto Ladislau Netto trabalhava nas reformas até aqui relatadas, uma significativa mudança ocorria no Museu. Trata-se do planejamento do Laboratório de Fisiologia Experimental, inaugurado em 1880. Idealizado por Louis Couty e dirigido por ele e por Batista Lacerda, este laboratório constitui-se em um significativo centro de pesquisas independente do Museu, mas nele situado. “O programa inicial, apresentado por Couty, incluía estudos experimentais sobre o veneno de animais, plantas tóxicas e alimentícias, fisiologia do clima, do café, da erva-mate, do álcool da cana, e também sobre doenças de animais e seres humanos e fisiologia do cérebro estudada em macacos”<sup>41</sup>. Com objetivos tão pragmáticos, o projeto foi aprovado diretamente pelo Imperador que autorizou a imediata liberação de recursos necessários a sua instalação e funcionamento.

A partir daí, o laboratório seguiu com autonomia financeira e de pessoal, sem ser submetido ao Regulamento de 1876 e, tampouco, à direção do Museu Nacional. Contrariava, assim, a centralização administrativa e a autonomia de quadros técnicos que Ladislau vinha, com dificuldades, tentando construir. Esses fatos fizeram com que Ladislau pouco apreciasse o Laboratório. Apesar disso, a colaboração entre os diretores do laboratório e o Diretor Geral do Museu seguia, na medida do possível, sendo realizada. Os trabalhos executados no Laboratório de Fisiologia Experimental eram publicados na revista *Arquivos do Museu Nacional* e em outras revistas internacionais, o que projetou sua importância e junto com ela a do próprio Museu. O que não impediu, porém, que Ladislau empreendesse uma campanha difamatória sobre o laboratório, somente cessada com a repreensão pública do Imperador em 1883 (LACERDA, 1905, p. 65).

As pesquisas realizadas no laboratório eram de significativa importância. Batista Lacerda, por exemplo, conseguiu produzir o antídoto contra ofídios. E outros pesquisadores vinculados realizavam estudos sobre a erva-mate, conservação de carnes salgadas e estudo da fisiologia do sistema nervoso, além do estudo de várias doenças, tais como o beribéri, tuberculose e febre amarela. Em 1891, como resultado do Decreto 359-A, de 8/5/1890, o laboratório foi reorganizado e retirado das dependências do Museu Nacional. Passou a integrar, num edifício provisório situado a Rua do Senado, o Ministério da Agricultura sob a alcunha de Laboratório de Biologia. Em 1896, com a suspensão da verba de manutenção,

---

<sup>41</sup> Laboratório de Fisiologia Experimental. Dicionário Histórico Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/labfisexp.htm>>. Acesso em: 8 nov. 2010.

Batista Lacerda retornou com os equipamentos do laboratório ao Museu Nacional onde foi, por fim, incorporado.

A colaboração entre Batista Lacerda e o Museu, ou mesmo com a Antropologia, antecede o período de implementação do Laboratório de Fisiologia. Segundo Faria (1998), antes mesmo que Ladislau realizasse a grande reforma de 1876, Batista Lacerda já se projetava como um pesquisador de renome internacional interessado nas questões da Antropologia. Em 1875, ele enviou para as *Memórias da Sociedade de Antropologia de Paris*, o trabalho intitulado *Documentos para servir à história do homem fóssil do Brasil* (FARIA, 1998, p.18). No ano seguinte, a convite do Ministro da Agricultura, Tomás Coelho, ele ingressou no Museu para assumir a Sub-Diretoria da seção de “antropologia, zoologia geral e aplicada, anatomia comparada e paleontologia animal”. (FARIA, 1998, p.126). Já em 1877, Batista Lacerda participava ativamente da vida pública da instituição. Utilizando a estrutura construída por Ladislau Netto, ministrou o primeiro curso de Antropologia, dentro dos quadros de cursos públicos da época, considerado um marco na formação da disciplina no Brasil (FARIA, 1998, p.20).

O curso fora planejado em dois anos. “No primeiro, o estudo de anatomia e da fisiologia do homem. No seguinte, o estudo das raças humanas, especialmente a das raças americanas, abrangendo em parte as questões de herança, mestiçagem e aclimatação. Monogenismo e poligenismo ficarão para o fim” (LACERDA apud FARIA, 1999, p. 23). Segundo Faria (1998), a realização desse curso, juntamente com a proposição de uma exposição antropológica, foram momentos significativos para a constituição do campo antropológico no Brasil (FARIA, 1998, p.20).

A proposta de Batista Lacerda para realização de uma Exposição Antropológica foi prontamente aceita por Ladislau Netto que nela viu a possibilidade de sobressair-se aos esforços dos Americanistas e de elevar o Museu Nacional além do reconhecimento até então alcançado (LACERDA, 1905, p.56). Para tanto, solicitou ao Ministro que enviasse aos Presidentes de Província, ofícios requisitando a remessa, para o Museu Nacional, de objetos que pudessem servir à Exposição. A preparação para o evento iniciou-se ainda em 1881, com a solicitação de objetos, a recepção deles e a organização de expedições para realização de novas coletas e escavações. Inicialmente houve dificuldades para que os objetos fossem remetidos, mas, à medida que o grande dia se aproximava, as remessas foram se intensificando.

Os colecionadores particulares foram convocados a emprestar suas coleções à exposição e mesmo o Imperador não se furtou a ceder suas coleções. O próprio Ladislau Netto seguiu em busca dos objetos a serem expostos. Em 1882, ano em que a exposição foi inaugurada, ele foi à Ilha de Marajó, acompanhado de Gustavo Rumbelsperger e Manoel da Motta Teixeira, funcionários do Museu. Dessa incursão remeteram urnas funerárias, ídolos, falos, figuras zoomorfas e figuras humanas em posições diversas (LACERDA, 1905, p.56). No retorno, Ladislau realizou ainda uma incursão pelo interior do Rio de Janeiro com os mesmos propósitos.

Não era, obviamente, a primeira vez que Ladislau Netto realizava uma exposição. Além da exposição permanente do Museu, minuciosamente descrita em “Investigações” (NETTO, 1870, p.153-310), durante sua gestão ocorreu a Exposição da Filadélfia, em 1876. Apesar dessa exposição ter por propósito motivações diversas da que agora analiso, devido à ênfase nas questões agrícolas, ela permitiu a Ladislau experimentar uma exposição de grandes dimensões em âmbito internacional. Pôde também perceber a repercussão que as mostras levadas pela comissão brasileira despertavam no público. A coleção por ele preparada, por exemplo, foi tida como uma das mais notáveis. A composição que Hartt fez, com imagem dos botocudos, realizadas por Marc Ferrez, acompanhadas de régua, foi replicada em exposições posteriores. Inclusive, na Antropológica de 1882 (NASCIMENTO, 2009, p.131). Demonstrando assim a importância que esses eventos tinham na projeção dos que lhes seguiam<sup>42</sup>.

Além das exposições promovidas pelo Museu Nacional, ou com sua participação, ocorreram nesse período outros grandes eventos expositivos. Dentre os quais se destacam as Exposições Nacionais e Estaduais, com regularidade desde 1861 para eleger os objetos que seriam remetidos às Feiras Mundiais; as Exposições da Academia Imperial, desde 1879, e a Exposição Nacional das Indústrias, promovida pela Biblioteca Nacional em 1881 (ANDERMANN, 2004, p.129). Se por um lado esses eventos promoveram, como afirma Andermann (2004), a descentralização do poder de representação do patrimônio cultural nacional pelo MN; por outro, eles ajudaram a construir uma familiaridade do público com a linguagem expositiva e um circuito colaborativo entre as instituições envolvidas. Como mostrarei adiante, a Biblioteca Nacional em muito contribuiu para montagem de uma das salas da Exposição de 1882.

---

<sup>42</sup> Para uma descrição detalhada das exposições realizadas no Museu Nacional desde a sua fundação, ver: FÁRIA (1982) e NASCIMENTO (2009, p. 95-142).

Superadas as dificuldades iniciais, a data de abertura foi escolhida: o aniversário da Princesa Isabel, 29 de julho. Para comemorar duplamente a data, compareceram ao Museu, a Princesa, o Imperador e os demais membros da Família Real (ANDERMANN, 2004, p.128), que, ao adentrarem os salões do Museu Nacional, encontraram as oito salas reservadas à Exposição Antropológica. Três foram dedicadas à Etnografia (Vaz de Caminha, Rodrigues Ferreira, Anchieta), duas à Arqueologia (Léry, Hartt), uma à Antropologia (Lund) e duas compartilhadas entre Etnografia e Arqueologia (Martius, Gabriel Soares). Cada sala recebeu nome de viajantes ou naturalistas. Nelas foram postos objetos das mais diversas naturezas, embora todos de procedência nacional (LACERDA, 1905, p. 56).

A exposição iniciava-se pela sala Vaz de Caminha e, em seguida, à sua direita, o visitante poderia ir para a sala Rodrigues Ferreira, espaço onde a exposição foi inaugurada ou, à sua esquerda, para a sala Anchieta. Seguia-se então para a sala Léry, depois para a sala Lund e Hartt, em seguida, para a sala Martius e finalizava o percurso na sala Gabriel Soares (NASCIMENTO, 2009, p. 133-137). As notícias divulgadas em jornais e revistas convidavam os visitantes a adentrar em um mundo diferente do seu. Margeada por folhagens e arbustos, a entrada indicava o início da trilha que eles teriam que percorrer até conseguir consumir o outro (NASCIMENTO, 2009, p. 114), naquele momento, produzido como uma totalidade. Dois guias acompanhavam o visitante em sua trilha: o *Guia da Exposição Antropológica*, com a lista dos objetos da exposição e a indicação dos seus respectivos proprietários (MUSEU NACIONAL, 1882a) e a *Revista da Exposição Antropológica*, contendo artigos produzidos sobre os objetos em exposição ou temas correlacionados (MUSEU NACIONAL, 1882b).

No primeiro espaço, estavam expostos arcos, flechas, lanças, remos e outros objetos de diferentes grupos indígenas do Brasil (MUSEU NACIONAL, 1882a, p. 7). Nela ocorria “a maior uniformidade do acervo, um grupo de objetos manufaturados em madeira e ornados em troféus harmônicos”, com composições redondas e verticais que se expandiam (NASCIMENTO, 2009, p.133).

Na sala Rodrigues Ferreira, por sua vez, havia os instrumentos de guerra, de caça, de pesca e de música. Esses objetos eram provenientes tanto das coleções do Museu, quanto de empréstimos. Destacam-se as cessões do Imperador, do Museu Paraense, do Liceu do Ceará, do Instituto Arqueológico alagoano, do Instituto Arqueológico de Pernambuco e dos seguintes particulares: Barão de Tefé (Objetos do Alto Amazonas: Caripunas, Cunibos e do Rio Negro: Uaupés); Visconde do Paranaguá; Major Guimarães, Sr.<sup>a</sup> Amélia C. de Albuquerque (objetos

do Mato Grosso: Coroados); Conde D'Eu (Objetos dos Guajajaras). Nessa sala, também havia flechas dos índios Parecis, da Serra do Norte, provenientes de coleções do Imperador, do Museu Nacional, do Museu Paraense e do Liceu do Ceará. Seis estampas com imagens dos indígenas do Amazonas, realizadas durante a expedição de Alexandre Rodrigues, finalizavam o acervo dessa sala.

Na sala seguinte, a Anchieta, o visitante poderia conhecer alguns livros e obras relativos às línguas indígenas, cedidos pela Biblioteca Nacional e um amplo conjunto de litografias, gravuras, aquarelas e fotografias pertencentes ao Imperador, ao Museu Nacional e à Biblioteca Nacional. Havia ainda algumas telas a óleo de diferentes procedências. Desse conjunto destacam-se reproduções de telas de Eckhout<sup>43</sup>, pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); gravuras produzidas durante a expedição do Príncipe Neuwied (1815-1817), provenientes do acervo da Biblioteca Nacional e reproduções de malocas e de indígenas (MUSEU NACIONAL, 1882a, p. 63-71). Essas últimas realizadas a partir de indígenas que haviam sido remetidos ao Museu Nacional, especialmente para participar da exposição.

Pode-se localizar a procedência de um desses grupos, os botocudos do Rio Doce<sup>44</sup>. Respondendo às solicitações de Ladislau Netto, realizadas por meio dos ofícios enviados pelo Ministro da Agricultura, o Presidente da Província do Espírito Santo, Herculano de Souza, comunicava, em 28 de junho de 1882, o envio de um grupo de sete índios e um intérprete para representar os índios do Rio Doce na exposição. O grupo era composto de um velho, suas duas mulheres, uma velha, um rapaz e dois meninos de idades diversas<sup>45</sup>. Esse conjunto de pessoas foi fotografado e, posteriormente, retratado separadamente em tela. Essas imagens foram expostas na sala Anchieta e também incorporadas à Revista da Exposição.

Interessante nesse caso é refletir tanto sobre os domínios de circulação e consumo das imagens produzidas, quanto sobre as formas de recrutamento dos objetos e das pessoas. No primeiro caso, temos justaposto às imagens dos índios (que frequentaram a exposição) um conjunto de imagens referidas à mesma população, “os botocudos” (Neuwied, Stutgardt, Bock, entre outros), mas localizado em tempos remotos e na escala de desenvolvimento

<sup>43</sup> Foram reproduzidas as seguintes telas de Eckhout: *Mameluca*, *Homem Tupi*, *Homem Tapuia*, *Mulher Tupinambá*, *Dança Tapuia*.

<sup>44</sup> Relativo a esses indígenas foram produzidos uma série de materiais: fichas antropométricas, fotografias, retratos, desenhos, entre outros que, depois, foram incorporados à coleção do Museu Nacional.

<sup>45</sup> Carta do Presidente da Província do Espírito Santo ao Diretor Geral do Museu Nacional, 28/6/1882. Pasta 21, Doc. 121, Arquivo SEMEAR/MN.

correspondente ao mais primitivo<sup>46</sup>. Para segunda proposição, as circunstâncias de recrutamento foram totalmente apagadas. Basta dizer que, ao remeter o grupo de botocudos ao Diretor do Museu, Herculano de Souza recomendava-lhe “tratá-los bem”, dar-lhes “pequenos presentes” e, principalmente, “entretê-los na idéia de voltar breve”. Registrava em sua carta que eles desconheciam o destino para o qual foram remetidos quando da sua saída do Espírito Santo e que acreditavam estar a caminho de casa, no Rio Doce. Herculano de Souza impõe como condição do envio, a devolução dos indígenas e de seu intérprete, pois, sabia que eles ficariam furiosos quando descobrissem o seu destino, a Exposição Antropológica<sup>47</sup>.

Na sala seguinte, os visitantes seguiam ao encontro dos vestígios arqueológicos do Amazonas, em parte, escavados por Ladislau Netto e aos sambaquis da região Sul do Brasil, explorados, em parte, por Hartt. Em seguida, na outra sala, eles poderiam ver, ao lado de vasos de diferentes procedências, urnas funerárias vazias e com ossadas, ídolos e fragmentos de ídolos. Na sala Lund, eles ingressavam no universo da Antropologia. Lá estavam expostos os crânios, ossadas e múmias indígenas, notadamente provenientes de grupos de botocudos. Além desses objetos, eram expostas fotografias dos índios botocudos do Rio Doce, acompanhadas das réguas de mensuração.

A partir daí, os visitantes passavam para as salas compartilhadas entre a Etnografia e Arqueologia, última parada antes de retornarem ao mundo dos brancos. Nessas salas, eles podiam apreciar os elementos da vida cotidiana dos indígenas como vasos, esteiras, cachimbos, ornatos, pulseiras, fusos, colares, redes, machados e uma infinidade de objetos domésticos. Nela havia ainda um conjunto de cabeças Mundurucu e seus respectivos adornos.

A descrição de Batista Lacerda sobre a exposição de 1882 é ilustrativa da diversidade objetos que a compunha:

cabanas com as redes e apetrechos domesticos do índio, canôas e ubás, como no acto da pesca; figuras de índio na caça, tudo por imitação do natural. As bellas colleções de ornatos e vestimentas de pennas, que o Museu já possui, ficaram num arranjo mais artistico; as armas, as frechas, os maracás, os borés, os tacapes, as zarabatanas, os arcos ocupavam grande extensão da sala; os machados de pedra, os polidores, os

---

<sup>46</sup> Lacerda; Peixoto chegam a dizer que “Pela sua pequena capacidade craneana os Botocudos devem ser collocados a par dos Neo-Caledonios e dos Australianos, isto é, entre as raças mais notaveis pelo seu grão de inferioridade intellectual. As suas aptidões são, com effeito, muito limitadas e difficil é fazê-los entrar no caminho da civilização” (Lacerda; Peixoto, 1876, p. 71-2).

<sup>47</sup> Carta do Presidente da Província do Espírito Santo ao Diretor Geral do Museu Nacional, 28/6/1882. Pasta 21, Doc. 121, Arquivo SEMEAR/MN.

instrumentos de syenito, os almofaruzes, os tembetás, etc., formavam pela sua regular disposição quadros dignos de ver-se e compararse. o curara nas suas cabacinhas panellinhas de argila, as settas, as aljavas, os curabis de caça hervados na ponta com aquele veneno, constituíam um grupo de objectos que interessavam sobretudo ao physiologista. Amostras de carvão, de ossos de aves e de espinhas de peixe estrahidas dos sambaquis, uma planta topographica dessas exquisitas formações conchyologicas; craneos humanos e esqueletos dalli procedentes, utensis de pedra e pontas de frecha formavam outro grupo que attrahia a atenção dos visitantes. A seção de cerâmica avultava pelo grande numero de amostras vindas de Marajó, mais ou menos bem conservadas. Cada especie de amostra correspondia a uma tribu, tornando-se dest'arte facil fazer-se a comparação entre os artefactos da mesma especie, pertencentes a tribus differentes (LACERDA, 1905, p. 57).

E a de Netto (1890), dos seus efeitos:

"L'Exposition anthropologique n'était plus une chimère, un simple rêve. Elle venait d'entrer dans le domaine de la réalité, car je venais de conquérir et j'avais là, dans les mains et sous les yeux, le noyau du matériel dont je devais enrichir plus tard cette fête de la science qui fut unique dans son genre, aussi bien au Brésil que dans le monde entier." (NETTO, 1890, p.60)

Para Faria (1999), a singularidade da exposição de 1882 residia tanto na ideia de sua concepção quanto nos resultados que a partir dela foram obtidos (FARIA, 1999, p. 24). Quanto aos resultados, tivemos, como principais, a consolidação da Antropologia no Brasil enquanto disciplina autônoma e com métodos delimitados e a projeção internacional do Museu Nacional como instituição a qual esta disciplina estará referida. Além disso, com a Exposição Antropológica de 1882, as coleções dobraram de tamanho e o conhecimento produzido pode ser propagado por um público bem mais amplo (NASCIMENTO, 2009, p.200) ao mesmo tempo em que as relações de envio de objetos com fins expositivos consolidaram-se entre governos provinciais, particulares e o Museu Nacional.

Quanto às ideias, ainda segundo Faria (1998), destaca-se da Exposição de 1882, o caráter etnográfico como marca dominante e a composição de suas coleções, provenientes de experiências anteriores (FARIA, 1998, p.20). Desse modo, o autor indica o alcance do pioneirismo do Museu Nacional numa época em que o Museu do Trocadero, primeiro museu etnográfico francês, mal era constituído<sup>48</sup>. Os objetivos de Ladislau agora seguiam em direção

---

<sup>48</sup> O Museu do Trocadero é o mesmo que, na primeira metade do século XX, será denominado de Museu de L'Homme. Para um estudo aprofundado dessa passagem, ver: L'ESTOILE (2007).

ao projeto da Exposição Antropológica Americana, idealizada para acontecer dois anos após a de 1882. No entanto, esse evento nunca aconteceu (KEULLER, 2008, p. 107).

Se o desejo por um Museu Etnográfico no Brasil jamais se concretizou<sup>49</sup>, Ladislau pôde, em parte, continuar a realizá-lo por meio das exposições. Assim, ele se encontra em 1889, na Exposição Universal de Paris, realizada com o objetivo de comemorar o centenário da Revolução Francesa. A Exposição sugeria ao visitante que realizasse a volta ao mundo em seis horas. Percorrendo o Campo de Marte, ele poderia encontrar “os avanços da técnica, a pujança da indústria e a diversidade das civilizações” (NASCIMENTO, 2009, p. 140).

Para essa exposição, organizou Ladislau uma mostra que o levou a ser mencionado com distinção no catálogo que assim se referia a ele: “Directeur de l’Exposition Brésilienne d’Antropologie et Ethnographie ou Pavillon Amazone, Section de l’Histoire de l’Habitation Humaine”. Dentre os objetos enviados pelo Brasil destacam-se as máscaras Tikuna, bastão de chefe Mundurucu, retrato de índio Botocudo, cabeça mumificada de um chefe Jivaro (NASCIMENTO, 2009, p. 141).

No interstício entre a preparação para a Exposição Universal de Paris e sua realização, Ladislau enfrentou um período de intensa turbulência, a Proclamação da República e com ela a vacância de poder. Houve nesse período uma intensa reorganização das repartições administrativas. O Museu Nacional, no entanto, encontrou na rede de contatos construída, a proteção necessária a sua manutenção. Quintino Bocaiúva, Ministro do Exterior, assegurou a inclusão do Museu Nacional dentre as instituições a serem protegidas pelo governo (LACERDA, 1905, p.64). E pôde Ladislau Netto contar com as relações familiares que o ligavam ao Marechal Deodoro, Presidente do Governo Provisório, para solicitar a mudança do Museu para o Palácio da Quinta da Boa Vista. No entanto, devido aos planos do General em lá estabelecer o Congresso da Constituinte, não pôde ele ser atendido naquele momento (LACERDA, 1905, p.65).

Os anos seguintes à República vão conduzir Ladislau aos seus últimos atos à frente do Museu Nacional. Pelo Decreto n. 9.942, de 25 de abril de 1888, alterou-se o Regulamento de 1876 somente em alguns pontos. Acresceu-se o artigo que proibiu a retirada de quaisquer objetos do Museu e modificou o artigo referente aos cursos públicos, extinguiu-os e, em seu lugar, instituiu as Conferências Extraordinárias. Ainda em 1890, pelo Decreto n. 337-A, de 5

---

<sup>49</sup> Brevemente discutido no bojo dos debates sobre o Regulamento de 1876.

de maio, o Museu passa a ser subordinado ao Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. O mesmo Ministério ao qual se vinculava a “Comissão Construtora da Linha Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia”, na qual Rondon trabalhava como ajudante. Tanto os trabalhos de construção das linhas telegráficas, quanto a figura de Rondon, serão fundamentais para se compreender a constituição das coleções etnográficas do Museu, no início do século XX. No entanto, esse ponto será desenvolvido mais adiante. Por enquanto, continuo a descrever as últimas realizações do Museu no século XIX.

Três dias após a publicação do Decreto n. 337-A, publicou-se o Decreto n. 359-A que, como vimos, retirou o Laboratório de Fisiologia Experimental das dependências do Museu Nacional. Além disso, em outro artigo, esse Decreto vetava o acúmulo de cargos por funcionários do Museu. Aqueles que possuíssem duplo vínculo poderiam optar por um dos dois. Por efeito do Regulamento, retiraram-se da instituição Schwacke, Derby e Batista Lacerda. O primeiro seguiu para direção da Escola de Farmácia em Ouro Preto; o segundo assumiu a chefia da Comissão Geológica e Geográfica de São Paulo e, o último, o Laboratório de Fisiologia. Assim, esse regulamento cerceou os últimos refúgios daqueles que se insubordinaram ao Diretor Geral.

Nas palavras de Lacerda, “com esse regulamento draconiano Ladislau nada mais fez do que acumular em torno de si elementos de subversão” (LACERDA, 1905, p.66). Referia-se Lacerda aos roubos que ocorreram no Museu no período subsequente à emissão do novo regulamento e que em muito abalou Ladislau Netto<sup>50</sup>. O que, ainda segundo Lacerda, deu início a sua debilidade física. No entanto, forças suficientes restavam em Ladislau para que ele conduzisse o Museu ao Palácio da Quinta da Boa Vista. Em 2/12/1892, pelo Decreto n. 1.160, o Museu foi transferido duplamente. Administrativamente, transferiu-se do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores (uma composição daquele Ministério com o Ministério da Justiça e o do Interior). E, fisicamente, passou a ocupar o Palácio da Quinta da Boa Vista.

A transferência de todas as coleções do Museu para o edifício da Quinta da Boa Vista levou cerca de três anos, durante os quais, significativos objetos foram perdidos. Ladislau seguiu acompanhando essa transposição até a sua aposentadoria, em 1893, quando entregou a

---

<sup>50</sup> Ladislau chega a indicar o material roubado do Museu Nacional nessa ocasião: 153 moedas, 70 medalhas e 49 diamantes (NETTO, 1970, p.135).

Direção Geral a Domingos José Freire. Esse a exerceu até 1895, ano em que Batista Lacerda retoma seu lugar na instituição, agora em seu comando geral.

Quando assumiu a direção do Museu Nacional em 1895, Batista Lacerda retomou o “espírito reformista” do Museu. Todos os ajustes e ampliações necessários à devida exposição dos objetos, realizada durante o período no Campo de Santana, tiveram que ser refeitos face às novas condições expositivas. Primeiramente, Lacerda retirou o pátio central que havia sido erguido para o Congresso da Constituinte e o abriu para uma ampla galeria com planos sobrepostos. O mobiliário foi sendo substituído aos poucos e as salas receberam o nome de um naturalista nacional ou estrangeiro, tal como na exposição antropológica. Após esse período de adaptações, o edifício só será novamente modificado com Roquette-Pinto depois de 1928 (FARIA, 1998, p.70)

Durante a gestão de Batista Lacerda além das reformas físicas, novas reformas administrativas foram realizadas. O Decreto n. 13.211, de 11/2/1899 modificou o de 1876 nos seguintes pontos: os diretores e sub-diretores de seção passam a ser denominados professores e assistentes; o Conselho Administrativo passa a compor a Congregação; permanecem as quatro seções, com seus respectivos laboratórios, denominadas (i) Zoologia, (ii) Botânica, (iii) Mineralogia-Geologia-Paleontologia e (iv) Antropologia-Etnologia-Arqueologia, agora acompanhadas por seus respectivos laboratórios; o cargo de Naturalista-Viajante é suprimido e, as exposições passam a ser abertas ao público de quinta a domingo. Pelo Decreto n. 7.862, de 9/2/1910, foram fundados três novos laboratórios: o de Química Vegetal, o de Entomologia Agrícola e o de Fitopatologia. Neste último regulamento, os cargos de Naturalista-Viajante, Substitutos e Preparadores foram restabelecidos.

Estas modificações imprimiram ao Museu Nacional uma dimensão prática de Ciência. Suas investigações e pesquisas tornaram-se cada vez mais postas a serviço da busca de soluções para o Brasil. Essa conversão tornar-se ainda mais explícita no Decreto n. 9.211, de 15/12/1911, em que a finalidade da instituição foi assim delimitada:

O Museu Nacional tem por fim estudar e divulgar a História Natural especialmente a do Brasil cujos produtos devem ser coligidos, classificados cientificamente, conservando-os, expondo-os ao público com as necessárias indicações, e proceder a estudos e investigações relativas à entomologia e a fitopatologia agrícolas, química vegetal e química geral.

A ênfase no Brasil está definitivamente posta como a missão a ser empreendida pelo Museu Nacional.

Com essas linhas finais, Batista Lacerda terminou o desenho do Museu Nacional que Roquette-Pinto encontrou quando nele ingressou em 1905. Ao esboço de Ladislau Netto com suas linhas dedicadas à Instrução Pública e à formação de coleções (com destaque às coleções indígenas e arqueológicas), foi sobreposta à dimensão prática de Ciência desenhada por Batista Lacerda. Seguirei a partir daqui observando e descrevendo os resultados dessa orientação na situação analisada. Para tanto, faz-se necessário retomar o fio da meada que deixei algumas páginas atrás. Voltemos à história de Roquette-Pinto e de sua experiência no Museu Nacional.

#### 1.4 A FORMAÇÃO CONTRATADA

O Processo Seletivo para ingresso de Roquette-Pinto nos quadros do Museu Nacional, ao mesmo tempo em que permite conhecer os critérios de seleção estabelecidos, encobre muitos outros aspectos que por não serem contemplados nas listas de quesitos a serem comprovados, não encontram espaço para serem explicitados. Dentre esses aspectos, cito a formação escolar anterior à Faculdade de Medicina; os estímulos que o levaram a optar pela Antropologia dentre as demais possibilidades de atuação médica existentes à época; ou mesmo as condições de formação do autor. Incluem-se, nesse último ponto, as relações familiares e econômicas que o possibilitaram ingressar na carreira médica e, posteriormente, transpor-se à Antropologia.

Começo pelo último aspecto citado. Roquette-Pinto nasceu no Rio de Janeiro, em 1884, filho de Manuel Menelito Pinto, pernambucano, formado pela Faculdade de Direito do Recife e Ana Josefina Carneiro de Mendonça, oriunda de uma família de proprietários rurais mineiros. Devido à separação precoce de seus pais, ele e o irmão, Mauro, foram morar com o avô materno, João Roquette Carneiro de Mendonça, na fazenda Bela Fama, nas proximidades de Juiz de Fora, MG (LIMA; SÁ, 2008, p. 57). Com a crise do café, seu avô foi obrigado a encerrar as atividades da fazenda e, após graves dificuldades financeiras, estabeleceu-se, por meio da interseção do senador de São Paulo, Alfredo Ellis, como tabelião no Rio de Janeiro.

Isso ocorreu por volta de 1896 e foi por meio dessa nova ocupação que seu avô pode custear a formação médica do neto (LIMA; SÁ, 2008, p.58).

No Rio de Janeiro, o Externato Aquino, onde cursou os estudos secundários, foi um dos lugares de contato com significativas referências intelectuais de sua trajetória. Lá, sob a direção de João Pedro de Aquino, estudaram alunos como Euclides da Cunha e ensinaram professores como Benjamin Constant, Capistrano de Abreu e André Rebouças (LIMA; SÁ, 2008, p.58).

O Externato Aquino iniciou suas atividades em 1864. Primeiro como um curso de explicações em Matemática destinado aos alunos do 1º ano da Escola Central, onde apenas o fundador, João Pedro de Aquino, bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, ministrava as disciplinas. Em 1865, novos “explicadores” foram contratados e o corpo de disciplinas foi ampliado. Somente em 1867 passou a ser denominado Externato Aquino. No ano seguinte, o Externato já havia ampliado em muito suas atividades e estudantes de Medicina iam lá buscar explicações para as disciplinas de Física, Química e Anatomia. As salas de aula eram equipadas com os mais modernos equipamentos oriundos da Europa, possibilitando aos alunos conhecerem as técnicas mais modernas em vigência<sup>51</sup>.

Em 1870, os cursos oferecidos foram diversificados de tal maneira que permitiam aos alunos projetarem sua formação em diversas áreas. Aos estudantes de instrução secundária eram ministradas as disciplinas de “Grammatica Portuguesa, Frances, Inglez, Latim, Grego, Allemão, Geographia, História do Brasil, História Universal, Filosofia, Rhetorica e Poetica, Mathemáticas”; ao curso de “Sciencias Physicas”, “Physica, Chimica, Botanica, Zoologia”; ao curso de Agrimensura, “Arithmetica, Algebra, Geometria, Trigonometria, Noções de astronomia, Topographia, Desenho linear, Desenho topographico”; ao “curso commercial”, “escripturação mercantil, Economia politica, arithmética commercial, direito commercial” e, por fim, eram oferecidas explicações das matérias referentes ao 1º e 2º anos da Escola Central e ao 1º ano da Faculdade de Medicina<sup>52</sup>.

Como é possível perceber pelo currículo apresentado, o Externato Aquino era uma instituição de ensino diferenciada. Venâncio Filho chega mesmo a afirmar que o Externato, dirigido por educador de tendências positivistas, ao oferecer um ensino com ênfase nos

---

<sup>51</sup> Colégio Brasileiro de Genealogia, Artigos Genealógicos, verbete “Externato Aquino – Rio de Janeiro”. Disponível em: [http://www.cbg.org.br/arquivos\\_genealogicos\\_e\\_01.html](http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_e_01.html). Acesso em 6 dez. 2010.

<sup>52</sup> Colégio Brasileiro de Genealogia, Artigos Genealógicos, verbete “Externato Aquino – Rio de Janeiro”. Disponível em: [http://www.cbg.org.br/arquivos\\_genealogicos\\_e\\_01.html](http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_e_01.html). Acesso em; 6 dez. 2010.

estudos modernos e nas ciências, colocava-se na contramão do ensino majoritário do país (VENÂNCIO FILHO, 2008, p. 43). Ainda segundo o autor, foi aí que Roquette-Pinto despertou o seu interesse pelas ciências.

A opção pela Medicina, por sua vez, é atribuída ao contato com Francisco de Castro<sup>53</sup>, professor da Faculdade de Medicina, que ao ser conduzido pelo jovem Roquette-Pinto a consultar uma pessoa dele querida, convenceu de que, “um espírito curioso” como o dele, “precisava de uma carreira científica. Aceitasse o seu conselho. Entrasse para a faculdade... Fosse qual fosse o meu destino, só poderia me ser útil um bom curso de ciências biológicas” (ROQUETTE-PINTO, 1939, p.46). Assim, o desejo pelas viagens que o “atormentava” desde os 15 anos e que, em sua leitura, o impulsionava a ser oficial da Marinha foi substituído pelo incentivo e curiosidade pelas Ciências Biológicas despertados por Francisco de Castro (ROQUETTE-PINTO, 1939, p.46).

Ao ingressar na Faculdade de Medicina, aos 17 anos, Roquette dedicou-se de modo exemplar. Lá, destacava-se como exímio aluno, postura comprovada por seu currículo entregue à avaliação da Comissão do Museu Nacional. Além disso, não se restringia a atuação em sala de aula. No penúltimo ano do curso, participava do Grêmio Estudantil, chegando mesmo a ser seu 2º secretário no ano de 1904<sup>54</sup>. Data daí também sua adesão ao Positivismo sob influência de Henrique Batista, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (VENÂNCIO FILHO, 2008, p. 60).

A virada para Antropologia, por sua vez, ocorreu durante o período de aulas com Brant Paes Leme, “inesquecível professor” da cadeira de Anatomia, em que, pela primeira vez, teve contato com a “interessante ciência das raças humanas” (ROQUETTE-PINTO, 1939, p. 46). Roquette-Pinto foi aí contagiado pela Antropologia exercida na época e inspirado a seguir nessa direção. A sua Monografia de Conclusão de Curso, “Ethnografia Americana: O exercício da Medicina entre os indígenas da America” (ROQUETTE-PINTO, 1906), é a primeira expressão da aliança do autor com a Antropologia.

---

<sup>53</sup> Francisco de Castro foi um importante médico do início do século XX. Sua formação humanista e “de letras”, como se costumava dizer no início do século passado despertavam a admiração de homens como Ruy Barbosa (VENÂNCIO FILHO, 2008, p.43). Para um estudo detalhado das relações dos médicos com a ciência neste período, ver: SÁ, Dominichi. **A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil, 1895-1935**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

<sup>54</sup> Estatuto do Grêmio dos Internos dos Hospitais do Rio de Janeiro. 1904. Arquivo ABL, Roquette-Pinto, Caixa 1, pasta 27-3-23, item 13.

A qualidade do trabalho produzido e a opção por realizar o concurso para assistente de Antropologia do MN, no último período do curso de Medicina, atestam a determinação com que abraçou a inspiração suscitada pelo “inesquecível professor”. No entanto, jamais abdicou das lições aprendidas no Externato Aquino. A João Pedro de Aquino, “querido amigo e mestre”, diretor e fundador do Instituto, Roquette dedicou o último trabalho desenvolvido na Faculdade de Medicina (ROQUETTE-PINTO, 1906, p. 1).

Por meio desse trabalho pode-se acessar as principais referências antropológicas que nortearam o trabalho do autor nos anos que antecedem seu ingresso no MN. A análise dos dados apresentada em *Ethographia Americana: o exercício da medicina entre os indígenas da América* (ROQUETTE-PINTO, 1906) já incorporava os métodos da Etnografia e da Antropometria (SOUZA, 2008, p. 216) e permite conhecer mais sobre o que Roquette-Pinto entendia por Antropologia e Etnografia, do que as etapas realizadas durante o processo seletivo do MN.

Um ponto fundamental desse trabalho reside na sua proposta: investigar as funções médicas nas sociedades indígenas da América. Imaginar um médico, no início do século XX, com todo o status e a distinção a que sua função era incumbida, dispor-se a contrapor tais práticas às indígenas, caracterizadas por sua “primitividade”, é de fato um aspecto surpreendente da obra de Roquette-Pinto. O autor, apesar de não abdicar de tal caracterização, constrói em relação a essas populações uma alteridade relativa em que a cada “estágio evolutivo”, as “funções médicas” vão se especializando até o “estágio atual”.

Tais passagens se dão em três momentos: “no período fetichico, inicial da evolução humana” a medicina era exercida por todos e especialmente pelas mulheres (porque essas “nascem com a bondade”); na “astrolatria” ela é especializada e tornar-se função do sacerdote (que une o coração, vinculado ao sentimento, à razão); no estado “polytheicos” a função médica separa-se dos sacerdotes e reside numa classe científica cujas decisões, no entanto, são subordinadas aos “chefes espirituais”; e, por fim, o valor da “função médica” foi apropriado pelo homem que desde então tem o empregado em “aliviar quem sofre” (ROQUETTE-PINTO, 1906, p.81-82).

Dentre os variados percursos que levam Roquette-Pinto a essas conclusões, gostaria de destacar aqui três dos muitos aspectos por ele desenvolvidos. São eles: a posição assumida pelo autor em relação ao debate acerca da origem asiática do homem americano; a pluralidade dos domínios utilizados para composição de sua análise e, por fim, a conexão entre Medicina

e Sociologia por ele proposta. Esses pontos são fundamentais para compreensão dos argumentos que se desenvolverão nos próximos capítulos.

Sobre o primeiro aspecto, Roquette recupera as considerações estabelecidas por Barbosa Rodrigues e Ladislau Netto sobre a origem asiática do homem americano. Embora posições divergentes, Roquette-Pinto evita o confronto direto com a posição dos autores por considerar o debate “estéril” e, além disso, ter sido “bem apreciado” por Romero (1888)<sup>55</sup>, em *Ethnographia Brasileira* (ROQUETTE-PINTO, 1906, p.28)<sup>56,57</sup>. A indicação da obra de Sílvio Romero para solucionar o confronto com as pesquisas realizadas por Barbosa Rodrigues e Ladislau Netto, é preciosa. É interessante acompanhar a análise por ele realizada para melhor compreender a indicação de Roquette-Pinto.

Primeiramente, para Romero, a tese elaborada por Barbosa Rodrigues em nada acrescentou ao debate proposto por Henrique Fisher, a quem se deve atribuir a origem da hipótese apropriada por Rodrigues (ROMERO, 1888, p.67-68). Romero prossegue em sua análise refutando as considerações de Barbosa Rodrigues uma a uma. Não somente destituiu a originalidade da questão, mas contrapõe suas conclusões a muitos outros pesquisadores que a mantiveram em um alcance limitado e, por isso, mais aceitável. Romero utiliza as observações de La Condamine, José de Moraes, Heriarte, Clavigero e Humboldt para explorar a inconsistência da hipótese e das conclusões de Barbosa Rodrigues e privá-lo da “imensa descoberta” por ele propagada (ROMERO, 1888, p.72-73).

A partir desse ponto, Romero prossegue contrariando muitas outras assertivas de Barbosa Rodrigues. O parágrafo transcrito a seguir é ilustrativo do domínio em que ele o inscreve:

O Sr. Barbosa Rodrigues não é um homem sem merecimento. Não é, porém, um espirito superior. De seus estudos de botânica é-me impossível fallar; falta-me a competência. Em *ethnographia*, quando se reduz a dizer o que vio, a relatar o que observou, a descrever em summa, comquanto copie muito dos chronistas e viajantes que o antecederam, não deixa de ter prestimo. Quando entra a philosophar, a tentar

<sup>55</sup> ROMERO, Sylvio. **Ethnographia Brasileira**: Estudos criticos sobre Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Theophilo Braga e Ladislau Netto. Rio de Janeiro: Livraria Classica & Cia, 1888.

<sup>56</sup> No trabalho de Roquette-Pinto não há a indicação precisa qual a obra de Barbosa Rodrigues ele se refere. Em Romero, são indicados três trabalhos: “Relatorio sobre o rio Yamunda”, 1875 (ROMERO, 1888, p. 74) e o 1º e 3º volume da revista *Ensaio de Sciencia*, 1876 e 1880, respectivamente (ROMERO, 1888, p.75-76).

<sup>57</sup> NETTO, Ladislau. Investigações sobre a archeologia brasileira. **Arquivos do Museu Nacional**, v.6, p. 257-553, 1885.

theorias, a procurar filiações, Barbosa é simplesmente detestável. (ROMERO, 1888, p.81)

Se ao realizar a crítica à Barbosa Rodrigues, Sílvio Romero detém-se em cada aspecto de sua argumentação e a refuta passo a passo, no caso da arguição às proposições de Ladislau Netto, um curioso procedimento é adotado. Sobre Ladislau Netto e as “investigações sobre a archeologia brasileira”, Romero procede a sua análise tomando a obra em conjunto com o volume VI da revista *Arquivos do Museu Nacional*, onde foi publicada. Indica que o volume é uma continuidade da “não esquecida *Exposição Anthropologica*” e, por isso, saudado “com festivos gabos pela imprensa brasileira” (ROMERO, 1888, p.119).

Inicia por dizer que as “Investigações” de Ladislau (NETTO, 1885) não são nem interessantes, nem tão admiráveis quanto os outros trabalhos apresentados no volume (ROMERO, 1888, p.119). E a partir daí divide-se entre elogios a Hartt, detentor de “esplendidos capítulos” e classificado como “o moço sabio” que “lançou os verdadeiros alicerces da ethnologia brasileira” (ROMERO, 1888, p. 120) e críticas ainda mais contundentes a Batista Lacerda, também autor de alguns artigos do 4º volume dos Arquivos do Museu. Romero o classifica mais como “um clinico e physiologista do que um antropologo de nota” (ROMERO, 1888, p.121). Seus estudos de craniometria, para Romero, não parecem contribuir para “solução dos enigmas do americanismo brasileiro” (ROMERO, 1888, p.122-124).

Prossegue então o autor na análise dos estudos de craniometria proposto por Batista Lacerda. Esse tipo de proposta é considerada valiosa para a “história natural do homem tomado em globo”, mas em nada contribui à compreensão da “natureza e índole” de um determinado país (ROMERO, 1888, p.124). Romero recupera as três “decepções”<sup>58</sup> sofridas pelos estudos de classificação e migração das raças humanas ocorridas no último século, para indicar a insuficiência da Antropologia anatômica, incapaz de “fornecer hoje base positiva para a distinção das raças humanas.” (ROMERO, 1888, p.123).

As “Investigações archeologicas” de Ladislau são então retomadas. Romero procede a distinção entre as duas partes em que se compõe a obra. Na primeira, Ladislau realiza vasta

---

<sup>58</sup> A primeira, a do critério de cor da epiderme como fator preferencial para classificação das raças; a segunda, a classificação pelo progresso da linguística e, a terceira, pelas “manifestações de suas indústrias” (ROMERO, 1888, p.122).

descrição dos objetos indígenas existentes no Museu Nacional. Na segunda, os analisa do ponto de vista teórico. Romero não verifica a procedência das descrições realizadas na primeira parte. Já na segunda informa ser manifesta a “esterilidade e em grande parte a incompetência do gracioso *savant*” (ROMERO, 1888, p.125).

A principal crítica de Romero à segunda parte do trabalho de Ladislau reside na inexistência de uma explicação geral ou, em suas palavras, de uma “lei que os prenda [os fatos descritos] e unifique numa *synthese* geral” sem a qual o conhecimento produzido de nada vale (ROMERO, 1888, p.125). Romero chega a dizer que “percebe-se de prompto não se haver o *scientista* patrio preparado regularmente para empregar o seu trabalho” (ROMERO, 1888, p.135) e sugere que ele consulte as publicações norte-americanas, “especialmente em antropologia e antiguidades, para não fazer classificações erradas.” (ROMERO, 1888, p.139).

Não se trata aqui de explorar as possíveis divergências entre Sílvio Romero e os autores citados. A ferocidade de suas críticas era tão reconhecida por autores que analisam sua atuação (SCHWARCZ, 2004, p.27) quanto por ele mesmo. Segundo seu próprio depoimento, “ninguém, como eu, dizem, tem nesse paiz dado a este instrumento – a critica – uns tons tão rudes. Quero crer que assim seja, em se tratando de umas figurinhas de tres palmos que entulham ahi a galeria litteraria” (ROMERO, 1888, p.131). No entanto, se aqui abro espaço às suas críticas é somente por perceber ecos de suas considerações no estudo de Roquette-Pinto sobre a Medicina entre os indígenas da América.

Essa marca me parece presente, por exemplo, na correspondência entre as referências bibliográficas utilizadas por Roquette-Pinto e as sugeridas por Romero em substituição às utilizadas por Batista Lacerda. Esse, “si quizesse, como é de seu dever, estudar a historia scientifica do paiz”, deveria notar que “o ultimo quarto do seculo tem sido notavelmente ubertoso de publicações dignas de mór apreço” (ROMERO, 1888, p.127-8). Refere-se aí a Lund, Gonçalves de Magalhães, Martius, Alves Nogueira, D’Orbigny, Carlos Hartt e Couto de Magalhães (ROMERO, 1888, p. 126, 128-129 e 131). Haeckel, “professor de Iena”, é outro exemplo dessa convergência. Tanto é referido em Romero quanto em Roquette-Pinto (ROMERO, 1888, p. 81 e ROQUETTE-PINTO, 1906, p. 28) como a autoridade no autoctonismo do homem americano.

A preocupação em instituir explicações mais amplas e gerais também estava presente na obra de Roquette-Pinto, embora com uma profunda diferença. Enquanto Romero sugeria a

Ladislau que se apropriasse da bibliografia americana para melhor construir suas assertivas (ROMERO, 1888, p. 139), será às escolas Francesa (notadamente Augusto Comte) e Alemã (principalmente Bastian e Ratzel) que Roquette-Pinto recorrerá. Tal ponto será retomado ao longo desta dissertação.

Romero destaca em seu texto, dois procedimentos também presentes na obra de Roquette ora analisada. O primeiro diz respeito à ênfase em autores nacionais e a junção de cronistas, historiadores, antropólogos e outros especialistas para composição do quadro referencial a que um autor deveria referir-se em suas análises etnográficas (ROMERO, 1888, p.126-127). O segundo, por meio da valorização que Romero promove de Hartt, a valorização da incursão em domínios variados. Desde a linguagem, aos contos, mitos, artes e às tradições (ROMERO, 1888, p.120). Em sua consideração, esses são aspectos que não podem ser minimizados para aqueles que desejem superar as limitações da “anthropologia meramente anatomica” (ROMERO, 1888, p.123).

Essa pluralidade de aspectos e domínios observados por Roquette-Pinto é o segundo aspecto que gostaria de destacar do “Exercício da medicina entre os indígenas da America” (ROQUETTE-PINTO, 1906). Antes, porém, farei uma última observação sobre a conexão entre essa obra e as sugestões de Romero.

Obviamente que as referências teóricas e metodológicas utilizadas por Roquette-Pinto não se restringem às indicadas por Romero. Essas parecem ser apenas um dos conjuntos referenciais adotados, mas não o único. Para citar apenas alguns exemplos sobre as divergências podemos recorrer à posição de Roquette sobre a ocupação da América. Sobre este ponto, Roquette optou pela Teoria das Levas Sucessivas de Povoamento provenientes de diferentes localidades e composta por raças distintas, tal como proposto por Quatrefages<sup>59</sup> – sequer considerado por Romero no texto citado (ROQUETTE-PINTO, 1906, p.27).

Não obstante, há um conjunto de autores, indicado por aqueles que se dedicaram a estudar a sua obra (ou parte dela), em que Roquette-Pinto estaria embasado ao longo da sua vida. Trata-se de Alexandre Rodrigues Ferreira, Von Martius, Fritz Muller, Frei Leandro, Alberto Torres, Euclides da Cunha, Goethe e Manoel Bonfim (FARIA, 1959, p.12; LIMA;

---

<sup>59</sup> Quatrefages juntamente com as publicações da Société d'Anthropologie de Paris, os textos de Broca, Topinard, Virchow, dentre outros, constituíam importantes referências em termos de Antropologia Física nesse momento (SEYFERTH, 1985, p.82). Alguns desses autores serão utilizados por Roquette-Pinto na classificação craniométrica das populações estudadas.

SÁ, 2008, p.69; RIBAS, 1990, p.6; VENÂNCIO FILHO, 2008, p. 43 e 49; SANTOS, 2008, p.135)

Retomando o aspecto da diversidade de perspectivas analisadas por Roquette-Pinto é importante observar que, apesar do autor centrar-se, ao longo de seu texto, nas práticas médicas entre os indígenas como ponto nodal, ele recorre a um múltiplo espectro de observações para de ele extrair os elementos que compõe o seu argumento. Para tanto, buscou referências sobre os mais diversos grupos que habitam a América, desde os residentes nas costas da Groelândia e no litoral ártico da América às populações da América do Sul (ROQUETTE-PINTO, 1906, p. 3; 61).

Para conhecer as práticas médicas existentes entre essas populações, Roquette utilizou dados de revistas de Antropologia (*Annual Repport of the Bureau of Ethnology*) e de relatos de viajantes (por exemplo, aos *Adventures of the first settleos on the Oregon or Columbia river* e *The Northwest coast* de Ross e Swan, respectivamente). Os relatos de expedições científicas também foram recorridos (Martius e Von de Steinen) assim como os relatos missionários (História da Companhia de Jesus, de Francisco Alegre). Também serviram em sua empreitada os trabalhos de antropólogos contemporâneos como Sérgio de Carvalho e Barbosa Rodrigues (ROQUETTE-PINTO, 1906, p.60; 66-70).

Os dados não eram de forma alguma utilizados de modo acrítico. Roquette-Pinto pretendia, através deles, restabelecer uma série de conhecimentos relativos à prática médica que foram ofuscados pelas narrativas de conquista. “Brancroft faz notar o grau de ingratidão em que os escriptores da conquista se mantiveram para com os povos da America, no que entende com a sua medicina, que tanto contribuiu para a nossa.” (ROQUETTE-PINTO, 1906, p.50). Através do amplo espectro de referências selecionado, ele pôde reconstituir essa contribuição.

São relatos, organizados segundo os grupos indígenas dos quais são destacados os responsáveis pela função médica, pelo manuseio dos instrumentos e remédios utilizados, onde são narrados diferentes formas de curas. Entremeado a essas considerações, o autor apresenta um vasto relato sobre as condições de alimentação, a organização social, as crenças nativas, a localização geográfica, entre outros aspectos anotados. Sempre juntando a essas observações, as considerações teóricas anteriormente mencionadas. É importante registrar que, ao longo do texto, as características relatadas são entendidas como elementos indissociáveis das práticas médicas, conformando etapas do que esta viria a ser no tempo de Roquette-Pinto.

A única interrupção do fluxo narrativo localiza-se nos debates sobre aspectos da Craniometria dessas populações. Os dados foram sintetizados a partir da *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*, do *Essai sur lês def. art. du crâne*, de Gosse e do *Deformations artificielles du crâne*, de Lunier (ROQUETTE-PINTO, 1906, p.18). Complementa-se esse debate com os trabalhos de Paul Broca, de Virchow; com o *Archivio per l'anthropologia* e pela carta de Lund publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (ROQUETTE-PINTO, 1906, p.59-60). De posse dessas referências teóricas, Roquette-Pinto procede a classificação craniométrica das populações estudadas.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de revisitar a filiação sociológica explicitada por Roquette nesse trabalho. O autor inicia a sua *Synthese Philosophica* marcando quais são as orientações que não pretende seguir em seus trabalhos, ou em suas palavras, as “sciencias praticas de que muita gente fala; e não é a que me apaixonona” (ROQUETTE-PINTO, 1906, p.75). Aí, refere-se à Sociologia “apertada nos moldes de Spencer” que, segundo o autor, não fornece a almejada explicação para os fenômenos humanos (ROQUETTE-PINTO, 1906, p.75). Trata-se tão somente de relatos dos fatos. Para Roquette, o fundamental é conhecer a lei que une os fenômenos, as formas pelas quais eles se sucedem e as relações que os ligam (ROQUETTE-PINTO, 1906, p.75). Tal ignorância decorre, segundo o autor, “da falsa posição que desejam dar ao homem. Pôl-o no quadro zoologico e chamal-o de simples animal; applicar-lhe as leis da animalidade apenas, é pratica infeliz” (ROQUETTE-PINTO, 1906, p.75-76).

Para o autor, o homem constitui uma composição entre “funções animaes” e “phenomenos de vegetalidade”. No entanto, é somente por meio de sua organização cerebral que faz surgir tão intensamente os “factos moraes”. Para ele, o aspecto que separa o homem do resto da animalidade “de maneira certa e firme”. Em suas palavras, “não é a theologia que o escolhe á custa de uma alma imponderavel; é a physiologia que mostra o valor anatomico d’essa alma; e frisa as funcções moraes, marco de divisão entre a animalidade e a humanidade.” (ROQUETTE-PINTO, 1906, p.76)

A distinção entre humanidade e animalidade assentada nos princípios morais, parece referir-se, em sua obra, à influência de Comte e de Montpellier, justapostas ao conhecimento médico. Na sua observação:

Augusto Comte firmou-se no que o passado havia realizado [sic] e estabeleceu, nos fulgurações do seu gênio, a sciencia da humanidade – a sociologia. São os principios

d'esta que me vão guiar; mas é antes preciso dar o exacto valor à medicina para entender certas praticas obscuras que encontramos entre os Americanos. A sociologia, para Augusto Comte, foi uma construcção de passagem, que lhe permittiu chegar ao estudo do homem individualizado. Isso não lhe foi difficil; e, nas bases de que dispunha, estabeleceu o philosopho de Montpellier a sciencia do homem – a moral. A medicina dillui-se n'ella; porque não é lógico entregar, ao medico, parte do estudo do homem e guardar para o philosopho, outra parte d'elle. (ROQUETTE-PINTO, 1906, p.76)

#### Para Roquette-Pinto, a Medicina era uma arte indissociável da moral:

a medicina é uma arte; cuja sciencia, relativa e indispensavel, é a moral. Essa unidade é desmembrada no tempo anrchico de hoje; o padre e o medico tratam, cada um de seu lado, da alma e do corpo; como si fosse possivel separal-os, peças metallicas de um mecanismo physico, limal-as e reunil-as depois! Os odutores indigenas, veremos, sabiam empiricamente manter essa unidade. Eram mais justos que esses, que a nossa civilisação disntingue, e que apenas cuidam do que o homem tem de vegetal e de animal; deixando cegamente, o que elle tem de *humano*.” (ROQUETTE-PINTO, 1906, p.76)

Procurei ao longo desse capítulo, traçar três eixos de compreensão para o ingresso de Roquette-Pinto no Museu Nacional. O primeiro diz respeito às condições de acesso da instituição em 1905, ano em que nela ingressou. Trata-se de compreender como funcionava os mecanismos de seleção e recrutamento de novos quadros, quem eram os responsáveis pela escolha, quais os critérios utilizados e qual a demanda existente para as vagas ofertadas.

Em seguida, busquei compreender como esses critérios estavam relacionados, ou melhor, eram herdeiros de uma longa empreitada de profissionalização da instituição. Entendido por “empreitada” não somente os mecanismos burocráticos estabelecidos para contratação. Mas também e, principalmente, os elementos de prestígio e de distinção que foram conquistados notadamente na segunda metade do século XIX. Aqui, pode-se relembrar o espetáculo das exposições nacionais e internacionais, os cursos públicos, a trajetória de proximidade com a elite política, republicana ou não e, por fim, a rede de contatos estabelecida com os principais centros acadêmicos do mundo.

O último eixo analisado refere-se à formação de Roquette-Pinto. Busquei entender como e porquê o jovem aspirante à Medicina, ainda não formado, optou por ingressar nos quadros técnicos do Museu Nacional, mesmo quando outros, como visto, desistiram antes mesmo de finalizarem o processo. Que marcas e desejos por ele carregados o conduziram aquele Museu? Busquei ainda entender quais concepções de Antropologia e Etnografia o jovem Roquette detinha para realizar as escolhas já mencionadas e, mais que isso, conseguir, com desenvoltura e distinção, ultrapassar todas as etapas de seleção.

Não pretendi, contudo, nesse capítulo esgotar as influências intelectuais e políticas apropriadas por Roquette-Pinto, mas situar os posicionamentos por ele assumidos nas obras ora analisadas. E, assim, melhor localizá-lo “no interior do campo ideológico de que faz parte, bem como estabelecer as relações entre a posição deste *corpus* neste campo e a posição no campo intelectual de agentes que o produziu” (BOURDIEU, 1971, p.186).

## 2. VIAGEM AO CORAÇÃO DO BRASIL

### 2.1 PRIMEIRAS VIAGENS

O primeiro trabalho confiado a Roquette-Pinto, logo após a sua nomeação como assistente do Museu Nacional, em 1906, foi a exploração dos sambaquis do litoral do Rio Grande do Sul. Essa missão foi-lhe confiada em resposta à sugestão de Kozeritz, em seu livro *Bosquejos Ethnológicos* (1884), onde solicitava a atenção do Museu Nacional às jazidas de Cidreira, naquela região (FARIA, 1959, p.3).

O estudo de sambaquis era um dos temas caros à época. Essas constituições geológicas guardavam, em seu interior, importantes materiais arqueológicos, fonte de estudo para diversas especialidades. Quando Roquette-Pinto foi enviado ao litoral do RS, Barbosa Rodrigues, Batista Lacerda e Miranda Ribeiro<sup>60</sup>, para citar apenas pesquisadores vinculados ao Museu Nacional, já haviam há muito realizado pesquisas nessas formações geológicas. Batista Lacerda foi um dos grandes expoentes de pesquisas em sambaquis. A partir dessas, tipificou a “raça primitiva de Lagoa Santa” que teria ocupado o território brasileiro antes da chegada europeia à América (FARIA, 1999, p.29).

Além da grande responsabilidade que lhe foi incumbida, Roquette-Pinto enfrentou outros desafios em sua primeira expedição. Um dos obstáculos iniciais enfrentados diz respeito à escassez de recursos a que foi submetido. Segundo o autor, a dotação recebida do Museu Nacional fora estimada sem considerar a estação das chuvas, quando para o litoral do Rio Grande do Sul diminuía-se o afluxo de pessoas e, com a redução dos transportes disponíveis, aumentavam-se as dificuldades de deslocamento.

Os recursos recebidos eram desproporcionais até mesmo para a contratação do primeiro transporte entre a capital, Porto Alegre, e o ponto inicial de onde deveria partir sua expedição, Tramandaí (ROQUETTE-PINTO, 1907, p.6). A Roquette-Pinto restava buscar outras formas de locomoção, e foi o que fez. Seguiu com sua expedição graças à ajuda do comandante da Marinha Nacional, Ramos Fontes, que lhe ofereceu espaço em sua comitiva até uma localidade próxima a seu ponto de partida (ROQUETTE-PINTO, 1907, p.7). Não sem dificuldades, Roquette-Pinto conseguiu equipar uma canoa e proceder a expedição a partir dali (ROQUETTE-PINTO, 1907, p.14; 17).

---

<sup>60</sup> Miranda Ribeiro juntamente com Carlos Moreira colaboraram com Roquette-Pinto na identificação do material por ele reunido durante a expedição ao litoral do Rio Grande do Sul (ROQUETTE-PINTO, 1912, p. 30).

O segundo, diz respeito à locomoção. Alguns sambaquis somente eram acessíveis por barco, com os riscos da navegação e os possíveis contratempos meteorológicos (ROQUETTE-PINTO, 1907, p.14). Além disso, as pancadas de chuvas punham em risco os mantimentos e a munição, obrigando-os a protegê-los durante as noites chuvosas com os seus próprios corpos (ROQUETTE-PINTO, 1907, p.23). Os atoleiros e, com eles, o risco da perda do material coletado, eram outra ameaça constante ao deslocamento da expedição (ROQUETTE-PINTO, 1907, p.29). Para se ter uma dimensão do que significava deslocar-se nessa região, Roquette-Pinto levou 47 dias para chegar ao Rio de Janeiro, ele iniciou seu regresso em 15 de novembro de 1906 e somente desembarcou na cidade em 1 de janeiro de 1907 (ROQUETTE-PINTO, 1907, p.21;27).

Por fim, ao chegar aos sambaquis, foi surpreendido pela destruição de muitas das jazidas que lhe foram “encomendadas”. E, por isso, não pôde obter da pesquisa os resultados que esperava (ROQUETTE-PINTO, 1907, p.3). Desse modo, procurou compensar as ausências de fontes científicas com a descrição minuciosa daquele território, cujo valor econômico, segundo o autor, era desconhecido<sup>61</sup> (ROQUETTE-PINTO, 1907, p.4). O trabalho etnográfico de “admirável sabor literário” (FARIA, 1959, p.4) foi a forma encontrada por Roquette-Pinto para contribuir, senão com o estudo dos sambaquis, pelo menos com o conhecimento da região (ROQUETTE-PINTO, 1907, p.4).

Nele, Roquette empenhou-se em descrever as paisagens, as formas de acesso aos lugares, as condições de navegação dos rios, a composição das cidades encontradas, os guias, a vegetação e os animais nativos (ROQUETTE-PINTO, 1907, p. 8-10). Os principais povoados e o que neles está disponível ao viajante, as formas de construção das casas (ROQUETTE-PINTO, 1907, p. 10). As formas de pesca conforme as estações, os tipos de peixes (ROQUETTE-PINTO, 1907, p. 12). Os preços pagos ao trabalho dos capatazes, as condições de estadia nos campos, as áreas férteis (ROQUETTE-PINTO, 1907, p. 17-18).

Nesse mosaico de informações, as paisagens mesclam-se. São lugarejos com “o mais deplorável aspecto” e lagoas com paisagens exuberantes, onde uma imensidão de flores e garças encontram o pesquisador (ROQUETTE-PINTO, 1907, p. 9;16). As aves são um dos aspectos mais admirados por Roquette-Pinto. Elas tinham com ele “ouzadias inconscientes

---

<sup>61</sup> As relações entre o desenvolvimento de saberes e práticas científicas em instituições como o Museu Nacional e as políticas públicas voltadas para questões de ordem econômica não são novidades do período republicano. Para uma análise do desenvolvimento das Ciências Naturais e a implementação de políticas agrícolas no Brasil do século XIX, ver: DOMINGUES (1995).

que ainda mais realçavam o nosso encanto de sentir tão perto a natureza” (ROQUETTE-PINTO, 1907, p. 18). Eram o “regalo de um naturalista” (ROQUETTE-PINTO, 1907, p. 18).

Os aspectos sociais não fugiram à observação do viajante. Ele nota que as pessoas quase não falam o português. E nisso identifica a ausência do governo em oferecer escolas aos filhos dos colonos (ROQUETTE-PINTO, 1907, p.6). Em Barra do Ouro, Roquette localiza uma colônia de agricultores italianos, que deixa no viajante uma impressão “muito melhor do que aquela recebida nas alemãs de S. Pedro. Aqui, na Barra do Ouro, máu grado o izolamento, tudo floresce.” (ROQUETTE-PINTO, 1907, p.26-27). Às indústrias abandonadas, Roquette atribui aos efeitos da Revolução Federalista de 1893 que a tudo provocou dano (ROQUETTE-PINTO, 1907, p.22).



Figura 1: Pescadores de Tramandaí, Rio Grande do Sul (1906). Fonte:ROQUETTE-PINTO (1907).

Apesar do quadro social apresentado, com a indicação de algumas áreas de ocupações sedentarizadas, de povoados importantes, polos de distribuição de mercadorias, as fotografias que acompanham o relato são majoritariamente de paisagens descampadas, sem pessoas ou com presenças minimizadas (Figura 2). Só há duas exceções. Uma é o mapa com a localização dos sambaquis e outra é com os pescadores no rio Tramandaí (Figura1). No mais,

são as grandes planícies e os largos rios que materializam visualmente a descrição para o leitor.



Figura 2: Rio das Três Forquilhas, Rio Grande do Sul. Fonte: ROQUETTE-PINTO (1907).

Os resultados científicos obtidos com a pesquisa propriamente dita, no entanto, são poucos. O próprio Roquette o admite em seu texto: “sei que os Sambaquis do Rio Grande forneceram alguns artefatos líticos de valor; o que eu achei não foi muito notável” (ROQUETTE-PINTO, 1907, p.31). Dentre os 23 sambaquis por ele pesquisados, identificou como principais somente dois: os espalhados entre as cidades de Cidreira e Vila Torres (ROQUETTE-PINTO, 1907, p. 28;14). E deles extraiu materiais pouco significativos. Nos cem dias de expedição, recolheu alguns machados de pedra, pontas de lança e objetos cerâmicos e nenhuma ossada humana (ROQUETTE-PINTO, 1907, p. 31-35).

A próxima atividade realizada por Roquette-Pinto de que se tem notícia se trata do trabalho apresentado no 4º Congresso Médico Latino-Americano, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1909<sup>62</sup>, intitulado “Etnografia Indijena do Brasil: estado atual dos nossos conhecimentos”

<sup>62</sup> Roquette-Pinto levará sua carreira médica em paralelo à atuação no Museu Nacional. Entre o período de 1905 e 1912 apresentou vários trabalhos em congressos médicos acerca de questões unicamente fisiológicas, dentre eles estão: “Sobre um caso de prenhez quadrupla – Communic. à Soc. Med. dos Hospitales - Rio, 2 de Junho de

(ROQUETTE-PINTO, 1909). Nesse trabalho, ele indica a inexistência de uma história dos povos do Brasil em que houvesse sido aplicada “a minucia, a clareza e a sciencia de Bancroft e de Schooleraff na descrição dos norte-americanos” (ROQUETTE-PINTO, 1909, p.1).

Os relatos dos viajantes e dos naturalistas, apesar de conterem importantes informações, não foram, segundo Roquette-Pinto, realizados pelo modo “mais seguro”: não basta inventariar os dados, é preciso apoiá-los na distribuição geográfica dos povos (ROQUETTE-PINTO, 1909, p.1).

Assim, procede Roquette-Pinto distribuindo a população indígena de acordo com a sua ocupação territorial. Na faixa litorânea do Brasil indica os Tupi, ligados pelos “traços geraes de vida, e de rejião, como tambem as linguas que falavam” (ROQUETTE-PINTO, 1909, p. 3). Os que não estavam nessa área, eram os “erradios e ferozes, bestiaes e glutões (...) de animo inabordavel” (ROQUETTE-PINTO, 1909, p.3). Esses eram os Tapuias (ROQUETTE-PINTO, 1909, p.4). Ao contrário dos Tupis, a denominação Tapuia abrangia grupos diversos em costumes e linguagem que, no entanto, formavam uma única raça (ROQUETTE-PINTO, 1909, p.4).

Para afirmar tal posição, Roquette-Pinto apoiava-se nos estudos de Von Martius; D’Orbigny e Ehrenreich. O antropólogo recuperava, nesses autores, as classificações linguísticas dos povos do Brasil e suas rotas de migração numa tentativa de conciliar os pontos divergentes a fim de produzir uma síntese. Segundo Roquette-Pinto, por ser a língua um aspecto facilmente modificável, aponta que a falha da solução proposta aí reside (ROQUETTE-PINTO, 1909, p.11). Nesse sentido, em busca de solução, Roquette-Pinto procede a outras possíveis formas de classificação para os povos do Brasil.

Os costumes, segundo o autor, alteram-se menos que a língua e podem, assim, ser um critério utilizado (ROQUETTE-PINTO, 1909, p.12). Nota-se que ao se referir a “costumes” o autor aponta para objetos: “o botoque para os Gês, as redes de fibras de palmeira para os Aruaks, as de algodão para os Carhibas, o tembetá para os Tupis” (ROQUETTE-PINTO, 1909, p.12).

---

1909”; “Sobre um caso de ectopia congenita no rim esquerdo - Communic. à Soc. Med. dos Hospitaes , in Bulletin da mesma - Anno 2 - n. 7 - Rio, 1909”; “Nota sobre um caso raro de sinfeze renal no homem - Rio, 1911 - (Peça apresentada a Sociedade Medica dos Hospitaes do Rio de Janeiro em 1909)” (ROQUETTE-PINTO, 1915b, p.1). Essas publicações, devido às finalidades desta dissertação, não serão aqui analisadas.

No aspecto físico, indica Roquette formarem um conjunto relativamente homogêneo, “são todos euticomí, mezorrinos, eurignatas, megazemas, embora de fenda palpebral estreita e oblíqua” (ROQUETTE-PINTO, 1909, p.12). E, por isso, conclui o autor que “no Brasil, ninguém pôde reconhecer, entre eles, mais de um tipo físico. No critério antropológico nada aproveita a classificação das nossas tribus” (ROQUETTE-PINTO, 1909, p.12). Os domínios etnográficos, por sua vez, são apontados igualmente como falhos devido às divisões linguísticas. Devem ser aceitos somente com reservas (ROQUETTE-PINTO, 1909, p.13).

Propõe o estudioso que se adote o elemento geográfico sem desprezar os dados linguísticos. Seu objetivo não era “fazer dos índios acidentes geográficos, característicos a certas regiões; o que se quer é não separar cada tribo do seu âmbito de digressões” (ROQUETTE-PINTO, 1909, p.14). Quanto à migração dos grupos, responde o autor, que as delimitações se fazem em grandes faixas e responde a “um fato real”, “a íntima relação do povo com o seu meio astronômico restrito” (ROQUETTE-PINTO, 1909, p.14;16). Tal formulação advém dos critérios geolinguísticos propostos por Paul Eherenreich.

O valor desse trabalho reside em dois pontos. Primeiro, a síntese realizada das teorias de Von den Steinen, Eherenreich e Von Martius e o esboço de classificação dos povos indígenas do Brasil segundo as orientações de Eherenreich. Além disso, consiste em um importante trabalho de divulgação dos conhecimentos etnográficos da época.

Em 1911, Roquette-Pinto participou de outra atividade a convite do Museu Nacional. Trata-se do 1º Congresso Universal das Raças, realizado no ano de 1911, em Londres, onde realizou a apresentação *do seu Diagrama da constituição antropológica da população do Brasil, organizado segundo as estatísticas oficiais de 1872 a 1890*.

Ao Congresso foi enviado na qualidade de assistente de Batista Lacerda, representante oficial do Governo Brasileiro, único da América Latina a fazer-se representar (SEYFERTH, 1985, p. 82). O trabalho apresentado por Lacerda, *Sur les métis au Brésil* – buscava comprovar a viabilidade da tese de branqueamento para o caso da população brasileira em 100 anos. E para isso, tinha por única prova estatística o trabalho fornecido por Roquette-Pinto (SEYFERTH, 1985, p. 97). Segundo Faria (1959), “o embraquecimento do brasileiro passou a ser considerado daí por diante não apenas um ideal, mas uma verdade científica; portanto, além de altamente apreciada, incontestável” (FARIA, 1959, p.5). Para Seyferth, a

proposição de Roquette-Pinto estava embasada por dados duvidosos e consistia numa projeção, admissível porque repleta de conteúdo ideológico (SEYFETH, 1985, p. 97-98).

Sejam pelos conteúdos ideológicos ou pela força da proposição científica, as considerações de Seyferth e Faria indica que os trabalhos apresentados pelo delegado brasileiro e seu assistente convenceram o público científico da viabilidade do branqueamento da população brasileira, ainda que seu prazo de realização fosse por vezes questionado. Após o importante evento, Roquette-Pinto partiu em missão oficial de quatro meses pela Europa, onde pode frequentar as aulas de Brumpt, Tuffier, Verneau e Luschan (DIAS, 1990, p.146). Com os dois primeiros, teve a oportunidade de atualizar as técnicas de estudo fisiológico, com o terceiro, as de Paleoantropologia e com o quarto, discutir os sistemas de classificação a partir da tonalidade da pele.

Em 1912, Roquette-Pinto enviou ao 28º Congresso Internacional de Americanistas, realizado novamente em Londres, sua “Nota sobre os índios Nhambiquára do Brasil Central” (ROQUETTE-PINTO, 1912a). Tal trabalho fora realizado a partir de material linguístico e de peças etnográficas remetidos ao Museu Nacional pela Comissão Rondon nos anos de 1910 e 1911 (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 29; FARIA, 1949, p. 5)<sup>63</sup>. Apontava esse material, como o mais detalhado sobre os Nambiquaras (ROQUETTE-PINTO, 1912a, p. 25). Novamente Roquette-Pinto retoma as considerações de Von den Steinen, apontadas nesse caso, como sumárias (ROQUETTE-PINTO, 1912a, p. 26).

Roquete Pinto utiliza-se do vocabulário apanhado por integrantes da Comissão Rondon, para propor a classificação dos Nambiquaras entre o grupo Gê (ROQUETTE-PINTO, 1912a, p.33). Os artefatos, no entanto, por sua técnica indicam que a cultura deles “parece um pouco mais elevada que a encontrada geralmente nas tribus deste grupo” (ROQUETTE-PINTO, 1912a, p.33). A ausência da rede corrobora para a classificação dessas populações entre os grupos Gê (ROQUETTE-PINTO, 1912a, p.35).

Não somente as atividades acadêmicas e a produção científica foram ocupadas por Roquette-Pinto durante os primeiros anos de atuação no Museu Nacional. Em 1910, tem-se notícia de que inaugurou a Fílmoteca do Museu Nacional com o objetivo de produzir registros científicos e divulgar a ciência, posteriormente, enriquecida por meio de doações realizadas

---

<sup>63</sup> No Relatório de 1912, da 4ª Seção, Roquette-Pinto indica ter sua nota sobre os índios Nambiquaras despertado o interesse dos Americanistas reunidos em Londres, conforme o relatório publicado na ‘Zeitschrift für Ethnologie’ de Berlim, Hf. III u.IV, de 1912, pelo professor Ed. Seler. (ROQUETTE-PINTO, 1912)

pela Comissão Rondon (MOREIRA et al., 2008, p. 260 ). Em 1911, apresentou ao Congresso Nacional, juntamente com Gustav Magnus, um projeto de tradução ao português de importantes obras de viajantes alemães, dentre as quais se destacavam os trabalhos de Spix e Martius, Von den Steinen, Karl von, Ehrenreich, Max Schmidt, Koch-Grümburg e Fritz Krause<sup>64</sup>. Não tendo sido aprovado, o projeto foi reapresentado ao Ministério da Agricultura e Comércio em 1917, também sem sucesso.

Em 1912, encontra-se Roquette-Pinto à frente da seção de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional, na qualidade de substituto eventual de Domingos Sérgio de Carvalho. Ele comanda as reformas físicas realizadas no setor, chegando mesmo a desentender-se com Reeves para obter da direção do Museu o atendimento aos seus pedidos<sup>65</sup>. Ainda em 1912, foi Roquette-Pinto quem escreveu ao Jornal do Comércio em defesa do Ministro da Agricultura, Pedro de Toledo. Solicitava que fossem retiradas as acusações de abandono das coleções arqueológicas publicadas contra o Ministro<sup>66</sup>. Em sua defesa, apresentava a assinatura do Regulamento de 1912 e a contratação de um Conservador em Arqueologia destinado ao cuidado dessas coleções como provas de sua colaboração e cuidado.

Como pode-se perceber, em meados de 1912, Roquette-Pinto estava perfeitamente integrado às atividades do Museu. Participara de importantes congressos internacionais e nacionais, publicara trabalhos significativos, assumira as atividades administrativas da 4ª Seção e mantinha canais de diálogo com importantes atores externos à instituição. À Serra do Norte encaminhou-se não somente um pesquisador proficiente e interessado no saber acadêmico. O Roquette-Pinto que para lá se dirigiu era também comprometido com o projeto institucional do Museu Nacional e com o projeto de Nação em curso. Além disso, era conhecedor das dificuldades envolvidas numa expedição longa e dispendiosa, fruto de sua experiência de viagem ao litoral do Rio Grande do Sul, por mais de cem dias, com poucos recursos e estrutura de apoio disponíveis.

---

<sup>64</sup> Projeto manuscrito apresentado ao Congresso Nacional da República dos Estados Unidos do Brasil, Acervo Roquette-Pinto, ABL, P27-05-23. O projeto de tradução de viajantes foi reapresentado em 1917 ao Ministro da Agricultura. Acervo Roquette-Pinto, ABL, P28-01-22. Retomarei a análise desses projetos no próximo capítulo.

<sup>65</sup> Cartas de Roquette-Pinto a P.A.Reeves, 13/3/1912 e 20/6/1912, Arquivo Roquette-Pinto, Academia Brasileira de Letras, Pasta 27-5-03.

<sup>66</sup> Carta de Roquette-Pinto ao Jornal do Comércio, 20/6/1912, Arquivo Roquette-Pinto, Academia Brasileira de Letras, Pasta 27-5-03.

## 2.2 CAMINHOS AO CORAÇÃO DO BRASIL

Roquette-Pinto inicia sua viagem à Serra do Norte em 22 de julho de 1912 e regressa ao Rio de Janeiro em 26 de novembro de 1912. Em cerca de 120 dias em expedição, pouco mais do que o tempo despendido na pesquisa dos sambaquis do Rio Grande do Sul, ele pôde obter resultados incomparavelmente mais expressivos do que essa experiência. Com eles, Roquette-Pinto realizou uma série de conferências na Biblioteca Nacional<sup>67</sup>, publicou artigos<sup>68</sup> (ROQUETTE-PINTO, 1911), uma tese (ROQUETTE-PINTO, 1915b) e um livro (ROQUETTE-PINTO, 1917). Além de inscrever, no campo de pesquisa antropológica internacional, os grupos indígenas por ele estudados.

No relatório de atividades apresentado ao Museu Nacional no ano de 1912, ele indica ter retornado à seção de Antropologia e Etnografia com “uma coleção inestimável”, composta por cerca de 2.000 espécimes etnográficos “de uma tribo completamente desconhecida até agora”, 52 fichas antropométricas acompanhadas de individuais dactiloscópicas, mais de 100 fotografias e muitos metros de filme etnográfico (ROQUETTE-PINTO, 1912). Essa coleção estava avaliada em uma centena de contos, pelos preços correntes (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.199-200). Em suas palavras, são “documentos da vida desses selvagens, obtidos pela primeira vez atestam todo o esforço que fizemos para cumprir a tarefa que nos fora confiada e concorrer para o desenvolvimento deste departamento do Museu Nacional.” (ROQUETTE-PINTO, 1912).

Se tais resultados foram possíveis, concorreu para isso o fato de Roquette-Pinto contar, além de sua formação em Antropologia – e com ela, as diferentes técnicas de coleta e de produção de dados – com uma logística operacional que lhe permitiu localizar e contatar os grupos indígenas e as populações locais, também objetos de sua investigação. Esta logística, que também permitiu-lhe driblar os desafios da escassez de recursos financeiros por ele apontados e vencer as dificuldades inerentes a uma viagem desse tipo (ROQUETTE-PINTO, 1912) é a estrutura disponibilizada ao antropólogo e a sua pesquisa pela Comissão Rondon.

---

<sup>67</sup> Na conferência de 1916 realizada por Alípio de Miranda Ribeiro, no Museu Nacional, ele recupera as conferências de Roquette-Pinto no ano anterior e menciona os resultados por ele apresentados: existência do homem na Idade da Pedra; a localização de 20 nações indígenas, com indicação de suas sub-divisões políticas, seus limites geográficos e avaliação aproximada de sua população. (RIBEIRO, 1945)

<sup>68</sup> Outro caso de estudo publicado como separado: Cf. E. Roquette-Pinto – Conferencias na Bibliotheca Nacional – 15 de março de 1913 e na Sociedade Brasileira de Dermatologia (Polyclinica Geral do Rio de Janeiro) – 11 de junho de 1915. Sobre dermatose dos índios da Serra do Norte.

A expedição que se materializou em 1912 estava planejada para acontecer em abril de 1911. Numa carta de Rondon<sup>69</sup> a Roquette, datada em 12 de março de 1911, ele responde às prováveis inquietações do viajante. Fala que a única preocupação de Roquette-Pinto deve ser com sua saúde, que estava, há pouco, debilitada. Recomenda-lhe que se mantenha bem e somente empreenda tão longa viagem se sentir-se forte o bastante para tanto. As inquietações de Roquette-Pinto, no entanto, parecem ser de outra ordem. Versam sobre a aprovação do chefe da 4ª Seção, Sérgio Domingues, à viagem idealizada. Rondon responde que acertará tal projeto diretamente com o Ministro, assim que chegar ao Rio. Apesar dos planos e indicações, a viagem não se realizou em 1911. Roquette-Pinto somente irá à região do Vale do Juruena e Serra do Norte em julho de 1912, quando estava em curso a 4ª expedição realizada pela Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA).

Não me foi possível localizar quais motivações teria Domingos Carvalho para contrapor-se aos projetos de Roquette-Pinto naquele momento. Pelo relatório do ano de 1914<sup>70</sup>, Carvalho indica uma leitura satisfatória da iniciativa e uma excelente solução à formação dos acervos, sendo inclusive por ele requerida que tal parceria fosse estendida a outros ministérios. Também sugere a Batista Lacerda que interviesse nos Ministérios da Guerra, Viação, Marinha e nas Comissões de Limites do Ministério das Relações Exteriores para que tais empreendimentos fossem por eles incorporados e assim pudessem ampliar ainda mais o material das coleções que já vinham sendo complementadas pelas doações da Comissão.

Batista Lacerda é indicado como um dos maiores incentivadores dessa parceria ainda nos anos de 1905. Desde esse período, o diretor realizava campanhas solicitando aos poderes públicos que restituíssem o cargo de Naturalista-Viajante – criado na gestão de Ladislau Netto e extinto na República, com o objetivo de ampliar as coleções (SÁ; SÁ; LIMA, 2008, p.789). Assim, em 1907, quando o Museu é chamado a participar da Comissão com o envio de naturalistas-viajantes, seus pedidos parecem ter sido atendidos.

A CLTEMTA atuou no Oeste do Brasil de 1907 a 1915 e fez parte de um amplo processo de conquista e afirmação da presença do Estado brasileiro em suas fronteiras, ao mesmo tempo em que constituiu um importante mecanismo de conhecimento das riquezas e

---

<sup>69</sup> Carta de Cândido Rondon a Roquette-Pinto, em 12/3/1911, ABL, Acervo Roquette-Pinto, p 28 01 04.

<sup>70</sup> Relatório de atividades, 4ª Seção, 1912. SEMAR/Museu Nacional.

potencialidades lá existentes<sup>71</sup>. A bibliografia relativa à temática é unânime em referir-se à experiência anterior de trabalho de Cândido Rondon com a Comissão Construtora de Linha Telegráfica responsável pela ligação de Goiás a Mato Grosso, de 1891 a 1898, sob o comando de Antônio Ernesto Gomes Carneiro e o período em que interligou Cuiabá a Corumbá, de 1900 a 1906, como os momentos nos quais Rondon pode constituir as técnicas de atração e pacificação largamente utilizadas pela CLTEMTA durante sua existência (LIMA, 1985; ERTHAL, 1992). Não obstante, para os fins desse trabalho, interessa-me focalizar as redes de relações estabelecidas entre os integrantes da Comissão e os indígenas por Roquette-Pinto estudados, na região do vale do Juruena e Serra do Norte. Por isso, me deterei exclusivamente no período de atuação da CLTEMTA de 1907 a 1915.

Em 1907, a Comissão Rondon realiza a sua primeira expedição, com saída em Cuiabá para alcançar o rio Juruena. O plano traçado almejava estabelecer um posto avançado no Juruena e dali chegar ao Rio Madeira, de onde alcançaria Santo Antônio do Madeira – ponto final da linha telegráfica. Até então, poucas notícias havia sobre o grande rio. As cartas eram imprecisas e somente o trabalho de desbravamento por terra poderia constituir os caminhos da Linha. Contando com o apoio dos seringueiros locais no fornecimento de tropas de burro, comida e hospedagem e utilizando-se das trilhas abertas pelos índios Pareci, desde muito empregados nos seringais, em pouco mais de 50 dias de expedição, Rondon alcançou o Juruena (ERTHAL, 1992, p.88). Para onde retornará somente em 1908, com a 2ª expedição, tendo por objetivo alcançar a Serra do Norte.

Foi durante a 2ª expedição que Rondon inaugurou o primeiro destacamento, na margem esquerda do Rio Juruena, com 52 homens comandados pelo 2º tenente José Joaquim Teixeira da Silveira (ERTHAL, 1992, p. 108). Era seu objetivo estabelecer os primeiros destacamentos, para em seguida proceder a sedentarização dos índios Parecis no entorno dos postos. Aproveitando, assim, sua mão de obra para manutenção da linha, criação de gado e cultivo de plantações (ERTHAL, 1992, p.119). Foi também durante essa expedição que os primeiros indícios da presença dos índios Nambiquaras começaram a ser avistados. A partir

---

<sup>71</sup> Para o primeiro aspecto ver LIMA (1985, 1995) e para o segundo, LIMA; SANTOS; COIMBRA (2005) e SÁ; SÁ; LIMA (2008). Cabe aqui destacar, tal como LIMA; SANTOS; COIMBRA (2005) já fizeram, que nesse mesmo período ocorreu uma ampliação do processo de conquista e conhecimento dos sertões brasileiros. Sobre esse último aspecto, ver: LIMA (1999, 1998).

da 2ª expedição, diferentemente das outras, Rondon transitará, pela primeira vez, em regiões desconhecidas e sabidamente em poder de índios hostis (ERTHAL, 1992, p.89)<sup>72</sup>.

Na 3ª expedição, realizada ao longo de 1909, Rondon almejava alcançar o Amazonas partindo do Juruena. Nessa expedição, pôde contar com a presença de Miranda de Ribeiro, naturalista do Museu Nacional, que havia se dirigido à região com Cícero Campos e Frederico Hoehne ainda no ano anterior para acompanhar os trabalhos da Comissão e, assim, acessar as reservas de espécimes desconhecidos (SÁ; SÁ; LIMA, 2008, p. 791). Além de Miranda de Ribeiro e Rondon, a expedição contava ainda com a presença do médico Joaquim Tanajura, do Comandante de Pelotão, Antônio Pirineus de Souza e dos tenentes Emanuel Silvestre Amarante e Antônio Pirineus, num total de 42 homens (SÁ; SÁ; LIMA, 2008, p.791).

A comitiva foi dividida em três frentes. A primeira seguiria rumo ao Jaci-Paraná, pelo Norte; a segunda, pelo Amazonas até a foz do Rio Madeira; e, a terceira, sob comando de Rondon, foi pelo Sul através da floresta amazônica (SÁ; SÁ; LIMA, 2008, p. 792). Em Campos Novos, Rondon fundou mais um posto avançado, e ali deixou sob comando de Severiano Godofredo, 10 homens, 40 bois de cangalha, 21 burros, 3 cavalos e provisões (ERTHAL, 1992, p.119). O restante da comitiva seguiu em direção ao Amazonas.

Todas as perspectivas poderiam parecer a Miranda de Ribeiro favoráveis a seu empreendimento de pesquisa. Seguiria pela floresta amazônica nunca investigada; em companhia de Rondon, experimentado desbravador dos sertões brasileiros e conhecedor das línguas indígenas e, ainda, teria o apoio e proteção da comitiva. No entanto, o percurso foi muito mais surpreendente do que as expectativas que poderia ter Miranda de Ribeiro. Em poucos meses, faltaram provisões, começou o período de chuvas, os ataques dos insetos e as febres. Diante do risco que corriam, Rondon desfez-se dos animais cargueiros e, com eles, das coleções de história natural e chapas fotográficas recolhidas até ali (SÁ; SÁ; LIMA, 2008, p.793).

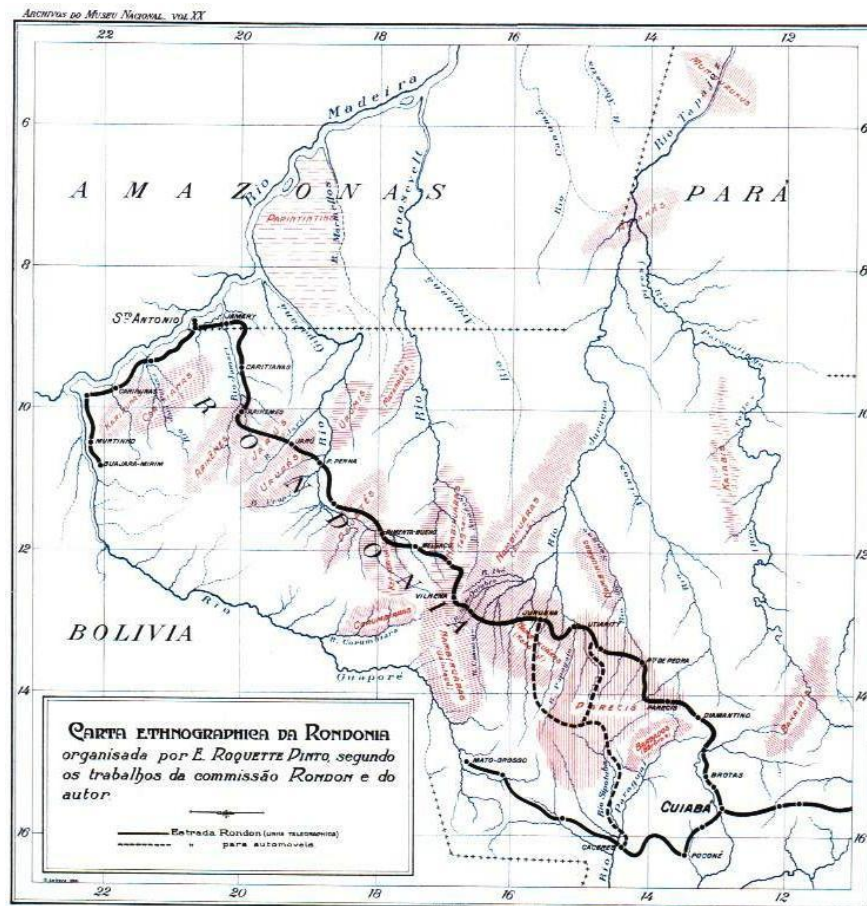
---

<sup>72</sup> Erthal (1992) pela leitura atenta dos relatórios e documentos anexos produzidos pela Comissão Rondon, de 1900 a 1915, desmonta o mito dos desertos inóspitos conquistados por Rondon através da atração e pacificação dos índios, nos primeiros anos de fundação da Comissão. Segundo a autora, no período anterior à ocupação do Vale do Juruena e da Serra do Norte, “a expedição prossegue e vai encontrado um sertão bruto, de difícil domínio, mas já bastante pontuado de grandes fazendas de gado. Essas terras já tem dono, e eles não são mais os índios. Rondon não está, de maneira nenhuma, desbravando terras, nem existe uma luta aberta, deflagrada, entre índios e brancos.” (ERTHAL, 1992, p.63) Para a autora, a Comissão, nesse momento, atuou muito mais como ordenadora das relações entre os diferentes grupos sociais (incluindo-se os índios) que buscavam ocupar um espaço na fronteira entre o Brasil, Paraguai e Bolívia do que como desbravadora de sertões desconhecidos e pacificação de grupos hostis (ERTHAL, 1992, p.74).



somente atravessado e reconhecido, sem ocupações significativas. E a coluna expedicionária que chegou ao Rio Pardo era composta somente por um grupo “estropiado, faminto e doente” (ERTHAL, 1992, p.141).

Apenas em janeiro de 1910, a Comissão inicia contatos com os índios Nambiquaras, atraídos ao posto de Campos Novos pela oferta de roças (ERTHAL, 1992, p.170). Em junho do mesmo ano, presentes mais significativos como ferramentas, começam a ser ofertados aos indígenas e, a partir daí, os contatos tornam-se cada vez mais frequentes (ERTHAL, 1992, p.171). Os contatos com os Parecis, que até então atuavam como guias e abriam as trilhas para a Comissão, também são modificados. Seus chefes passam a ser presenteados com armas e munições e contribuem para o controle territorial da população Nambiquara (ERTHAL, 1992, p.144).



**Figura 3:** "Carta Ethnographica da Rondonia: organizada por E. Roquette Pinto, segundo os trabalhos da comissão Rondon e do autor" (ROQUETTE-PINTO, 2005:31)

Na época de inserção de Roquette-Pinto, portanto, já haviam sido consolidados, pela Comissão de Linhas Estratégicas, os caminhos de acesso ao Vale do Juruena e à Serra do Norte<sup>74</sup>; uma trajetória de parceria com o Museu Nacional; as estratégias de conquista e ocupação das terras situadas a Oeste do Brasil e os mecanismos de gestão de suas populações. Roquette-Pinto não desconsidera essas condições, reconhece que pelas facilidades que Cândido Rondon lhe proporcionou, “pela dedicação do tenente Pyrinneus, pela boa vontade de todos os funcionarios daquela empreza sem par, pude realizar, em cerca de cinco mezes, o que exigiria mais de um anno fora de taes condições.” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.200), mas explicita não ter tomado parte do empreendimento de exploração da região. Foi lá em 1912 realizar apenas o sonho “de estudioso” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.32). Outros há muito já tinham dado início à realização do sonho de “exploração”.

### 2.3 NO CORAÇÃO DO BRASIL

Roquette-Pinto inicia sua viagem à Serra do Norte em 22 de julho de 1912 pelo caminho fluvial através do Rio Paraguai. Considerava ser esse o caminho mais seguro, uma vez que os Kaingangs continuamente atacavam os viajantes que realizavam a travessia por São Paulo – outra opção. Pelo Rio Paraguai subia até Corumbá no vapor Ladário. De Corumbá a Cáceres em uma lancha. E de Cáceres a Tapirapuan em uma plancha (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 36;47;61). Em Tapirapuan, Roquette-Pinto chegava à cidade de onde partem as tropas de abastecimento rumo ao posto avançado de construção da Linha Telegráfica, nessa época, situado a 100 léguas (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.66). Os transportes continuavam a ser realizados em três etapas, tal como fora a ocupação inicial empreendida por Rondon entre 1907 e 1910: de Tapirapuan ao Juruena, do Juruena a Campos Novos e de Campos Novos a José Bonifácio, local onde a construção da linha telegráfica avançava rumo a Santo Antônio do Madeira, seu destino final (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.66).

A escolha pelo caminho fluvial não eximiu o viajante de todos os percalços. A segunda etapa era realizada, sobretudo, a cavalo ou a pé. O trajeto de Tapirapuan até o encontro com a expansão da Linha era permeado de ameaças. É certo que até a metade do caminho, por volta do km 50 da estrada do Juruena o caminho era mais brando, podendo os

---

<sup>74</sup> No mapa com a localização dos grupos indígenas produzido por Roquette-Pinto (Figura 3) é possível conhecer o alcance do empreendimento da CLTEMTA e sua relação com essas populações– todo o percurso da linha estava atravessado por territórios indígenas.

viajantes contar com as melhores estradas carroçáveis. A travessia, a partir desse ponto até a chegada à Aldeia Queimada, é indicada como o pior trecho. Subidas íngremes em chão de areia fofa acompanhavam o viajante que não podia contar com fontes de água ou sombras (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.71). A lembrança da expedição ao Rio Grande do Sul é evocada pelo contraste com os animais presentes. Se na primeira as aves o cativaram, agora, são os insetos a lhe atormentar (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.71).

Ao chegar na Aldeia Queimada, Roquette-Pinto dá início à trajetória de contato com os Parecis. Lá, encontra o grupo Uaimaré, que se localiza no Utiarití e no Salto Timalatiá. Os dois grupos *Kozáriní* e *Kaxinilí*, do Rio Verde e das cabeceiras do Júba, do Cabaçal, do Jaurú e do Guaporé, também estavam na Aldeia Queimada. Segundo Roquette, o posto dessa aldeia era, em 1912, “pelos esforços do tenente Emanuel Amarante, um grande centro parecí.” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.73). Além dessa região, os Parecis viviam espalhados pelas cabeceiras dos tributários do Paraguai, do Juruena, do Guaporé, e no planalto do seu nome; “o ‘chapadão’ triste, arenoso e inhospito, é a patria parecí.” (ROQUETTE-PINTO, 2010, p.80)

Localizar os Nambiquaras, no entanto, não será tarefa tão rápida. Desde 1910, eles passaram a ser atraídos ao posto de Campos Novos por meio das roças. Mas, com a escassez de presentes e mesmo de alimentos provocada pela seca e pela grande crise de transporte, havia muitos dias antes da chegada de Roquette-Pinto que não eram vistos por lá (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.104;106). O mesmo se deu no posto Juína e de Uáikoákorê (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.106-107). Nessas ocasiões, eram os índios que socorriam o pessoal da Comissão fornecendo-lhes alimentos (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 106).

Os Nambiquaras somente serão encontrados após um mês de viagem pelos sertões. Ao avistar os primeiros rastros e uma fogueira, a comitiva seguiu em sua direção. Lá encontrou um grupo e chamando-lhes de amigos em língua nativa, em meio à escuridão da noite, logo os atenderam. Chegaram “correndo e gritando; uns gesticulando de mãos livres, outros de cacete em punho, mas não agressivos, outros ainda de arco e flechas enfeixados na mão esquerda, enquanto com a direita coçavam a cabeça, sorrindo, desconfiados. Ao luar, muito leitoso, era phantastico o aspecto daquelles homens, altos, lepidos, irrequietos, animados, falando sempre, desengonçados, inteiramente nós.” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.107). Em seguida ao encontro, a Comitiva inicia larga distribuição de presentes que passa a ser requisitada veementemente pelos indígenas. Alguns não esperavam a distribuição, iam logo sacando o que lhes interessa (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.107). Apesar da excitação e ansiedade de

Roquette-Pinto em encontrar os Nambiquaras, a expedição seguiu viagem até o pouso no Rio Primavera, deixando-os no lugar em que estavam.

Os dois grupos, índios e integrantes da Comitiva, se conhecem e sabem se encontrar. Logo pela manhã, os Nambiquaras vão ao encontro da Comitiva no pouso. Repetem às avessas o gesto da noite anterior. Agora são eles que chegam ao Primavera emitindo os mesmos gritos de chamamento. A grande surpresa parece ter existido só para o antropólogo que, naquela noite, não conseguiu dormir tomado de emoção. Em suas palavras, “dormir, naquela noite inesquecível em que a sorte me tinha feito surpreender, vivo e activo, o ‘homem da idade da pedra’ recluso no coração do Brasil, a mim, que acabava de chegar da Europa, e estava ainda com o cérebro cheio do que a terra possui de requintado, na diferenciação evolutiva da humanidade!”. (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.108).

Nesse dia, cerca de 50 indígenas Nambiquaras foram ao Primavera, o que Roquette-Pinto classifica como sendo o início da “parte essencial” de seu programa de pesquisas (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.109). Aí foram realizados filmes, chapas, notas, vocabulários. O autor sugere que os indígenas não se colocavam em situação de inferioridade frente aos domínios do homem de ciência. Exemplos são a citação de que um índio chegou a olhá-lo “com soberano desprezo durante alguns minutos” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.109) e de que muitos outros recebiam a pesquisa com desconfiança. Eram ariscos e não consentiam nos exames propostos pelo antropólogo (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 112; 115; 117; 122; 125). Outros o aceitavam com mais facilidade (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.114).

Roquette-Pinto prossegue em sua narrativa de como ocorreu a entrada pelos sertões. Segue até Campos Novos, identificado por ele como o “quartel general” e “Cruz Vermelha daquelas terras”, para onde os índios Nambiquaras são constantemente atraídos por meio da distribuição de presentes que pouco a pouco vão se tornando habituais e muito valorizados pelos indígenas (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.111). Nesse posto, indica ter estado sempre acompanhado por numerosos grupos provenientes de aldeias diversas (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.112). Em Três Buritis, volta a se deparar com o esvaziamento anterior. Mas, no pouso seguinte, Campos de 14 de Abril, consegue localizar um grupo com mais de 200 Nambiquaras, com suas mulheres e filhos. Conta para isso com o auxílio dos amigos de índios, Gastão Soares e João Lucas, telegrafista da Estação e vaqueiro, que o acompanhavam (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.113-4). Todos permanecem alguns dias acampados no entorno

do pouso do antropólogo. Sem dúvida, “tempo precioso” à pesquisa (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.113-4).

Além das mensurações antropométricas realizadas, Roquette-Pinto procedia utilizando como mecanismos de pesquisa, a realização de indagações prudentes e metódicas, com questionamentos sucessivos; a apresentação do fenômeno ou do objeto (para os casos de estudos de vocabulário) e o acompanhamento sistemático das conversas nos pousos e ranchos (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.80; 102; 178; 96).

O par confiança/desconfiança era apontado por Roquette-Pinto como um elemento central para realização da pesquisa e não estava de modo algum restrito à relação pesquisador/pesquisado (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.115; 122; 125). Eram nos locais onde os índios mais confiavam nos integrantes da Comissão de Linhas Telegráficas (alguns deles eram indígenas) que suas investigações podiam ser realizadas com mais eficácia. Penso serem essas considerações resultado do que estou apontando aqui, a partir de Oliveira (1999), como padrões de interação conformados pelo acúmulo das experiências anteriores dos atores envolvidos em situação. Desses padrões, atualizados e confrontados em campo, passam a decorrer expectativas e crenças orientadoras da interação a partir daí. Para entender como esses se constituíram é preciso retornar ao início da expedição do pesquisador à Serra do Norte e Vale do Juruena para segui-lo nessa elaboração.

Quando foi à Serra do Norte, Roquette-Pinto já havia acumulado um capital razoável de informações sobre a região e suas populações. Além dos trabalhos acadêmicos realizados e fruto de análise no tópico anterior, a recuperação histórica que fez e está registrada em seu livro dá mostras do alcance de seus conhecimentos. As primeiras notícias por ele recuperadas datam de 1718, com as bandeiras empreendidas por Antônio Pires de Campos e por Paschoal Moreira Cabral. O primeiro, desbravador das terras do vale do Paratininga. O segundo, de Cuiabá. Com Antônio Pires, o “Reino dos Parecis” foi descoberto. Nesse período inicia-se a ocupação da região (ROQUETE-PINTO, 2005, p. 20).

Com a suspeita de existência de ouro, outros desbravadores foram para lá atraídos. Se por um lado, desses nenhuma informação concreta pôde ser obtida, por outro, foi através dessas incursões que a ciência pôde também desbravar a região. Do material produzido nesse contexto, refere-se às etnografias de Taunay, Caldas, G. Pimentel e Couto de Magalhães como fontes em que somente pode-se aproveitar a confirmação de existência dos Nambiquaras. Pois, “as melhores notícias eram sumarias e, além disso, pouco firmes” para compor um

quadro de referências mais amplo sobre essas populações (ROQUETE-PINTO, 2005, p.20). Suas principais informações foram extraídas das expedições de cunho científico.

Através da expedição Langsdorff (1825) e de seus desenhos, pôde conhecer a forma de habitação dominante na Serra do Norte. Por Amedée Moure (1862) e Martius soube dos costumes antropofágicos disseminados na região. Pelos relatórios de 1848 de Pimenta Bueno, da Diretoria Geral dos Índios de Cuiabá, identificou a localização geográfica dos índios Nambiquaras e sua estimativa demográfica. Por K. Von den Steinen (1888) soube que o grupo que ocupava a Serra do Norte vivia na Idade da Pedra. Koch Grünberg (1902) indicava que essas populações pertenciam ao grupo Tupi, do que discordou Roquette-Pinto ao fim de suas pesquisas.

Uma das informações indicadas como mais significativas para Roquette-Pinto é o uso da canoa por essas populações – informação recolhida por Maria do Carmo de Mello Rego, que a publicou nos *Arquivos do Museu Nacional*. Informações incidentais foram ainda obtidas de Chandless (1862), Barbosa Rodrigues (1875), Coudreau (1897), Clements Markham (1910) e, em participação com a Comissão Rondon, Max Schmidt (1910). (ROQUETE-PINTO, 2005, p.8-24).

Após o levantamento dessas informações, Roquette reafirma que antes das expedições da Comissão Rondon de 1907, não existiam senão vagas notícias sobre os índios da Serra do Norte, tida como a população primitiva, mais oriental do continente sul-americano (ROQUETE-PINTO, 2005, p.24). Com a Comissão, Roquette-Pinto encontrará um quadro de oposição entre os indígenas da região semelhante ao que o seu levantamento histórico fornecia. Esse quadro sugere que há dois grupos populacionais que se antagonizam. Um, os Parecis, tratados como os que tomam parte nos trabalhos da Comissão, abrem as trilhas por onde ela avança, atuam na região do entorno dos postos, com o cultivo de roças e afins. O outro situado como o que constantemente ataca a Comissão, que toma as roças dos Parecis e que os afugentam: os Nambiquaras.

Os Parecis, no período de Antônio Pires, são descritos por Roquette-Pinto, como uma vasta população sedentarizada, em que “num dia de caminhada, atravessavam-se 10 a 12 aldeias, algumas de 30 casas, de cerca de 40 passos de largura”. Essa população vivia do cultivo da mandioca, milho e feijão, das frutas necessárias ao fabrico de seus vinhos e da caça (ROQUETE-PINTO, 2005, p.20). Não eram tidos por belicosos, mas gentis e graciosos. Buscavam antes a defesa de seus territórios do que o ataque dos demais. Conheciam e

utilizavam em sua defesa arcos, flechas e lanças. Adoravam ídolos que não podiam jamais ser observados pelas mulheres. E distinguiam-se, por seus caracteres antropológicos, dos demais tipos da Serra do Norte, os Nambiquaras, tipos por “antropofágicos” e “bárbaros” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 6-7).

Com o avançar da colonização sobre a área Parecí, muitos desses indígenas passaram a atuar nas fazendas de gado e nos seringais, onde, segundo Roquette-Pinto, se desmoralizam e levam uma existência precária (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 93). Para o autor, era através dos seringueiros que os vícios e o maus costumes eram infiltrados no meio Parecí, impedindo-os de tornarem-se produtores (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 200). Os trabalhos promovidos pela Comissão, segundo seus registros, permitiam aos Parecís procederem como “verdadeiros sertanejos” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.93). Os sertanejos eram tidos por Roquette-Pinto como uma raça forte, cujo trabalho, abnegação e resistência teriam contribuído decididamente para obra de conquista de Rondônia (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.99, 201).

A leitura do autor sobre o papel do sertanejo na construção dos tipos antropológicos brasileiros aparece na obra *O Segredo das Uiáras* (Discurso de Recepção no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), publicado em *Seixos Rolados* (1927). Nesse texto, produzido após a experiência na Serra do Norte, Roquette aponta os caminhos da Antropologia e da Etnografia no Brasil. Além dos caminhos para a própria Nação brasileira.

O que nos falta – diz o autor – é conhecer o que se tem descoberto e conquistado. Abra-se o melhor mappa do Brasil; por pouco que se tenha andado pelas terras do colosso, ver-se-á quantas cousas faltam na carta para que ella possa orientar um naturalista, um industrial, um comerciante ou um estadista”. A sua sugestão é a construção de “uma patria forte pela união perfeita das suas partes autonomas e pelo desenvolvimento particular de cada uma. (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 85)

Os diferentes costumes e línguas não são motivos para separação, pois poderão ser solidificadas pelas “mesmas tradições, agasalhadas na alma coletiva. Os Estados Unidos do Brasil não serão inseparaveis se houver gente muito diversa em cada um, costumes diversos e línguas diferentes; hão de ficar sempre irmanados si a sua união fôr cimentada pelas mesmas tradições, agasalhadas na alma colettiva” (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 87-88).

Neste sentido, o papel do sertanejo é valorizado, pois “deveria ter sido chamado para ligar esses grupos de que falei, promovendo o equilíbrio; no futuro seria o mediador salutar”.

Numa crítica a Euclides da Cunha, Roquette afirma que “andam longe da verdade os que pensam que elle vale menos porque tem na pelle a marca do sol do Brasil. Reconhecendo embora que o Sertanejo é um forte e um bravo, Euclides da Cunha chamou-o 'o homem mais inutil de nossa terra'”. (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 91). Percebe-se, pois, que ao aproximar os Parecis de “verdadeiros sertanejos”, Roquette-Pinto estava estabelecendo uma hierarquia entre os índios, afastando-os dos Nambiquaras, compreendidos como “índios primitivos”.

Estes Nambiquaras são situados como os que respondem pelos ataques sucessivos e que se contrapõem ao avanço da Comissão. A história de entrada da Comissão na Serra do Norte, narrada por Roquette-Pinto, é a história desses conflitos e ataques sucessivos. A cada investida da Comissão em seu território, os índios Nambiquaras revidam com novos ataques. Esses estendem-se do período do “Grande Reconhecimento” (1907-1909) à chegada de Roquette-Pinto, em 1912, e prosseguem após sua saída. Até mesmo Rondon não escapou a esses ataques. Para que tal fato não se perdesse nos labirintos do esquecimento, a flecha que o atingiu foi incorporada ao acervo do Museu Nacional (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.27-28). O ataque a Rondon não foi o único, tampouco o primeiro. A “belicosidade” Nambiquara é apontada por Roquette-Pinto como o motivo que fez retornar os que naquelas terras buscavam ouro no século XVIII.

Oliveira (1988), ao analisar as relações entre o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e o grupo indígena Ticuna, da região do Alto Solimões – Amazonas, enfoca a “dominação como um processo social”. Sugere o autor que “as implicações de uma situação colonial sobre os grupos nativos não se esgotam em descrições e análises de caráter polarizado e simplificador”. Além disso, é necessário desenvolver uma “teoria sobre os fundamentos internos da dominação”, percebendo a “forte e íntima articulação que criam entre si as instituições nativas e as instituições coloniais” (OLIVEIRA, 1988, p.10). No caso das relações entre Roquette-Pinto e os Nambiquaras se é difícil recuperar como o sistema nativo atribui significação simbólica às instituições coloniais, o relato publicado na obra *Rondônia* fornece elementos para perceber algumas estratégias indígenas.

Para conter a ocupação de seus territórios, tanto pelos membros da Comissão, quanto pelos fazendeiros, seringueiros e outros índios, os Nambiquaras desenvolveram táticas variadas e devidamente inventariadas por Roquette-Pinto. Construía suas aldeias sob pequenas colinas e longe de cursos de água. Assim, conseguiam observar e melhor dominar o território vizinho com que travavam lutas constantes (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.153). A

escolha dos terrenos para construção das aldeias também era direcionada. Elas eram erguidas em meio aos cerrados, onde há mais elementos de proteção e suas palhoças facilmente se confundem com a vegetação (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.154).

Os grupos considerados “hostis” também são inventariados. Os que ocupam as margens do Juína, do Juruena e do Guaporé são indicados por Roquette-Pinto como os responsáveis pelos ataques a Rondon, ao tenente Nicolau Barbosa, aos soldados Rozendo e Gouveia e os incendiários do posto no Rio Buriti (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.192).

Essas informações me levam a considerar que os ataques não eram de modo algum desordenados ou destituídos de propósitos. Os índios Nambiquaras, nesses anos de confronto e avanço sobre seus territórios, conseguiram ordenar táticas de confronto e de identificação de seus oponentes, apesar dos mecanismos desenvolvidos por esses para conquistar a sua confiança. Aqui me refiro especialmente às técnicas de pacificação e atração descritas por Ribeiro (1958, 1962); Erthal (1992).

Dessas técnicas, os presentes figuravam como instrumentos essenciais de negociação e apaziguamento de conflitos<sup>75</sup>. Deles se utilizam todos os atores acima descritos. Rondon, os empregados da Comissão, o antropólogo e os índios a eles recorreram em situações distintas e de modos variados. Há de ser feita a devida distinção entre os bens ofertados e seus circuitos de troca. Os machados de ferro e fósforos eram os presentes preferidos dos índios, os empregados da Comissão mostravam-se bastante satisfeitos com as ofertas de alimentos, em alguns momentos, única fonte de que dispunham (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 30) e o antropólogo, tanto com os alimentos, quanto com os objetos etnográficos, esses especialmente (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.68, 106).

As cargas de materiais trocados eram enormes. Somente da expedição em que Roquette-Pinto participou, 15 bois levavam gêneros e brindes para os índios. Constavam nesses volumes “facas, machados, linhas, contas, perolas de vidro, e algumas centenas de caixas de phosphoros”, cigarros enrolados em papel jornal, envoltório preferido dos índios (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 68). Em seu regresso, trouxe Roquette-Pinto 1,5 t de materiais para o Museu Nacional. Outra moeda de troca utilizada pelo antropólogo foram os seus conhecimentos médicos. Esses eram utilizados para angariar a confiança dos índios e receber deles as informações necessárias à pesquisa (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.107).

---

<sup>75</sup> Como lembra Appadurai (1986), os “presentes vinculam coisas a pessoas e inserem o fluxos de coisas no fluxos de relações sociais” (1986:25), conformando assim um poderoso instrumento de sociabilidade.

Os presentes parecem ser a grande motivação do comparecimento dos indígenas aos postos da Comissão. Roquette-Pinto frequentemente se refere à falta deles como principal motivo para o esvaziamento dos Postos quando da sua chegada (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.106). Essa tática de atração é ainda um dos meios de que se apropria o antropólogo para que os índios participem dos exames e das mensurações antropológicas. O período de oferta de alimentos nos postos coincide com os momentos em que os índios se mostram mais “doceis” aos exames, como em Campos Novos e Buritís<sup>76</sup> (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 114).

Apesar do quadro constante de confrontos, Roquette ressalva que esses são circunscritos, resultado “de imprudência, ousadias ou mesmo do excesso de confiança por parte dos nossos”, fatos locais e pessoais, que em nada afeta o equilíbrio geral da situação (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.30). Os conflitos de certo não inviabilizavam a atuação da Comissão. Em 1912, a Aldeia Queimada (denominação que remete à origem de sua fundação) era um grande centro Pareci (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.73). Nessa mesma época, Campos Novos já constava como um centro de atração Nambiquara – onde iam buscar brinde e presentes a que se habituaram (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 111).

Transformações, sem dúvida, foram postas em curso com a entrada da Comissão e do antropólogo no cenário de disputas locais. A região como um todo vinha sofrendo alterações desde antes da atuação da CLTEMTA. Com a sua entrada, ao pacificar os sertões e abrir estradas, o que a Comissão realizou foi, além de estender o fio telegráfico, potencializar a valorização das terras que iam se convertendo em áreas produtivas. Desde o período do “Grande Reconhecimento” que a Comissão havia dado início às primeiras ocupações. Suas entradas eram acompanhadas por grandes queimadas que abriam os pastos para os bois e evitavam a conformação de espaços em que os índios pudessem esconder-se nas próximas investidas, numa tentativa de dificultar suas táticas de combate.

Essas transformações não passaram despercebidas a Roquette-Pinto: ele nota que na área Guató, anteriormente estudada por Schmidt em companhia da Comissão e tida por uma região importante, de valentes canoieiros, restou apenas Joaquim, Guató cego cuidado por sua mulher, morador de uma figueira (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.52). Ele observa a expansão, entre Corumbá e Cáceres, das usinas da Companhia Cibilis, produtoras de extrato de carne e detentora de grandes manadas de boi Cibilis. Esses animais, ariscos e somente abatidos com

---

<sup>76</sup> A recusa dos índios era acatada pelo antropólogo. Registrava, nos lugares em que os índios não consentiam com os exames, não ter obtido dados suficientes à elaboração de conclusões mais seguras (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.117,122, 125).

tiros de espingarda, tiveram seus pastos aumentados significativamente após as entradas da Comissão Rondon (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.56). Sobre os seringueiros e os desdobramentos de suas ações para as populações indígenas, já citei as considerações de Roquette-Pinto de que eram os responsáveis pela introdução de “vícios e o maus costumes”.

As transformações se davam também em campos muito distintos das relações de trabalho e domínios territoriais. O uso do escudo venatório, feito de folhagens, ao lado dos fuzis modernos de repetição fornecidos aos Parecis pela Comissão Rondon indica os limites da credulidade depositada pelos índios na civilização (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 82). A recorrência à antiga troca de nomes, para despistar a doença, continua a ser utilizada pelos Parecis mesmo quando submetidos aos cuidados da Ciência Médica<sup>77</sup>. A combinação de matérias-primas dos dois mundos que se encontram, com a combinação do ferro e dos trilhos encontrados ao acaso com os elementos tradicionais, ou ainda a cópia nativa de peças do homem branco por eles desejada<sup>78</sup> (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.187), indicam a Roquette tentativas de conciliação desses mundos promovida pelos indígenas.

No entanto, não se pode deixar conduzir somente pelas tentativas de conciliação fomentadas pelos indígenas. Havia muitos aspectos sobre os quais eles não detinham o mínimo controle e cuja realização cotidiana era fortemente cerceada. Quando da chegada de Roquette-Pinto pouco restava da teogonia dos Parecis (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.93). A poligamia já havia sido abandonada desde a expedição de Von den Steinen (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.92). A agricultura é outro dos muitos aspectos dos quais os indígenas não tiveram como se esquivar. Nesse período, tanto os Nambiquaras quanto os Parecis não somente dominavam as suas técnicas como eram exímios agricultores (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.169).

A inserção dos membros da Comitiva e do próprio Roquette-Pinto nesse quadro de disputas e jogos de afirmação identitárias não deixaram de ser registradas. Começarei explorando a distinção e prestígio com que eram recebidos o antropólogo e os membros da Comissão Rondon pelos índios.

Mostrar o rosto pintado em vermelho era sinal de especial simpatia entre os índios Nambiquaras-Tagnanis e foi assim que Roquette e a Comissão foram recebidos em Três Buritis (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.167). Ainda nessa aldeia, os Tagnanis em companhia

---

<sup>77</sup> Ficha Datiloscópica, Acervo Antropologia Física do Museu Nacional, AFT.8.2.004, doc 43.

<sup>78</sup> Notadamente do chapéu.

dos Tautitês (outro dos grupos que compõe os Nambiquaras) ofereceu-lhes uma dança festiva em que todos tomaram parte (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.172). Não só com rituais festivos o grupo era recebido. Nas proximidades do Rio Formiga, com hospitalidade desmesurada foram acolhidos e logo ajudados a desarrear os animais, oferecendo-lhes cigarros, hidromel<sup>79</sup> e as mulheres puseram-se a fazer bolos de polvilho (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.193).

Nas descrições de Roquette-Pinto, tanto as gentilezas quanto os conflitos não eram eventos esporádicos. Os relatos sugerem que relações de amizade e confiança foram estabelecidas ao longo dos anos de ocupação. Entre os Nambiquaras, Roquette-Pinto faz menção a Nuléke e Krikricêknerá como dois amigos de que Pirynneus certamente dispõe na Serra do Norte (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.192). Entre os Parecis, Libanio Koluizôrôcê é apresentado como homem de confiança de Rondon (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.197).

Essas relações, em parte, decorrem dos benefícios materiais de que dispõe Roquette-Pinto e os demais membros da Comissão. Por outro lado, a proteção e incentivo às práticas culturais podem ser lidos como um dos elementos de construção de identificação entre esses dois grupos em oposição ao realizado pelos seringueiros e fazendeiros. Foi Amarante, tenente da Comissão que conduziu o levantamento da Aldeia Queimada, para onde foram atraídos vários grupos Parecis (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.73). Rondon, para produzir seus relatórios, em muito teve que investir no conhecimento do vocabulário Pareci e em longas conversas com esses indígenas (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 80). A pedido de Roquette-Pinto, Luiz Cintra, índio Pareci, promoveu um grande Kaulonená, onde se celebrou a morte de um veado, bebendo olonití. Assim, pode Roquette-Pinto gravar no fonógrafo a música das principais cantigas parecis, “Ualalôcê, Teirú, Ce-iritá, etc. (Phonogrammas ns. 14.594 e 14.595)” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 83). São acontecimentos que marcam a vida indígena e fazem com que eles sintam-se reconhecidos e acolhidos.

Ao fim do percurso físico e narrativo de Roquette-Pinto à Rondônia, a associação com a Comissão Rondon deu-se de modo irreduzível. A política intervencionista elaborada por Roquette-Pinto indica sua estreita vinculação às propostas rondonianas de proteção tutelar. A priori, é preciso registrar que do conjunto das populações indígenas, Roquette-Pinto identificava dois grandes grupos, não distinguíveis necessariamente entre Nambiquaras e Parecis. Tal como na idealizado por Rondon<sup>80</sup>, os indígenas que haviam sido “assimilados”

<sup>79</sup> O hidromel consiste numa mistura de água e mel, largamente utilizada pelos índios da região.

<sup>80</sup> Lima (2002, p. 12) igualmente aponta para aproximações entre essas proposições de Roquette-Pinto e os domínios da proteção tutelar tal como pensada por Rondon.

pela “cultura brasileira do interior”, que trabalhavam, produziam e desejavam aprender, “não eram mais índios” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 200). E, o segundo, corresponde aos índios “infiltrados de maus costumes pelos seringueiros viciosos” são “vadios” não podem ser contados “como produtores” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 200). É o caso de deixá-los viver, acatando o ônus de sua manutenção como a sociedade acata os custos dos loucos, das crianças e dos enfermos (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 200). Deve-se “proteger” sem “dirigir, nem aproveitar” (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 201). Tal responsabilidade sobre o segundo grupo advém da “grande dívida” contraída pela invasão dos seus territórios. Em termos radicais, Roquette-Pinto aponta suas distinções: “índio é índio; brasileiro é brasileiro” e não se deve buscar transformar os índios em cidadãos (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 201).

#### 2.4 “MONUMENTO DE BRASILIDADE”

O documento de maior visibilidade de que se dispõe para estudo da expedição de Roquette-Pinto à Serra do Norte e ao Vale do Juruena é o seu livro *Rondônia*. Como já dito, é um livro-monumento, “monumento de brasilidade” (LIMA; SANTOS; COIMBRA, 2005, p. 37). Equiparável, em sua descoberta do Brasil, à obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (LIMA; SANTOS; COIMBRA, 2005, p. 37; VENÂNCIO FILHO, 2005, p.15). Diria que para constituição do imaginário sobre aquelas terras, no coração do Brasil, e as pessoas que nela habitam, ele em muito precede o alcance de *Tristes Trópicos*, de Lévi-Strauss (FARIA, 1998, p.155).

Rondônia, ao ser publicado no volume XX da revista *Arquivos do Museu*, em 1917, trilhou os caminhos que os outros volumes daquela revista já seguiam. Foi enviado à Polinésia, à Rússia, à China e também à França, à Alemanha, à Grã-Bretanha e aos outros 40 países, além do Brasil, para os quais os volumes eram remetidos a cada edição. Se esse circuito de distribuição da revista, iniciado em 1876, com o 1º volume, já antecipava aos seus destinatários que notícias sobre as coisas do Brasil, dentre uma variada pauta, seriam informadas que, naquele volume, uma surpresa os aguardava: pela primeira vez “um caderno de viagem” (ROQUETTE-PINTO, 1917, p.200), com todo o sabor da novidade, era nela publicado.

Até então, o mais próximo que havia sido publicado na revista foram os relatórios de excursões de Ule (ULE, E., 1895) e o de Hemmendorff e Moreira (HEMMENDORFF, E.; MOREIRA, C., 1903) à Serra do Itatiaia e à Serra da Mantiqueira, respectivamente. No

entanto, tratavam-se, nesses casos, de relatórios técnicos, informativos das pesquisas realizadas. Dada essa finalidade, caracterizam-se pelo pequeno número de páginas (o primeiro com 38 e o segundo com 9) e observações específicas, quase que exclusivamente sobre os trabalhos realizados.

*Rondônia*, por sua vez, recobre-se com descrições retóricas, muitas imagens (são 102 distribuídas ao longo de 252 páginas), um mapa com a indicação do trajeto da Comissão, vocabulários e músicas (há em suas páginas a transcrição dos 12 fonogramas gravados pelo autor durante a expedição). Entremeados a esses elementos constam o cotidiano da expedição (seus diários de campo lá foram parcialmente transcritos); as análises científicas com o que de mais moderno havia na ciência antropológica de seu tempo; além de uma profunda investigação sobre a viabilidade do Brasil com as gentes que ocupavam aquelas terras.

Provavelmente, a síntese mais justa ao alcance e ao significado de *Rondônia* fora a realizada por Faria (1998) e, por isso, transcrevo-a:

Com a publicação de *Rondônia*, em 1917, Roquette-Pinto fincava um novo marco, ao mesmo tempo sólido e belo, o caminho que deveria ser erguido por aqueles que no Brasil se voltassem para o problema do índio. Esse marco separa duas épocas. De um lado, ficaram os historiadores com as suas listas de nomes tribais, os tupinólogos com as suas etimologias, os indianistas românticos e os eruditos insensíveis; do outro, os que souberam conhecer e compreender o índio, os que foram capazes de estimá-lo.

*Rondônia* assinala de um modo brilhante uma mudança radical de atitudes, do administrador, do homem de estudo, do pesquisador e do erudito brasileiro, em relação ao índio, e para a etnologia brasileira o seu significado foi indiscutivelmente maior que o de qualquer outra obra de autor estrangeiro, só tardiamente e em âmbito bem mais restrito vulgarizada entre nós. (FARIA, 1998, p. 155)

Esse monumento que é *Rondônia* conta de 7 edições, sendo a primeira publicada em 1917, pela revista *Arquivos do Museu* e a última em 2005, em parceria da FIOCRUZ com a Academia Brasileira de Letras. Em 1954, foi publicada uma versão em língua alemã. A partir da terceira edição, de 1935, elas passaram a ser acrescidas com anotações de diferentes especialistas (MATHEUS, 1984, p.64).

A obra é constituída de 10 partes. Na primeira, conta com um levantamento histórico e comentários acerca dos relatos produzidos por viajantes, naturalistas e cronistas que percorreram a região anteriormente. Roquette apresenta estes relatos como testemunho de uma realidade fadada a desaparecer. Na segunda, são os avanços e importância da comitiva que são apresentados. Na terceira, as condições de viagem e de comunicação entre as regiões são abordadas.

Na quarta, a travessia terrestre entre São Luiz de Cáceres a Tapirapuan em Mato Grosso e a bagagem transportada, com destaque para os presentes destinados aos Nambiquara. Na quinta, os dados antropométricos e etnográficos dos índios Pareci são apresentados, com destaque a sua integração com os brancos desde o século XVIII.

Na sexta, é a vida sertaneja que é apresentada. A sétima, oitava e nona partes apresentam os Nambiquara como testemunho do mais primitivo grupo humano. E, por fim, a décima propõe uma síntese dos resultados obtidos com a expedição. São muitas as informações nele contidas. Como nos avisa o próprio autor:

reconheço que são, aparentemente, ociosos alguns detalhes desta narração, que, afinal, nada apresenta de maravilhoso. Todavia, escrevo para documentar e divulgar. Escrevo para archivar e servir. Há minúcias aborrecidas para quem toma de um livro afim de se recrear, ou para quem procura apenas uma nota. O mesmo leitor, em outras circunstâncias, daria uma fortuna para conhecer essas pequenas cousas. A mais corriqueira informação pôde servir a outrem de um modo indizível. Vale pela experiência que encerra, trabalho que poupa, tranquillidade que proporciona, habilitando outro transeunte a prever uma série de condições. Tive a felicidade de achar um guia experimentado, já o disse; outros não a terão. Que aproveitem as informações aqui registradas (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 63).

Além dessa dimensão informativa do livro, que poderia ser classificada quase como um manual de viagem destinado a outros expedicionários, Roquette-Pinto a todo tempo imprime em sua narrativa uma caracterização realística. Referindo-se ao processo de elaboração do texto como de transcrição do seu caderno de viagem (ROQUETTE-PINTO, 1917, p. 33, 200). Esse duplo efeito, literário e realístico, imprime, portanto, a esta obra uma dimensão documental indispensável aqueles que se voltam ao estudo da participação do antropólogo nos empreendimentos dos quais tomou parte. E, por isso, foi aqui frequentemente recorrida.

### 3. DOMESTICANDO A VIAGEM

#### 3.1 OBJETOS EM FOCO

No capítulo anterior, dentre outros aspectos da expedição à Serra do Norte, destaquei o volume de objetos levados e trazidos por Roquete Pinto. Como mencionado, sua bagagem de ida teve que ser transportada em 15 bois cargueiros e seu espólio contabilizava 1,5 tonelada de objetos, avaliado em uma centena de contos. Na intermediação dessa e de muitas outras trocas, o papel da Comissão Rondon foi fundamental. Desde 1907, ano de fundação da

CLTEMTA, ao Museu Nacional era destinado todo o material de História Natural, Arqueologia e Etnografia por ela recolhido. E, em contrapartida, o Museu oferecia a Rondon e à Comissão a legitimidade científica aos seus empreendimentos civilizatórios. Essa legitimidade era obtida por meio de diferentes mecanismos institucionais. Em 1909, por exemplo, Roquette-Pinto propôs associar Rondon ao MN na qualidade de membro correspondente, pelos serviços prestados à Pátria e à Humanidade (MUSEU NACIONAL, 1910, f. 98). No ano seguinte, não apenas o trabalho desempenhado por Rondon foi legitimado. Mas o Museu Nacional passou a legitimar o trabalho desenvolvido pela Comissão, tendo assim se pronunciado no relatório enviado ao Ministério da Agricultura e Comércio (MAIC): “em moção de apoio ao estabelecimento do SPILNT a congregação do Museu Nacional dá ao processo de civilização proposto por Rondon o seu aval, considerando-o ‘rigorosamente científico’” (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E COMÉRCIO, 1910).

Em 1915, o MN torna a manifestar seu apoio público à Comissão. Nesse ano, Bruno Lobo propôs a realização de diversas conferências em homenagem a Rondon (MUSEU NACIONAL, 1911-1938, f.45). A partir daí, iniciou-se o inventário dos materiais recebidos pelo MN através da Comissão e, por meio desse levantamento, foi possível aos palestrantes demonstrarem o vertiginoso ganho científico que o MN teve com essa mútua colaboração. Alípio de Miranda, na ocasião de sua conferência, após realizar uma longa digressão em que aponta os ganhos científicos obtidos pelo Museu Nacional (aumento significativo das coleções, com incremento de espécimes desconhecidos e abertura de espaços ainda não explorados), assim resume a contribuição de Rondon ao Museu:

Rondon não é só homem bom e puro votado ao bem da Patria e que se elevou no conceito dos homens de ciencia pela maneira sábia com que desdobrou os seus serviços scientificos; Rondon é uma bandeira!

Fazendo sciencias naturaes elle enriqueceu a sciencia nacional, o Museu Nacional e, além d'isso, nos forneceu os elementos indiscutíveis para provar que o Brasil tem homens capazes e competentes e que o Museu só não tem correspondido á expectativa geral porque os governos não lhe tem sabido dar a conveniente orientação.

E assim, Rondon é ainda um benemerito para esta casa por tel-a defendido. (RIBEIRO, 1945, p. 60).

Além do status científico da Comissão e da proteção fornecida ao Museu Nacional por Cândido Rondon foi destacada, pelas moções proferidas pelo MN, a bravura pelo qual ficou conhecido o empreendimento levado a cabo pelo Marechal<sup>81</sup>. Em 1911, na ocasião em que três funcionários da Comissão foram flechados (Nicolau Bueno Barbosa, Tito de Barros e Dr. Santos), a Congregação emitiu uma nota de felicitação pelo restabelecimento dos mesmos (MUSEU NACIONAL, 1904-1911, f.154; 155).

A despeito do tempo e da intensidade da parceria estabelecida entre o Museu Nacional e a Comissão Rondon, os materiais etnográficos provenientes da região da Serra do Norte e do Vale do Juruena somente serão recepcionados no Museu em 30 de junho de 1910 (LIVRO de tombo, Etnologia.). Nessa data, deu entrada na 4ª Seção, a coleção etnográfica trazida por Alípio de Miranda que, como foi dito, havia acompanhado, em 1909, a 3ª Expedição da CLTEMTA conhecida como o “Grande Reconhecimento”. Além dessa, foram recepcionadas, antes da expedição de Roquette-Pinto, duas remessas de materiais. Uma ofertada pela Comissão Rondon, em 23/1/1911 e outra pelo tenente Pyrinneus, em 14/4/1912.

Os materiais trazidos por Alípio de Miranda, devido às dificuldades enfrentadas ao longo do percurso, já descritas no segundo capítulo, compunham uma pequena coleção de 49 objetos. Desses, um terço era proveniente dos índios Urupá e, os demais, dos Nambiquara identificados pela localização Gi-Paraná. A coleção Nambiquara era composta por elementos que compareceriam em todas as outras coleções como flechas, arcos, machados, cabaças, cuias, abanos, matérias-primas (breu, plantas) e, por uma singularidade alimentar, uma cabeça moqueada de tamanduá-bandeira (LIVRO de tombo, Etnologia, registro 1934). Esse era único exemplar de cabeça moqueada inventariado e foi destacado por Roquette em *Rondônia* (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.186).

---

<sup>81</sup> Lima chega a apontar que o símbolo em que Rondon foi convertido contou com a participação do Museu Nacional. (LIMA, 1985, p. 310).

A segunda coleção, remetida pela Comissão Rondon, caracterizava-se de modo um pouco distinto da formada por Alípio de Miranda. Era composta por 306 objetos que, em linhas gerais, podem ser subdivididos nos seguintes grupos: objetos de combate (flechas, machados e arcos), objetos de adorno (colares, pulseiras, braceletes, acangantar, penas), objetos musicais (ocarina e flauta), itens de consumo (fumo e cigarros); e, objetos referidos às técnicas (tecer, cerâmica, agricultura – com exemplares de matérias-primas e sementes) e objetos técnicos (raspador, serra, bastões de fazer fogo). A distinção da segunda coleção em relação à primeira e à terceira reside em três aspectos.

O primeiro diz respeito à proporcionalidade entre os materiais recolhidos. Do seu total, dois terços eram formados por objetos de combate. São 210 flechas, 5 machados, 13 arcos e 1 instrumento de fabricação de arcos e flechas. E os demais 71 objetos dividem-se entre os subconjuntos citados anteriormente.

O segundo elemento de distinção em relação à primeira e à terceira coleção, diz respeito à quantidade de pessoas envolvidas em sua formação e ao espaçamento temporal na coleta dos objetos. Nessa atuou majoritariamente Severiano Godofredo de Albuquerque com recolhimento de objetos no período de 1907 a 1910, algumas peças foram recolhidas por Tenente Paes de Andrade e por Miranda Ribeiro<sup>82</sup>, no ano de 1909; e, em 1910, há registros de recolhimentos realizados por Francisco Lemos e Esmeraldo de Albuquerque.

E, por fim, à composição étnica da coleção. Dela, participavam objetos provenientes dos índios Carapiunas e Paratinins (Rio Madeira), Caribis (Mato Grosso), Urapás (Gi-Paraná), Cabiais (Guaporé), Uaimarés, Guajajaras, Caziniti, Uaziris. Dos objetos provenientes dos indígenas da região da Serra do Norte e do chapadão Pareci um fato é curioso. Apenas um deles é de procedência Pareci – apesar do longo tempo de contato e colaboração estabelecidos entre esse grupo e a Comissão Rondon e, por isso, das prováveis facilidades na obtenção de objetos comparando-as com a situação de obtenção entre os índios Nambiquaras. O objeto dos Parecis escolhido para ser remetido ao Museu Nacional foi a rede – inexistente entre os Nambiquaras (LIVRO de tombo, Etnologia, 2525).

Apesar das distinções acima apontadas, Roquette-Pinto aproveitou-se do material em suas análises de modo bastante equilibrado. Flechas, fusos, machados, diademas, ornatos,

---

<sup>82</sup> Como já mencionado, parte do material recolhido por Alípio de Miranda teve que ser abandonado ao longo do caminho. É provável que os materiais remetidos pela Comissão em 1911 sejam objetos deixados nos postos durante sua estada naquele ano, no total de 4 objetos.

cerâmica, cigarros, sementes, instrumento de música e mesmo a rede Pareci (único exemplar) figuravam de modo proporcional em seus dois textos em que mais significativamente trata de objetos, *Nota sobre os índios Nambiquaras do Brasil - Central* (1912a) e *Rondônia* (2005).

A terceira coleção, remetida pelo tenente Pyrinneus, em 14/4/1912, era tão pouco expressiva quanto a coleção de Miranda Ribeiro. Composta por nove objetos (2 pares de pulseiras, 2 colares, 1 par de brincos, 1 enfeite de nariz e 1 jacá pequeno) nada teve referido nos textos citados.

A coleção formada por Roquette-Pinto, por sua vez, apresenta um conjunto bastante diversificado de materiais. Começando pela tipologia dos objetos, pode-se dizer que, comparativamente à coleção remetida pela Comissão Rondon, em 1911, ela contém mais elementos de adorno do que de guerra. Desses, os objetos são oriundos em sua grande maioria da região da Serra do Norte e Vale do Juruena, com a indicação, em alguns casos, das diferentes aldeias de onde foram recolhidos. São flechas dos Pareci de Utirity, dos Nambiquaras Anonzês e outras indicadas apenas por “Serra do Norte” e “Rondonia”; arco e cacete dos Parecis de Utirity (11184; 11262) e um escudo sagrado Pareci Ariti do Uaimaré (11260). Nesse conjunto, um elemento destaca-se: as flechas partidas em combate (11814). Noutra ocasião, me referi à remessa, ao Museu Nacional, da flecha que havia atingido Rondon em suas primeiras incursões na área Nambiquara.

Dois outros conjuntos de peças destacam-se dessa coleção. Um é o conjunto de materiais musicais. Até então, o MN dispunha de apenas um elemento, a flauta de taquara Nambiquara, recolhida em 24-8-1910 por Severiano Godofredo de Albuquerque (n. de registro 2266), incluída na remessa da Comissão Rondon de 1911. Com a coleção Roquette foram recepcionadas 3 flautas nasais dos Pareci de Utiariti (11234 a 11236); 2 chocalhos feitos com sementes de pequi, dos Pareci Kozárini (11264 e 11265); 1 cesta utilizada em danças guerreiras, dos Pareci Uaimaré (11272); 1 flauta dupla dos Nambiquara Anonzê (13209); 1 outra flauta, possivelmente Nambiquara visto que foi recolhida em Campos Novos e 1 flauta nasal identificada apenas por ser da “Serra do Norte” (12070). O reco-reco, instrumento musical utilizado pelos sertanejos, é o único elemento da “vida sertaneja” nessa coleção (13217).

O outro conjunto destacado é o formado pelos adornos. O quantitativo e a diversidade fazem esse subconjunto notável. Ele é composto por colares, brincos, pulseiras e cavilhas, elaborados com matérias-primas as mais distintas. Destacam-se desse conjunto, os elementos

de pena, já em desuso naquela época, e o primeiro presente destinado a Rondon pelos índios de Rondônia: um par de brincos de madreperla recebido em Campos de Maria Molina, em 26/6/1910 (12831, 12832).

Além desses aspectos, a coleção de Roquette-Pinto acrescenta à Coleção de 1911 em quantidade e em singularidade. São 2.156 objetos naquela e 306 nessa. Com a coleção de Roquette-Pinto, pela primeira vez, o Museu Nacional recebeu, das populações da Serra do Norte e do Vale do Juruena, objetos sagrados, outros claramente identificados por sua encomenda e os que atestariam transformações técnicas em curso. Descrevo abaixo, cada aspecto detalhadamente.

A coleção de elementos sagrados é formada por 22 objetos (LIVRO de tomo 6, Etnologia, Registros n. 11214 a 11233, 11259, 11260 e 11298,). São todos provenientes dos Pareci de Utiarity, exceto o Panáco registrado pelo número 11298, feito no Museu Nacional em fevereiro de 1914 pelos índios Bakairis do Mato Grosso. Em sua maioria, esses objetos estão ligados às danças sagradas. O Tiaman é um desses casos. Há, na coleção, 3 exemplares dele assim descrito: “É instrumento de musica alegre – Os índios gargalham dentro desse tubo, interrompendo o câro de vez em quando” (LIVRO de tomo, Etnologia, Registros n. 11231 a 11233).

O Panáco, citado no parágrafo anterior, constitui uma interseção com o segundo aspecto dos objetos da Coleção Roquette-Pinto. Junto com ele, estão a Kiliá e o Komái-hinhokô, respectivamente, pena e diadema de penas utilizados anteriormente como adorno pelos indígenas Parecis do Utiarity. Os três itens foram produzidos confeccionados para compor a coleção do Museu Nacional, tal como indica as anotações nos livros de tomo (LIVRO de tomo, Etnologia, Registros n. 11298; 11306 a 11309; 11310).

Como último aspecto das especificidades dos objetos que compõem a coleção, gostaria de destacar os que, segundo as observações realizadas, atestam as transformações técnicas em curso. Desse conjunto, temos um cacete incrustado com chumbo, executado por um “Pareci Civilizado” (LIVRO de tomo 6, Etnologia, Registro n. 11268), uma imitação de um chapéu “dos civilizados” (LIVRO de tomo 6, Etnologia, Registro n. 13212), um pente, supostamente advindo de outros grupos (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.185, LIVRO de tomo 6, Etnologia, Registro n. 12046) e quatro capacetes de couro de onça (LIVRO de tomo 6, Etnologia, Registros, respectivos, n. 11298; 12046; 12049, 12050, 13205, 13206).

Além dos objetos, inventariados no Livro de Tombo da 4ª Seção, a coleção Roquette-Pinto compunha-se por 12 fonogramas, “alguns metros de filme”, 100 fotografias e 52 fichas antropométricas acompanhadas de individuais datiloscópicas (ROQUETTE-PINTO, 1912)<sup>83</sup>. Desse material, se tem notícia, hoje, apenas de uma parte. Dos 12 fonogramas gravados nas terras Parecis e Nambiquaras, dispõe-se de 9 facilmente acessíveis (OLIVEIRA; LIMA, 2006). Dos filmes e das fotografias têm-se somente referências indiretas (ROQUETTE-PINTO, 2005; LASMAR, 2008). Alguns exemplares fotográficos foram reproduzidos em suas publicações (notadamente em *Rondônia*) e algumas cópias estão sob guarda da Academia Brasileira de Letras, do Setor de Etnologia do Museu Nacional e do Setor de Memória e Arquivo da mesma instituição. As fichas antropométricas encontram-se tanto no Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional, quanto no Arquivo da Academia Brasileira de Letras.

Muito embora até aqui tenha me referido à coleção de 1913, como Coleção Roquette-Pinto (tal como referido no Livro de Tombo do Museu Nacional e citado nas obras de referências), é preciso indicar que, para sua formação, concorreram diversos atores. Os objetos vinham sendo acumulados desde 1911 nos postos telegráficos e centros de atração indígena pelos funcionários da Comissão. Além de Esmeraldo de Andrada, colaborador na coleção de 1911, nela atuaram, entre outros, o Tenente Amarante, o Inspetor Mario Topin, Celestino Reis, o Tenente Maciel e Antônio Pyrinneus<sup>84</sup>.

Relacionando os materiais aos responsáveis por sua coleta, temos uma distribuição mais ou menos uniforme da tipologia dos objetos. Esmeraldo Albuquerque reuniu colares e enfeites (12729, 12670); Emmanuel Amarante, sementes de milho, cabaças e mesmo um fragmento de árvore cortada pelos indígenas com os seu machados de pedra (11208, 11252, 13333); Inspetor Mario Topin, algumas flechas (11454); Celestino Reis, alguns colares (12690); Tenente Maciel, colares e pulseiras (13022, 13124); Antônio Pyrinneus, fusos, colares, pulseiras, penachos, pingentes, flautas e, também, flechas (12471, 12947, 131212, 13100, 13088, 13209, 13208). Rondon também é apontado como um dos coletores. É

---

<sup>83</sup> Embora a Comissão Rondon registrasse fotograficamente seus empreendimentos desde 1900, foi somente em 1912 que se deu início o registro filmográfico (LASMAR, 2008, p.53;64). O registro antropométrico das populações contatadas também foi iniciado a partir deste ano, após o Major Thomaz Reis aprender o ofício com Roquette-Pinto (LASMAR, 2008, p.98).

<sup>84</sup> Aqui podemos fazer uma aproximação das reflexões de Foucault sobre a constituição de uma obra, na qual o autor desaparece para dar lugar aquela (FOUCAULT, 1992). Na formação de coleções, tal reflexão pode ocorrer nas situações em que os indivíduos desaparecem em proveito da coletividade. Seja ela, do grupo ao qual se refere à coleção (Bororo, África, etc.) ou, como neste caso, àquele que reúne os objetos.

responsável pelo recolhimento do escudo de caça (11260), de panelas (13321) e pelos brincos de madrepérola já mencionados (12831, 12832).

Além das pessoas acima indicadas, alguns lugares, notadamente ligados aos postos da Comissão Rondon, são recorrentes na procedência dos objetos. São eles: Estação Telegráfica de Vilhena, Rio Festa da Bandeira, Campos de Maria Molina, Estação José Bonifácio, Aldeia do Juína, Campos Novos e Utiarity.

Como é possível perceber, pelas descrições até aqui realizadas, a preponderância de objetos de combate, característica da primeira coleção remetida pela Comissão Rondon, foi desfeita em favor de uma coleção mais diversificada, mesmo tendo uma procedência relativamente comum às anteriores e em sua formação continuando a atuar funcionários da Comissão. Esses seguirão em contato e remetendo peças ao Museu Nacional e diretamente a Roquette-Pinto por vários anos após a expedição de 1912. Antônio Pyrinneus é a pessoa de quem se dispõe mais registros da continuidade de suas relações com Roquette-Pinto. Suas cartas continuam sendo enviadas até fins da década de 1920.

A relação entre Pyrinneus e Roquette não se dava apenas no campo institucional, tornou-se com o avançar dos anos uma relação de profunda empatia e confiança. Em 21 de julho de 1913, Pyrinneus solicitava a intervenção de Roquette-Pinto para realização da cirurgia de seu sobrinho (ABL, P280224). Em 8 de julho de 1922, é a vez de Pyrinneus requerer de Roquette informações sobre o Dr. Waldemar, médico em Goiás e pretendente a marido de sua sobrinha (ABL, P280123). Em 10 de maio de 1921, Pyrinneus, já lotado em Ipameri, sudeste de Goiás, convida Roquette a visitá-lo e indica alguns caminhos de retorno, ou por Belém pelo Rio Araguaia, ou por Minas Gerais, dispondo a ir encontrá-lo em Caldas Novas (ABL, P270524). Nessa mesma carta, confirma o recebimento dos 3 exemplares do volume I da revista *Arquivos do Museu Nacional*.

Em fins da década de 1920 e com o crescente interesse de Roquette-Pinto pelos tipos nacionais, Pyrinneus disponibiliza o exame de 300 rapazes, da Escola de Sargentos da Infantaria, da qual era Comandante (ABL, 29/03/1929, P270614). Roquette-Pinto, anos mais tarde, consagraria a longa história de colaboração com Pyrinneus<sup>85</sup> no livro *Rondônia*. A ele dedicou o prefácio da 4ª edição. Reconhecia o valor do desbravador que acompanhou Rondon

---

<sup>85</sup> Pyrinneus chegou inclusive a publicar um artigo, na *Revista do Museu Paulista*, sobre os Nambiquaras (SOUZA, 1920).

em suas primeiras entradas naquelas terras e a importância que teve como seu guia em 1912 (ROQUETTE-PINTO, 1938).

Amarante, apesar de figurar em poucas peças da coleção de 1913, foi um importante aliado de Roquette nos sertões do Mato Grosso. Rondon instruiu Roquette-Pinto a procurá-lo quando da sua chegada na expedição de 1912 (Telegrama de Rondon a Roquette, ABL, P280104). Informava ao antropólogo ter sido ele o primeiro a contatar os Kozârinis e, por isso, estar apto a também guiá-lo pelos sertões (Telegrama de Rondon a Roquette, ABL, P280104). Sua bravura e dedicação eram constantemente recorridas por Roquette em outros textos. Em 21/9/1929, no Diário Nacional, publicou uma nota na qual relembra o encontro com Amarante, “no lugar mais triste que até hoje encontrei: a Aldeia Queimada” (ABL, P280207). Nessa nota destaca a dedicação e entusiasmo com que o jovem Amarante trabalhava (ABL, P280207).

Seus esforços foram reconhecidos e consagrados nas linhas de *Rondônia*, onde Roquette o destaca como o principal responsável pelo retorno seguro da coleção reunida para o Museu Nacional. Seu sistema de estradas, permitindo o uso do automóvel foi mesmo reconhecido por Rondon em telegrama a Roquette-Pinto (ABL, Telegrama de Rondon a Roquette-Pinto, P270525). Nessa correspondência, dizia, ainda felicitar-se em saber do recolhimento por Roquette-Pinto de peças que atestam os usos e costumes indígenas “com o que grandemente lucrará o nosso Museu Nacional e a sociedade” (ABL, Telegrama de Rondon a Roquette-Pinto, P270525).

Mas nem só de generais, tenentes e inspetores formava-se a rede de coletores de Roquette-Pinto. Libanio Koluizôrôcê, índio Pareci, juntamente com “outros índios empregados na linha”, organizou uma das coleções etnográficas levadas para a “Casa Grande do Governo” por Roquette-Pinto em 1912 (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.197-8). A história de Libanio e de sua participação nesses empreendimentos são singulares por apontar os horizontes de participação indígena nas relações estabelecidas entre Comissão e Museu.

Libanio tornou-se, em 1908, guia de Rondon durante a 2ª Expedição, em substituição aos dois guias principais (ERTHAL, 1992, p. 117-118). Um havia adoecido e o outro, seu irmão, negava-se a seguir com a expedição. No ano seguinte, Libanio já havia se tornado um guia experiente. Sua ausência foi registrada como lamentável durante a 3ª expedição (ERTHAL, 1992, p.120). Em 1910, ele estará no Museu Nacional junto com as primeiras coleções recebidas (ROQUETTE, 2005, p.197). E, em 1912, era tal a ascensão de Libanio que

Roquette-Pinto o reencontrará como “major” na chefia de Utiariti, principal colônia dos Parecis e promessa mais firme de se tornar um povoado daqueles sertões (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.197). Machado (1994), realizando um balanço da inserção da população Pareci nos trabalhos da Comissão, indica que Rondon foi favorecido pela organização social e perspectiva diferenciada dessas populações “em uma extensão que ele próprio desconhecia” (1994:367).

Como foi visto, a Comissão havia estabelecido os primeiros destacamentos em 1908 e 1910. Respectivamente às margens do Rio Juruena, região ocupada pelos índios Parecis e em Campos Novos, região de ocupação Nambiquara. Como Erthal (1992) já alertava, a região inóspita e com grupos hostis, tal como propagado pela Comissão para todo o percurso realizado, somente havia sido alcançada, de fato, em fins da segunda expedição. Ou seja, em 1908, quando chegaram à Serra do Norte. O destacamento que fixará a ocupação nessa região será o de Campos Novos, estabelecido somente em 1910 e para onde os índios Nambiquaras foram atraídos em virtude das roças (ERTHAL, 1992, p.170). Também foi somente em 1910, nas margens do Juruena, que a primeira estação telegráfica foi inaugurada (ERTHAL, 1992, p.136).

Foram necessários quase três anos, depois do primeiro destacamento, para que a Comissão pudesse remeter uma coleção etnográfica ao MN. E, ainda assim, o fez quase em sua totalidade com objetos Nambiquaras. Sobre os Parecis que dispunham também de um destacamento em sua área, nada foi remetido. Não obstante às dificuldades para estabelecimento dos postos e de contatos mais regulares com as populações indígenas do Vale do Juruena e da Serra do Norte, a inexistência de coleções etnográficas até 1911 parece ter sido de outra ordem.

Minha hipótese para o distanciamento entre a fundação dos primeiros destacamentos e a recepção das primeiras coleções no Museu Nacional não estaria propriamente nas dificuldades de contato ou de estabelecimento de postos na região, apesar de serem esses elementos fortemente operantes. Os Parecis já eram facilmente acessíveis, como nos mostra sua atuação como guias desde as primeiras expedições (ERTHAL, 1992, p.82). Além disso, ao contrário das coleções etnográficas Nambiquaras, objetos Parecis já eram remetidos ao Museu bem antes desse período. Examinando o Livro de Entrada de Coleções na 4ª Sessão,

encontrei remessas ao Museu Nacional de materiais sobre essas populações, ainda em 1875, por Maria do Carmo Mello Rego<sup>86</sup>.

A demora na composição de coleções Parecis pela Comissão Rondon parece relacionar-se com a caracterização atribuída àquelas populações. A proximidade com os centros urbanos e mesmo seu aproveitamento nas linhas telegráficas depõe contra a sua indianeidade quando contraposta ao isolamento dos Nambiquaras. Tal caracterização, no entanto, foi reavaliada com a coleção de Roquete Pinto a qual recuperará das populações Pareci objetos de significativo valor antropológico, embora em quantitativos e destinações desproporcionais em relação aos Nambiquaras.

### 3.1 NO MUSEU, NOVOS SENTIDOS

Mostrei no tópico anterior como e por meio de quais condições (pessoas, tempo e espaço) os objetos da Serra do Norte e do Vale do Juruena chegaram ao Museu Nacional. Proponho nesse tópico, conhecer parte do destino desses objetos e de seus rearranjos, numa tentativa de conhecer suas trajetórias, seus usos e suas formas para que deles possa inferir seus significados (APPADURAI, 2008:17). Tal proposição vem a juntar-se às formulações de Fabian (2010) e Kopytoff (1995) acerca do valor desse empreendimento para alcançar “suas identidades materiais e temporais específicas” (FABIAN, 2010:66) e suas redefinições quando colocados em uso (KOPPYTOFF, 1995:93).

As coleções possuíam, além de objetos exclusivos e únicos, vários elementos duplicados. Isso, que se pode chamar de excedente, era colecionado justamente para favorecer as trocas institucionais, outro poderoso mecanismo utilizado para formar coleções não acessíveis pelas instituições por meio de seus recursos (humanos e financeiros) próprios. Além disso, os objetos duplicados eram uma das formas de estabelecer parcerias e de divulgar as pesquisas em curso. A coleção Roquette-Pinto seguiu, em parte, esse destino.

As primeiras remessas dos objetos dessa coleção ocorreram no ano de 1916, para o Museu de La Plata, Argentina. Em 1918, seguiram-se remessas para o Museu Goeldi, no Pará; para o Museu Paulista, em São Paulo e para a República Argentina, sem a especificação do Museu destinatário. Ainda em 1918, uma coleção foi remetida à Europa com o fim explícito

---

<sup>86</sup> Sobre a atuação de Maria do Carmo Mello Rego na formação de coleções para o Museu Nacional, entre outros aspectos, ver: OLIVEIRA (2007).

de permuta. Em 1920, o Rei da Bélgica, visitando o Museu Nacional, levou sua parte. Em 1921, a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, no Rio de Janeiro, e museus norte-americanos receberam coleções. Em 1922, mais uma vez, aos museus norte-americanos foram destinados objetos. E, em 1926, foi a vez da delegação da antiga Tchecoslováquia. Depois disso, novas saídas somente ocorreram em 1957 para o Instituto de Neurologia e, em 1971, à Escola de Comunicação do Ministério do Exército (LIVRO de tombo, Etnologia)<sup>87</sup>.

Remontando o percurso de divulgação e de circulação dos objetos da Serra do Norte, pode-se indicar como primeira ação facilitadora desse processo, sem dúvida, a publicação de *Rondônia*, na revista *Arquivos do Museu Nacional*. Tal como foi visto nos capítulos anteriores, o alcance de distribuição da revista e o reconhecimento por ela acumulado contribuíram para legitimação tanto do livro produzido (texto, imagens, método de investigação), quanto do autor. Não se pode esquecer de que em *Rondônia* há uma larga explicitação dos objetos pertencentes à coleção Roquette-Pinto. E com isso, o reconhecimento à obra tornou-se em parte, o próprio reconhecimento à Coleção.

Outra obra destacada no rol de textos que contribuíram à divulgação do acervo do Museu Nacional é o *Anthropologia: guia das colleções* (ROQUETTE-PINTO, 1915a). Este Guia vinha sendo preparado desde 1912, junto com os trabalhos de reorganização e catalogação das coleções da 4ª Seção e assim como os trabalhos com as coleções. As duas atividades buscavam fornecer ao público as informações que ele requeria ao Museu Nacional (ROQUETTE-PINTO, 1912). Nessa obra, Roquette-Pinto privilegiou os domínios da Antropologia Física. Não constando nele, nenhum objeto da Serra do Norte e do Vale do Juruena.

No Guia, como o próprio autor indica na introdução, buscou-se, em linguagem simples e acessível, explicar as bases fundamentais da Antropologia e não realizar um catálogo do Museu (ROQUETTE-PINTO, 1915a, p.3). Tal proposta não poderia ter sido mais satisfatória para as expectativas da época. Além de alcançar seu propósito inicial, informar as massas em linguagem simples e direta, seu horizonte foi lançado ainda mais longe. No Relatório Geral de 1922 enviado ao MAIC, ele é apontado, com a revista *Arquivos do Museu Nacional*, como os

---

<sup>87</sup> No Livro de Tombo da Etnologia há registrado alguns dos responsáveis pela intermediação dos objetos remetidos aos Museus e Institutos relacionados. No caso dos Museus norte-americanos, os objetos foram levados, nas duas ocasiões, por Berta Lutz; para o Museu Nacional de Buenos Aires, por Bernardino Rivadavia e para o Museu Paulista, por Roquette-Pinto (LIVRO de tombo, Etnologia).

embaixadores do Museu junto aos principais centros científicos do mundo, responsáveis, assim, pelo aumento do prestígio da instituição (MUSEU NACIONAL, 1922).

Os resultados da reformulação das exposições, iniciada com a preparação do Guia, foram menos divulgados, porém, não menos impactantes. Em 1914, Domingos de Carvalho anunciava a conclusão de grande parte da reforma expositiva relativa à 4ª Seção (CARVALHO, 1914). Em 1915, com a finalização da nova organização, ele explicitava quais foram os critérios adotados, “entendi que nos era forçoso conciliar, tanto quanto possível, a maneira de dispor o material etnográfico nas salas e galerias que lhe competem com a distribuição geográfica das tribos que eles representam, adotado o critério de localizá-las consoante as bacias fluviais dos territórios sobre que elas assentam” (CARVALHO, 1915, p.2). Como as coleções do Museu Nacional não possuíam elementos de todos os grupos apontados, propôs Sérgio de Carvalho completar os dados com fotografias, desenhos, etc. Sugeriu ainda a produção de quadros murais por bacia fluvial com a indicação dos grupos extintos e existentes<sup>88</sup> (CARVALHO, 1915, p.2).

Domingos de Carvalho buscava orientar os esforços da Seção em proveito da generalização. Não pela compreensão de algumas tribos, mas das diversas regiões etnográficas do Brasil. Ao estudo do homem primitivo (físico, emocional, intelectual), acreditava dever-se conjugar o estudo dos fatores externos, contribuindo-se assim para o conhecimento do clima, do solo, da geografia, da botânica e da zoologia (CARVALHO, 1915, p.3). Para mim, parece clara a disposição de Domingos Sérgio de Carvalho de reformular o modelo expositivo instituído em 1882, pela 1ª Exposição Antropológica. Nesse, a totalidade da vida da aldeia buscava ser representada por meio da reprodução das cenas nativas. (ver figuras 4 e 5, dos dois momentos)

---

<sup>88</sup> Os quadros-murais, como já dito, foram, pela primeira vez, utilizados por Ladislau Neto após o Regulamento de 1876 numa tentativa de elaborar materiais didáticos aos cursos públicos. No Relatório Geral de 1922, a distribuição de quadros-murais é apontada como uma alternativa, já em prática, à diminuição da distribuição de coleções. Tal ação visava dar continuidade ao alcance do ensino das Ciências Naturais promovido pelo Museu Nacional (MUSEU NACIONAL, 1922).

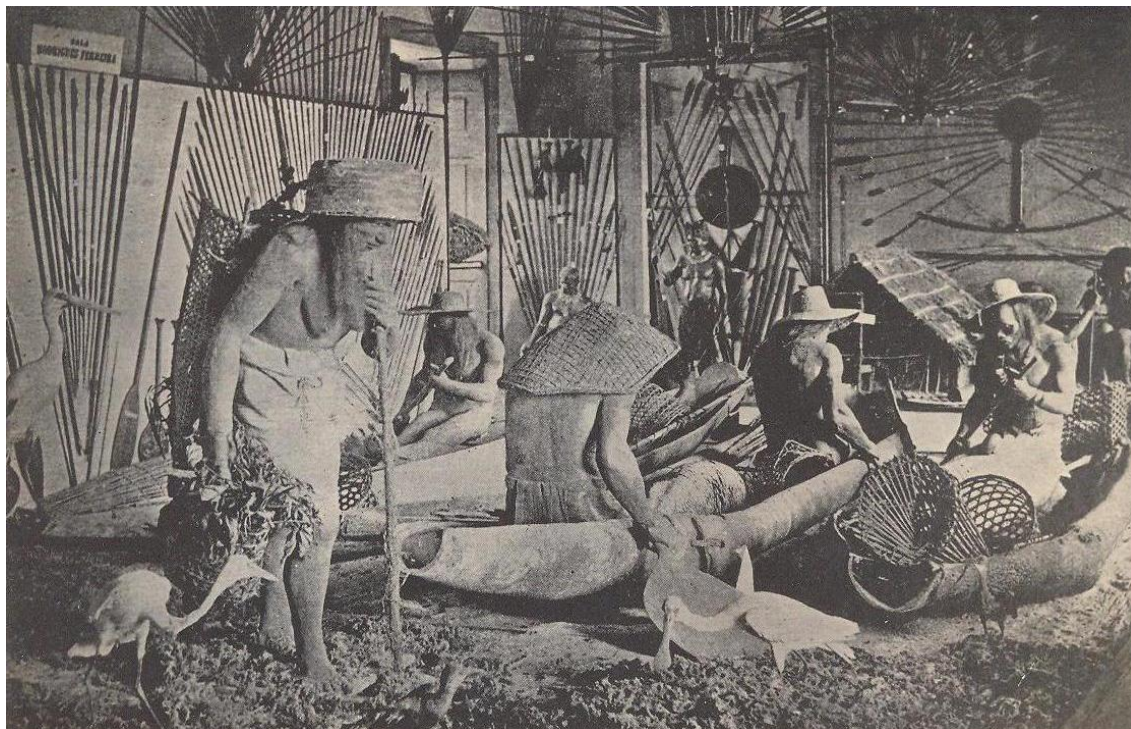


Figura 4: Exposição Antropológica de 1882. Fonte: Setor de Fotografia do Museu Nacional



Figura 5: Vista da Sala Gabriel Soares, ao fundo Sala Broca. Fonte: Setor de Fotografia do Museu Nacional

Se, no Guia de Antropologia do Museu Nacional, Roquette-Pinto optou por não incluir nem os materiais provenientes de Rondônia, tampouco as orientações postas em curso por Domingos de Carvalho, na reformulação da sala *Ethnographia Brasileira*, do Museu Paulista, a opção será em parte contrariada. A pedido de Affonso de Taunay, na época Diretor em Comissão do Museu Paulista, para lá se dirigiu Roquette-Pinto em 13/3/1918, permanecendo até 18/4/1918 (Cartas de Taunay a Bruno Lobo, SEMAR/MN, P79, doc. 158 e 189). Já incumbido da tarefa de reorganizar aquela sala da instituição, que a muito vinha sendo negligenciada pelo diretor anterior, Von Ihering<sup>89</sup>.

Na sala *Ethnographia Brasilica*, Roquette-Pinto providenciou não somente a inclusão das novas peças Nambiquaras (levadas com ele em 1918), como promoveu também o rearranjo de toda a sua disposição. Antes, expostas sem identificação e em prateleiras, as peças foram indexadas e redistribuídas nas 8 vitrines disponíveis (interior e parte superior) e nas paredes acima das vitrines, conforme sua procedência geográfica (Vide figura 6 e 7) (TAUNAY, 1918, p.898; TAUNAY, 1937, p.103). Ao entrar na sala, à direita, o visitante deparava-se com objetos indígenas da Guiana brasileira, em seguida, do Amazonas, do Brasil Central, do Mato Grosso, do Espírito Santo, de Minas Gerais e, por fim, de São Paulo (TAUNAY, 1937, p.103).

---

<sup>89</sup> Para situar as disputas no Museu Paulista e sua relação com a Antropologia ver: REVISTA DO MUSEU PAULISTA (1918) e BREFE (2005). Particularmente sobre Ihering e suas relações com o Museu Nacional, o Museu Paulista e o campo Indigenista, ver: STAUFFER (1955), LIMA (1985; 1989).



Figura 6: *Ethnographia Brasileira* (Sala B-12). Fonte: Guia da Secção Histórica do Museu Paulista

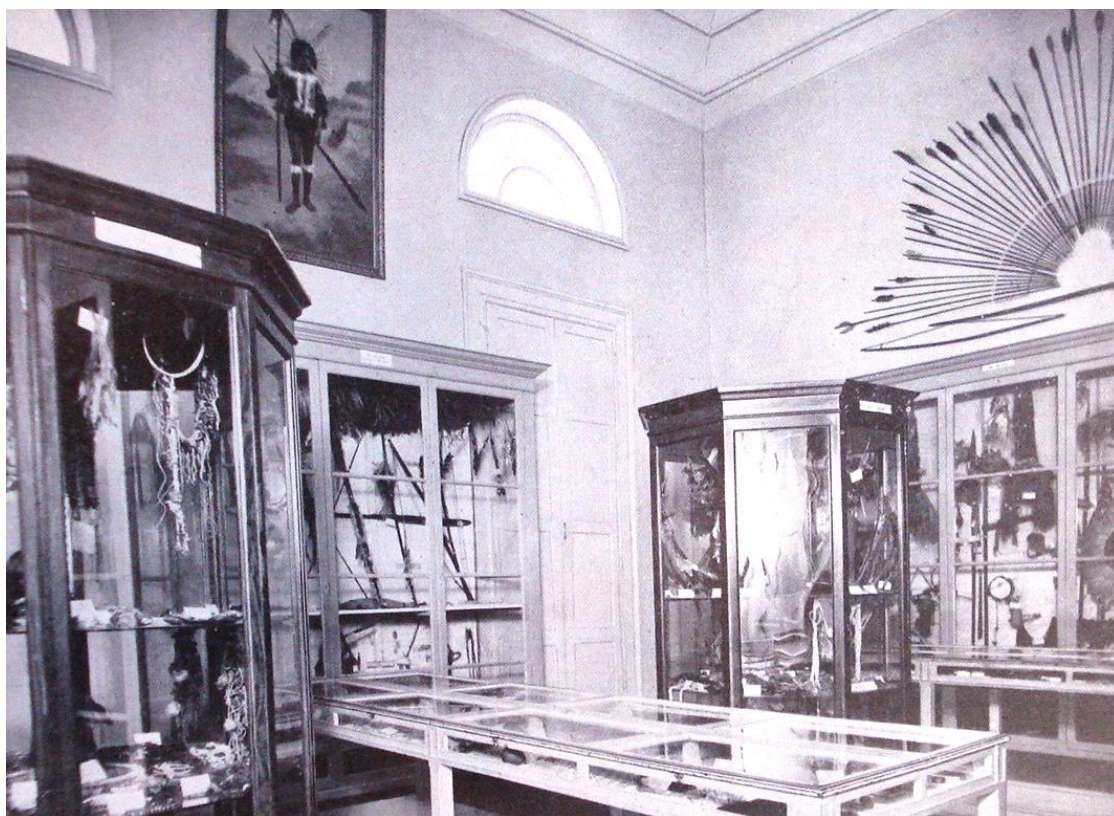


Figura 7: *Ethnographia Brasileira* (Sala B-12). Fonte: Guia da Secção Histórica do Museu Paulista

Muito embora o padrão de seleção de armas, com a apresentação de flechas, arcos, bordões, tacapes, machados e outros, continue a ser recorrente para montagem das exposições (ou, nesse caso, de remodelagem), houve espaços para inserção de outras tipologias. Na nova sala, encontravam-se os elementos rituais e musicais indígenas, assim como os de sua organização social e estéticos. Os diademas de penas, os braceletes, os cocares, as flautas e os abanos, dos índios de Rondônia dividiam o espaço com as máscaras de dança, o calendário indígena, colares, instrumentos musicais, dos Tucanos e dos Tarianas e as cabeças mumificadas dos índios Jivaro e dos Mundurucus do Tapajós, entre outros objetos (TAUNAY, 1937, p. 104).

Na apresentação dos objetos, pelo *Guia da Seção Histórica*, a descrição oscilava entre elogios à técnica indígena e indicações de sua primitividade, exotismo e nível de civilização. O calendário dos Tucanos e dos Tarianas era classificado como “curioso”; os diademas de penas dos índios de Rondônia, “grandes e magníficos” e as flautas de taquara ornadas marcadas “pela sua primitividade” (TAUNAY, 1937, p. 103-104). Apesar dessas considerações acerca dos objetos, o parecer sobre a reformulação realizada por Roquette-Pinto é a de que ele imprimiu uma “feição altamente esthetica”, revertendo o quadro de má impressão e de desvalorização da coleção característicos do arranjo anterior (TAUNAY, 1918, 1937, p. 103).

O guia histórico, publicado pelo Museu Paulista (MP) anos depois, cuidou de consagrar essa reformulação (TAUNAY, 1937). O Guia detinha parte da proposta idealizada para *Antropologia: guia das coleções do Museu Nacional*. Buscava oferecer, ao visitante, esclarecimentos sobre as principais particularidades do acervo histórico do MP – inaugurado à visitação de modo amplamente reformado no bojo das comemorações do centenário da Independência do Brasil (TAUNAY, 1937, p.3-4). Para tal comemoração no Rio de Janeiro, Roquette-Pinto investiu seus esforços no que denominou “estudo dinâmico, biológico, dos nossos objetos e de nossas condições naturais” (ROQUETTE-PINTO, 1922). Trata-se do estudo das características antropométricas e dos estudos de antropologia fisiológica da população brasileira, naquele ano levado ao seu grau máximo (ROQUETTE-PINTO, 1922).

Não obstante a ênfase em 1922, nos estudos antropométricos, após a morte de Domingos Sérgio de Carvalho, em agosto de 1924, houve a nomeação de Roquette-Pinto para cargo de chefe da Seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia. Dada a composição da seção que ele passou a administrar, a partir daí, entraram em curso novas reformulações

expositivas, nas quais o espaço destinado à Etnografia foi consagrado juntamente com os estudos antropométricos. Roquette-Pinto reconhecia, como a grande contribuição de Sérgio Carvalho ao MN, a inserção científica por ele promovida desde 1910. No entanto, passados 14 anos, entendia ser “chegado de sobra o momento de modificar a organização atual do Museu, de modo a que os seus serviços de ensino público sejam cada vez mais úteis” (ROQUETTE-PINTO, 1924).

Para tanto, realizou ainda no ano de 1924, a revisão do catálogo geral que contava com 17.777 espécimes de Antropologia e de Etnografia<sup>90</sup>; deu início à preparação da segunda edição do *Guia de Antropologia*, com inclusão de diagramas e figuras; a classificação do material no depósito – realizado em pequena escala devido tanto à deficiência de pessoal, como pela ausência de bibliografia (a ser suprida pelas novas aquisições) e ao estudo do material recolhido para determinação das características antropológicas da população do Brasil – que se tornaria o seu grande projeto de pesquisa nos anos 1930 (ROQUETTE-PINTO, 1924).

Cinco anos depois, é possível ter notícias do resultado do empreendimento de Roquette-Pinto iniciado naqueles anos. Em 1929, então como diretor do Museu Nacional, cargo assumido em 1927 e no qual permaneceu até 1936, anuncia a reformulação completa das salas expositivas da instituição. Agora, o público contava com 13 espaços amplamente reformados, cujo percurso era: (i) Antropologia Física; (ii) Idade do Homem (ainda em organização em 1929); (iii) O homem na América (Pedra); (iv) Paleoetnografia. Cerâmica. Brasil; (v) Cerâmica moderna. Brasil; (vi) Cerâmica. América (vii, viii, ix, x) Coleções etnográficas (Distribuição do material dos diferentes grupos indígenas, dispostos por ordem geográfica); (xi) Populações regionais do Brasil atual (Etnografia sertaneja); (xii) Etnografia estrangeira; (xiii) Arqueologia Clássica (ROQUETTE-PINTO, 1929).

---

<sup>90</sup> Roquette-Pinto promoveu revisões sucessivas do catálogo da Seção de Antropologia. Alípio de Miranda, em 1917, afirmava ser essa a única seção do Museu Nacional a ter um catálogo “graças ao esforço do Dr. Roquette” (1945, p.27).



Figura 8: Sala *Castelnau*, *Ethnographia do Brasil*. A imagem da sala dá uma mostra da visão interna do edifício nesse momento. Fonte: SEMEAR/MN.

Pelos critérios utilizados por Roquette-Pinto na reformulação da sala *Etnografia Brasileira*, do Museu Paulista e por sua aproximação com as teorias de Bastian e Ratzel (analisadas no tópico seguinte) é bastante provável que ele tenha dado prosseguimento ao arranjo das peças etnográficas do Museu Nacional conforme a distribuição geográfica das populações indígenas associando-a aos aspectos lingüísticos ao invés das bacias hidrográficas proposta por Domingos de Carvalho.

O sucesso dessa reorganização nos espaços expositivos e nos catálogos do Museu Nacional foi de tal modo significativo que, em 1929, têm-se notícias de que os métodos utilizados nesse Museu serviam como modelo ao Museu do Trocadéro, em Paris (MUSEU NACIONAL, 1929). No ano anterior, Paul Rivet havia passado dois meses trabalhando no Museu, estudando seus métodos de organização. Ele então teria recolhido 3 modelos diferentes de catálogo a fim de utilizá-los no Trocadéro, do qual era diretor. E, no ano seguinte, havia enviado uma carta indicando sua utilização. Sua admiração pelas coleções,

formas de classificação e organização foram de tal modo surpreendentes, que assim registrou suas impressões no livro de visitas do MN:

*“Personne n’a le droit de parler d’ethnographie brésilienne s’il n’a visité et étudié en détail les admirables collections du Musée National de Rio de Janeiro. Jamais je ne me suis autant instruit que pendant les trops courtes semaines que j’ai passées à Rio. J’en emporte un souvenir délicieux.”* (Rio, 14 de setembro, 1928)<sup>91</sup>

### 3.3 DE PRIMITIVOS A BRASILEIROS

Quando iniciei o capítulo anterior, explorei as variadas dimensões da expedição de Roquette-Pinto à Serra do Norte. Seus caminhos, seus conhecimentos prévios e também suas expectativas. Até aqui, nos tópicos que se seguiram, foi visto como os objetos funcionaram como dispositivos fundamentais nesse processo. Ora informando as expectativas do porvir, ora atestando concepções desde muito estabelecidas.

Ir aos sertões do Mato Grosso, mesmo com as experiências anteriores, ou ainda em companhia da experimentada Comissão Rondon, não era de modo algum um empreendimento fácil. Havia dificultadores de toda ordem. As estradas eram escassas, os caminhos de barco demorados, as travessias a pé arriscadas. No entanto, a despeito desses empecilhos, Roquette-Pinto não apenas se dispôs a ir, como a sua tarefa acresceu o objetivo de formar uma extensa coleção. E daí os riscos de todas as negociações envoltas nesse processo. O maior e mais frequente, sem dúvida, é o da perda da coleção e, com ela, dos investimentos econômicos e humanos envolvidos. A partir das pesquisas para realização deste trabalho, frequentemente eu me questionava sobre as motivações que conduziam essa busca permeada de riscos e quais os resultados eram obtidos com esses materiais.

A acumulação e estudo de objetos etnográficos, no campo disciplinar da Antropologia, teve em Bastian um dos seus grandes precursores. Curador das coleções etnográficas de Berlim e fundador do lugar que, durante muito tempo, foi o maior depositário de objetos etnográficos do mundo: o *Königliche Museum für Völkerkunde*, Bastian não apenas inaugurou uma perspectiva de trabalho antropológico como também formou importantes pesquisadores

---

<sup>91</sup> Em 23/5/1928, Roquette-Pinto recebeu uma carta de Paul Rivet na qual o avisava de sua vinda ao Rio de Janeiro e interrogava a possibilidade de ir conhecer os índios do Mato Grosso e o General Rondon. Comunicava ainda o não recebimento do Tomo XIII dos *Arquivos do Museu Nacional*. (ABL, Arquivo Roquette-Pinto, P270614).

que absorveram as suas orientações e as desenvolveram ao longo das primeiras décadas do século XX (LOWIE, 1946, p. 44).

Dos seus diversos posicionamentos, a ênfase no desenvolvimento independente das culturas foi aquele que mais influenciou os seus contemporâneos (LOWIE, 1946, p.50). Embora não negasse o difusionismo, principal corrente contrária ao desenvolvimento independente na explicação das semelhanças culturais indicadas também pelos objetos produzidos, somente o aceitava se bem fundamentado (LOWIE, 1946, p.50). Como alternativa a tal oposição, Bastian conjugou o evolucionismo cultural com a plena negação da transformação biológica (LOWIE, 1946, p.51). As diferenciações entre os grupos, em sua explicação, eram resultado de suas transformações culturais.

As referências a Bastian estão presentes na obra de Roquette-Pinto, sobretudo, por meio dos que naquela tradição igualmente se formaram. Como vimos no capítulo 2, a recorrência de Roquette-Pinto aos autores alemães era constante e reiterada. Desses, destacam-se, especialmente, Ehrenreich, Von den Steinen, Spix e Martius, Max Schmidt e Koch-Grünberg. Não à toa, por duas vezes, tentou realizar a tradução de suas obras para o português. Em 1911, propôs ao Congresso, com Gustav Magnus, a tradução de obras de Spix e Martius, Von den Steinen<sup>92</sup>, Max Schmidt e Koch-Grünberg (ABL, Arquivo Roquette-Pinto, P27-05-23). Em 1917, reapresentou o projeto de tradução ao MAIC. Dessa última vez, acrescentou à lista de 1911 os textos de Joham Pohl, Ehrenreich e Fritz Krauser (ABL, Arquivo Roquette-Pinto, P28-01-22).

Na primeira ocasião, alegava que a tradução dessas obras era fundamental para o conhecimento do interior do país, pois o domínio das noções geográficas e das informações nelas contidas era um fator de progresso incontestável (ABL, Arquivo Roquette-Pinto, P27-05-23). Na segunda, em 1917, a esses argumentos, acrescentou o da importância das obras para os campos disciplinares da Botânica, Zoologia, Geografia, Etnografia e História do Brasil e o de terem, esses textos, documentado e observado muitos fatos que estavam, em sua época, desaparecidos ou modificados (ABL, Arquivo Roquette-Pinto, P28-01-22).

Para Bastian, era nesse ponto que se inseria a busca pelos objetos etnográficos. Tratava-se de uma tentativa de salvaguardar as culturas que estavam fadadas ao nivelamento provocado

---

<sup>92</sup> Em *Aborígenes e Ethnographos*, conferência realizada na Biblioteca Nacional no ano de 1913, Roquette-Pinto localiza as viagens de Neuwied e de Catelnau, posteriores à de Martius, como responsáveis por divulgar o estudo do índio entre os cientistas europeus. No entanto, as preocupações de Von den Steinen o fizeram “claramente” (ROQUETTE-PINTO, 1927, p.141).

pela sociedade moderna no decurso de suas transformações culturais (LOWIE, 1946, p.51). A crença no desaparecimento irrecuperável e inevitável o motivava a buscar exemplares de todas as culturas, passadas e presentes. Esses eram necessários a uma correta perspectiva da Ciência Antropológica (LOWIE, 1946, p. 51). A Antropologia Aplicada, também proferida por Bastian, foi outra forma de melhor administrar esse processo. Acreditava que o conhecimento sobre o desenvolvimento normal das populações poderia evitar o fracasso que o aparato colonial havia infundido nas populações sob sua administração (LOWIE, 1946, p.51).

À orientação de Bastian conjugava-se a de classificação dos grupos de acordo com critérios antropogeográficos. No texto *O Brasil e a Antropogeografia* (ROQUETTE-PINTO, 1927), Roquette-Pinto recupera a “orientação etnográfica” de Ratzel, para dizer que a Antropogeografia, por ele proposta<sup>93</sup> e a Etnografia “são segmentos connexos de um mesmo saber”, o conhecimento do meio cósmico e o conhecimento do meio social compõe a agenda de pesquisas daqueles que se interessarem em compreender “a vida dos povos” (ROQUETTE-PINTO, 1927, p.53). Nesse caso, a orientação “do espírito moderno” é a exigência cada vez mais acentuada de documentos para realização desses estudos, onde, outrora, “a facundia suppria o conhecimento e as phrases eram factos” (ROQUETTE-PINTO, 1927, p.53-54).

Nesse sentido, Roquette-Pinto informa ter inaugurado no Museu Nacional, a sala Euclides da Cunha, dedicada a documentar “a vida do nosso povo” – denominou a coleção *Ethnographia Sertaneja*, porque o sertanejo é, como o estamos vendo, o mais “typico dos nossos elementos ethnicos” (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 69). Os indígenas, no entanto, não são por ele incluídos nos tipos brasileiros, pois, são “americanos”, são “Karajás, Bororo, Pareci” – e nisso, “temos o dever de respeitar essas Nações” (ROQUETTE-PINTO, 1927, p.70).

O conceito de Nação é utilizado por Roquette-Pinto no sentido atribuído por Ratzel “um pedaço de terra habitado por um povo” (ROQUETTE-PINTO, 1918, p. 278). Ele utiliza-se desse conceito como elementos para proposição da nacionalização do Brasil. A distribuição populacional é utilizada para incitar a revisão das formas de colonização no país. Chega mesmo a dizer que os erros que o Império causou, importando populações sem uma política de nacionalização, foram agravados pela República (ROQUETTE-PINTO, 1927, p.78). No

---

<sup>93</sup> Na leitura de Roquette-Pinto, a ideia dominante na proposta da Antropogeografia de Ratzel foi “mostrar a correlação existente, por toda parte, entre os factos historicos de um povo e as características geographicas da sua região” (ROQUETTE-PINTO, 1927, p.50).

entanto, segundo o autor é chegada a hora de rever esse processo e realizar investimentos efetivos na educação, meio mais eficaz para nacionalização de população (ROQUETTE-PINTO, 1927, p.78-79).

Numa junção entre Geografia e Antropologia, Roquette-Pinto ao justificar a criação do estado de Rondônia, alegava que os elementos geológicos, geográficos, botânicos, zoológicos, antropológicos e etnográficos justificavam a criação do que ele denominou “província antropogeográfica” (ROQUETTE-PINTO, 1938, p.19).

Desse modo, pode-se dizer que a Escola Alemã de Cultura exprimia-se na obra de Roquette-Pinto tanto pela fusão da cultura com meio ambiente e história – aqui história entendida como a narrativa das migrações de traços, técnicas e pessoas; quanto dos meios de investigação empírica. Aí se pode alocar, como instrumentos, as viagens, as comissões científicas e os modos de classificação. Tal influência parece ter comparecido nos espaços de consagração e produção de conhecimentos como os museus, os livros de viagem, revistas e congressos científicos – notadamente o dos Americanistas.

Trata-se da tradição de uma “Antropologia da Salvação” que, em vários momentos, Roquette-Pinto recupera. Seja pela busca em documentar antigas expressões culturais em desuso entre os indígenas como, por exemplo, os cânticos, a confecção de objetos em pena, o uso do machado de pedra e a compilação de vocabulários. Ou ainda, por meio da preocupação com as transformações em curso na Serra do Norte e no Vale do Juruena – tanto por meio da influência dos seringueiros, segundo Roquette-Pinto, responsáveis por infiltra-lhes os maus costumes.

Desse modo, a Antropologia que ele havia apreendido nos tempos de sua formação médica e da atuação no Museu Nacional (objeto de análise no 1º e 2º capítulo deste trabalho) passa a ser revisitada numa tentativa de conciliação com as orientações anteriormente descritas. Em *O Segredo das Uiáras*, ele afirma que:

A anthropologia não se limita mais a medir craneos e a calcular 'índices' discutíveis, na esperança de poder separar as 'raças superiores' das 'raças inferiores'. Hoje a doutrina de igualdade vai ganhado terreno; 'superiores' e 'inferiores' são agora 'adiantadas' e 'atrazadas'. As ultimas lucraram com a mudança pois que ficou, assim, reconhecido o seu direito à existencia que a sciencia bastarda andou procurando contestar.

E a anthropologia, desanimando de encontrar a verdade naquelle máo caminho, enveredou noutros atalhos mais felizes e agora, de maneira muito mais promissora. Procura, entre outras cousas, verificar como as raças se trasmformam pela migração, pelo cruzamento e por outras influencias” (ROQUETTE-PINTO, 1927, p.90)

A sugestão de Roquette-Pinto para um novo lugar à Antropologia, não se limitando às medições de crânios e a aproximando da verificação de “como as raças se transformam”, inclusive merecendo todo o seu apoio “a preocupação de recolher as suas manifestações psychicas”, como empreendida pelos esforços “dos amigos do nosso folk-lore, entre os quaes se destacam João Ribeiro, Sylvio Romero e Studart”, faz lembrar uma outra referência cara ao campo dos estudos antropológicos do século XX. Trata-se de proposta apresentada aos colegas por Malinowsky, em obra publicada na década de 1930:

A antropologia, mesmo na geração que nos precede, preferia estudar o homem morto ao homem vivo: era sobretudo a ciência dos crânios e dos esqueletos, do homem neolítico ou pleistoceno, de idades e de formas conhecidas apenas por parcas sobrevivências e audaciosas reconstruções (...) A antropologia do futuro ocupar-se-á do estudo do indígena em mutação e das raças 'intermediárias' ou 'bárbaras'; interessar-se-á tanto pelo hindu quanto pelo tasmásiano, tanto pelos camponeses chineses quanto pelos aborígenes australianos, tanto pelo africano destribalizado do Harlem quanto pelo pigmeu de Perak (...) Em resumo, uma tal antropologia não terá somente uma maior importância prática, mas tornar-se-á ao mesmo tempo uma verdadeira ciência, mesmo que deixe de ser uma evasão romântica ou um pretexto para um maravilhoso devaneio. (MALINOWSKY apud BENZA, 1998, p.55).

A oposição à “evasão romântica” de que fala Malinowski, também foi uma das marcas presentes na revisão do conhecimento antropológico proposta por Roquette-Pinto. Em 1939, recuperando a sua trajetória, ele rememorava que a sua geração, pela crença “nas decisivas possibilidades do trabalho”, foi responsável por iniciar o abandono do Brasil que até então era apenas “tema de lirismo” (ROQUETTE-PINTO, 1939).

Esse movimento que Roquette vem realizando em diálogo com as correntes acima citadas resulta num movimento de deslocamento da caracterização das populações indígenas de “primitivas” a “potenciais brasileiros”, em oposição às referências recebidas quando do seu

ingresso no Museu Nacional. Tal oposição dava-se, sobretudo, em relação aos posicionamentos de Batista Lacerda acerca da animalidade e inferioridade do indígena brasileiro. Essas características também foram apontadas por Ihering, especialmente, em relação aos Kaingang de São Paulo, cujos conflitos com os imigrantes alemães despertaram um intenso debate acerca da viabilidade ou não da manutenção de grupos indígenas. Tais posicionamentos foram fortemente combatidos pelos colaboradores da Comissão Rondon, entre eles Roquette-Pinto (STAUFFER, 1955; LIMA, 1985, 1989; LIMA; SANTOS; COIMBRA, 2005, p.32).

Se Roquette pode repensar a “herança ofertada”, sua expedição à Serra do Norte e ao Vale do Juruena em muito contribuiu para essa elaboração. No prefácio à segunda edição de *Rondônia*, assim indicava os ganhos naquela ocasião:

se, como estudioso, as observações científicas que pôde realizar – quase todas de grande alcance para o conhecimento da antropologia sul-americana – o encheram de alegria [o autor]; brasileiro, deu-se por bem pago daqueles dias de privações e perigos, porque voltou de *Rondônia* com a alma refeita, confiante na sua gente, que alguns acreditam fraca e incapaz, porque o povo é *magro e feio...* (...) É preciso ir lá para retemperar a confiança nos destinos da raça, e voltar desmentindo os pregoeiros da sua decadência. (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 44)

Os pregoeiros da decadência indígena aos quais frequentemente Roquette-Pinto referia-se e propunha uma revisão de suas ideias eram Agassiz e Gobineau. Numa lembrança dos resultados obtidos em Rondônia, Roquette indica que:

os estudiosos do Brasil, sabendo de fonte segura, que o Movimento Bandeirante, a Conquista da Amazônia e a Ocupação de Rondônia foram três fulgurantes resultados da inteligência, da força de vontade, da coragem, da sobriedade e da resistência física de mestiços, têm o direito de sorrir da ciência daqueles senhores [Agassiz e Gobineau]. (ROQUETTE-PINTO, 1926)

Na ocasião do Primeiro Congresso de Eugenia, em 1929, do qual foi presidente, Roquette-Pinto pôde cumprir:

um papel público importante, opondo-se à forte influência racista presente na maioria dos participantes do Congresso, que defendiam a aplicação de uma política eugenista radical e a teoria ‘degeneracionista da mestiçagem’. (...) Cumpria o MN, dessa maneira, um papel estranha à sua antiga atuação, tão marcada pelos modelos da Biologia e da Frenologia. Começava a aglutinar uma vanguarda intelectual, que, ainda de forma frágil, se opunha frontalmente ao racismo científico, moeda corrente em períodos imediatamente anteriores. (SCHWARCZ, 2004, p.96)

Como se viu no início desse trabalho, Roquette-Pinto ingressou no Museu Nacional num momento em que ele conjugava reformas administrativas e físicas com uma ampla inserção social. Os chefes de Seção, os diretores e mesmo os auxiliares foram constantemente recrutados pelo Governo Imperial tanto quanto eram pelo Republicano a assumir postos de trabalho nas mais variadas frentes. O posicionamento no Congresso de Eugenia, em 1929, é uma das etapas finais do processo que analiso no decurso deste trabalho.

Desde fins do século XIX, pode-se dizer que a ciência, praticada de modo rigoroso no MN, ultrapassava os limites físicos da Quinta da Boa Vista e seguia ao encontro da elaboração de proposições políticas em que ao Estado era incumbida a tarefa de guiar o progresso previsto pela Ciência. Obviamente que o Museu Nacional e seus pesquisadores não eram os únicos a fomentar as mudanças em curso. Sem dúvida, tal processo era formado e conformado num plano muito mais amplo em que variadas instituições tomavam parte desse processo.

Nesse sentido, gostaria de recuperar uma distinção realizada por Roquette-Pinto em relação aos indígenas (analisada no 2º capítulo), para o qual constituíam uma parcela populacional distinta dos brasileiros. Por tudo até aqui analisado, posso apontar que a singularidade do trabalho de Roquette-Pinto reside na conjunção de uma proposta tutelar e protecionista aos indígenas, ao mesmo tempo em que os entende como nações diferenciadas do restante do Brasil. Tal singularidade marca ainda suas diferenças em relação à herança recebida e à tradição da Antropologia que até então se consolidava no Brasil, notadamente a orientada a partir dos trabalhos de Batista Lacerda.

Essa diferenciação, por sua vez, parece advir da aproximação de Roquette-Pinto com o indigenismo republicano. A classificação implícita dos indígenas brasileiros (os que são, os que se corromperam, os que se transformaram em sertanejos), o ponto de vista moral em relação à dívida da conquista (decorrente da expropriação territorial), a separação entre índios e brasileiros, a definição do modo de governar essas populações (sem dirigir, nem aproveitar), e a meta da evolução espontânea – são as cinco linhas gerais que vinculam as proposições de Roquette-Pinto para política indigenista brasileira (ROQUETTE-PINTO, 2005, p.200-201) e a política indigenista tal como idealizada por Rondon (LIMA, 2002, p.12).

Em outros domínios, os ganhos conquistados para Antropologia e Etnografia brasileira com a expedição de Roquette-Pinto, em 1912, podem ser comparados na divulgação dos métodos da Antropologia e em termos de escalas nacionais aos trabalhos de Malinowski, iniciados em 1914, apenas dois anos depois da expedição à Serra do Norte. Em termos de formação de coleções, por sua vez, pode ser comparada às expedições de Von den Steinen ao Xingu; de Rivers e Haddon ao Estreito de Torres e, de Boas ao Norte do Canadá. Oliveira (2006) chega mesmo a afirmar que o patrimônio cognoscitivo formado por essas iniciativas foram únicos e decisivos para que a Antropologia “viesse a ser efetivamente a disciplina científica que conhecemos e cuja genealogia traçamos” (OLIVEIRA, 2006).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do caminho que me levou a elaboração dessa dissertação, pude encontrar vestígios de muitos outros caminhos trilhados por pessoas que acreditavam na força da sua geração e que buscavam alternativas às problemáticas de sua época ao mesmo tempo em que projetavam soluções para o seu futuro. De todos os personagens com os quais me encontrei nesse caminho, detive especial atenção a Roquette-Pinto. Tal interesse, como explicitado na introdução a esse trabalho, decorreu especificamente do que se tornou o objeto privilegiado dessa dissertação – a relação entre Museus, Antropologia e Coleções Etnográficas que foi estudada a partir da expedição de Roquette-Pinto à Serra do Norte em 1912. Chegado ao fim do meu percurso (pelo menos momentaneamente) o quê dizer sobre esse evento? Que utilidade há à antropologia, aos museus e às coleções etnográficas em debruçar-se sobre essa experiência pretérita? Que mapas indicativos tal estudo pode resultar as minhas motivações iniciais?

Embora Roquette-Pinto não tenha sido a “centelha” que despertou o meu interesse para realização dessa pesquisa (no sentido dos meus questionamentos iniciais); ele e a sua expedição foram um “objeto” privilegiado através do qual pude inquirir repostas – nem sempre obtidas em sua completude, mas sempre com ricas indicações.

Pouco importando-se em omitir as circunstâncias em que a sua expedição fora realizada, a todo momento, ele apresentou as condições da viagem, seus guias e seus informantes, os locais de coleta de objetos e de vocabulário. Não houve em seus textos, no sentido apontado por Fabian (1983), decantação de objetos e situações. Os funcionários da Comissão Rondon, os índios, os seringueiros, as relações de exploração de trabalho – tudo lá estava. Mesmo a valoração explícita e consciente dada aos métodos de pacificação e conquista empregados pela Comissão Rondon (LIMA, 1985) foi sendo, por vezes, interrompida pelas descrições de conflitos e, mesmo, de mortes.

Por meio dessas indicações, pude alcançar as relações estabelecidas naquela situação e inferir sobre as conexões entre Museu Nacional, Comissão Rondon, indígenas e coleções etnográficas. Tais conexões davam-se de modo enraizado: estavam presente no reconhecimento público da legitimidade científica e política das duas instituições (MN e CLTEMTA), nas redes de fornecimento de coleções, no recrutamento de indígenas para trabalhos da Comissão e do Museu Nacional e na conformação de instrumentos políticos de gestão das populações indígenas submetidas.

A relação de Roquette-Pinto com a Comissão Rondon não foi apenas de empatia ou de encontros circunstanciados. Os tentáculos com os quais reuniu sua significativa coleção e pela qual foi primeiramente legitimado como antropólogo estavam diretamente conectados à Comissão. Os lugares onde foram recolhidos os objetos eram os postos da Comissão. Os guias que localizavam os indígenas eram os funcionários da Comissão. Os objetos previamente recolhidos, o foram a pedido do chefe da Comissão. O transporte das peças e do antropólogo foi realizado com recursos da Comissão. Tal relação teve continuidade mesmo após o fim da expedição. Nesse caso, em que o etnógrafo está explicitamente imerso na dimensão colonial, cabe uma reflexão sobre os atos de colecionar (FABIAN, 2010) e a situação etnográfica (PELS & SALEMINK, 1999; OLIVEIRA, 2004) – formar coleções não pode mais ser equiparado a um ato de “coleta” de objetos, eles não são simplesmente “encontrados”. Trata-se de uma produção de conhecimentos que imbrica Museus, antropologia e populações articulando-as a um contexto social concreto, conformado por relações de força e interdependência.

A política tutelar propagada por Roquette-Pinto constitui um dos principais desdobramentos dessa conexão. Os lugares alcançados pelo seu consagrado livro, produzido e distribuído pelo Museu, também o foram pelo programa tutelar nele contido. Com orientações que versavam sobre “proteger” sem “integrar”; “dirigir”, “sem aproveitar” reservava o lugar daquele programa no universo científico da antropologia. As distinções promovidas entre “brasileiros” e “índios”, marcaram a separação entre os “adiantados” e os “atrasados”, restando a estes últimos a compensação pela “grande dívida” que nunca chegou. Esse conjunto de elementos, detalhadamente descritos ao longo dessa dissertação, compõe o cerne da relação entre antropologia e colonialismo para a situação analisada.

A negação da coetaneidade (coevalness) (FABIAN, 1983, p.31) foi outra marca dos trabalhos de Roquette-Pinto – um tropos narrativo (e cognitivo, claro) que o distancia de nós hoje, mas o aproximava da antropologia da época e daquela que o sucedeu. Apesar de toda colaboração estabelecida entre índios e não-índios descritas tanto para o momento da expedição quanto para eventos anteriores, foi nos domínios do mais primitivo que Roquette-Pinto inscreveu as populações Nambiquara por ele estudadas, o que levava inclusive deixar em segundo plano a etnografia e a coleta de material Pareci (coletividade que não seria tão claramente caracterizada como “primitiva” e, portanto, “indígena”). No entanto, tal inscrição se deu em moldes distintos dos que o havia precedido – e aqui residiu o segundo ponto privilegiado de observação do “meu objeto de pesquisa”.

Na contraposição entre os momentos do Museu Nacional analisados nessa dissertação, posso agora dizer que as proposições de Roquette-Pinto estavam mais próximas as de Ladislau Netto do que as dos seus imediatos antecessores, notadamente Batista Lacerda. Tal alinhamento com Netto dava-se em relação aos instrumentos propostos (formação de coleções etnográficas, insistência em efetivar a dimensão educativa do Museu Nacional e, com ela, a popularização da ciência) tanto quanto a caracterização das populações indígenas.

Como vimos, Roquete-Pinto esteve a todo tempo de forma consistente e continuada classificando esses grupos como “primitivos”/“atrasados”. No entanto, tal relação de alteridade com eles estabelecida jamais correspondeu às proposições de Batista Lacerda (e outros) quanto à “animalidade” dessas populações. Ao contrário dos usos correntes em sua época, Roquette-Pinto utilizou-se dos instrumentos disponíveis (tanto os já citados, quanto os da antropologia física e da etnografia) para questionar a validade das proposições apresentadas por seus contemporâneos. Em relação as críticas ao Brasil mestiço (formado por negros, indígenas e suas misturas), Roquette-Pinto constantemente recorreu à expedição à Serra do Norte (e os resultados lá obtidos) para questionar sua veracidade. Assumia assim a defesa de uma dimensão política do mestiço e com ele do indígena diante da política nacionalizante do Brasil.

Através da opção por essa atuação, ele seguiu investigando e inventariando a população brasileira. Classificou-a em zonas geográficas, estabeleceu os tipos brasileiros e “canibalizou” (na expressão dos modernistas de sua época) a antropologia importada para produção de uma antropologia “made in brazil”. O alcance desses desdobramentos o levou ao reconhecimento que nenhum outro antropólogo de sua geração e/ou do Museu Nacional jamais conseguiu. Roquette-Pinto imbricou-se com a política nacional e dela participou ativamente – tornou-se um “intelectual universal”, de saber genérico e com conexões éticas e políticas, em oposição ao “especialista”, com saberes meramente técnicos e interesses específicos.

Nessas considerações, retomando a minha provocação inicial, a análise da experiência vivenciada por Roquette-Pinto vem a contribuir com a antropologia, os museus e os atos de colecionar contemporâneos não apenas com uma reflexão crítica acerca das condições em que tais conhecimentos e atos podem vir a ser produzidos ou mesmo das dimensões que podem vir a alcançar. A leitura das suas notas permite conhecer, através de uma perspectiva histórica, as esferas políticas da prática antropológica. Restituindo-lhe a importância e os significados de seu tempo contemporâneo, que foram minimizados pela mudança do eixo teórico da

antropologia no Brasil durante a alteração do seu lugar de produção e ensino – dos Museus às pós-graduações<sup>94</sup>.

No caso do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional uma relação curiosa aí foi estabelecida. Apesar de ter sido fundado no MN herdando sua tradição de trabalho<sup>95</sup>, poucos foram os alunos que se dispuseram a pesquisar o seu acervo. Stocking (1985), analisando o caso dos museus norte-americanos, chega a afirmar que cerca de 90% de seus “espécimes etnológicos” jamais foram estudados (1985:9). No caso das coleções etnográficas do Museu Nacional não é possível realizar uma estimativa tal como a de Stocking. Mas, pelo quadro pretérito e atual, é possível dizer que devem ser tão pouco ou menos que os dos museus norte-americanos.

Esse quadro tem implicações tanto para disciplina antropológica, que desde os anos 60 vem paulatinamente abandonando os estudos com e a partir de “objetos etnográficos”, quanto para a própria instituição museal, que viu ao longo da segunda metade do século XX o status profissional de seus curadores e diretores significativamente diminuídos. Basta para isso, passar em revista a importância política e social do Museu Nacional nos anos de Ladislau Netto e Roquete-Pinto. Os desafios contemporâneos, todavia, tem requerido a essas instituições e a seus profissionais as posturas de engajamento político e social por aqueles apresentadas.

Roquette-Pinto imaginando os horizontes de relações futuras daquelas populações com os Estados Nacionais assim indicava, no prefácio a primeira edição de Rondonia, uma das finalidades que o seu livro um dia poderia vir a ter:

“Quem sabe si mais tarde, um filho da Rondonia, bisneto de alguns desses que deixei com saudade em 1912, educado por um sucessor do Mestre, si o houver capaz de recolher a herança, não folheará estas notas, para ligal-as ao material conhecido e traçar, assim, a noticia completa do seu povo?” (ROQUETTE-PINTO, 2005:XV)

Aqui encontro o meu último ponto proposto (Que mapas indicativos podem tal estudo resultar às minhas motivações iniciais?) e retorno aos encontros com Zita Enoré e com os indígenas participantes da exposição “Índios: Os Primeiros Brasileiros” descritos na

<sup>94</sup> Tal proposição vem ao encontro das reflexões realizadas por Oliveira (2010) e Faria (1993b).

<sup>95</sup> Castro Faia foi um dos colaboradores de Roberto Cardoso de Oliveira e Maybury-Lewis na fundação do PPGAS/MN/UFRJ nos anos 60 do século XX (GARCIA, 2009:413).

introdução desse trabalho. Ambos através de seus questionamentos buscavam restituir os conhecimentos e parte dos domínios territoriais que lhes foram subtraídos ao longo de suas trajetórias históricas. Zita Enoré, naquele seminário, entregou a equipe organizadora um conjunto de fotos acompanhado de um bilhete no qual expressava o motivo maior de sua preocupação: a terra indígena “Ponte de Pedra”, lugar mítico da origem do povo Pareci onde foi erguida a Estação Telegráfica de Vilhena de onde partiam objetos para compor a coleção Roquette-Pinto.



Figura 9: Ponte de Pedra hoje, Fonte: Zita Enoré

Que responsabilidade pode ter o pesquisador com essas coletividades? Que expectativas eram depositadas pelos indígenas naquele que os foi visitar em 1912, que por eles se interessava e por quem eram chamados de amigo? Como estão hoje os Pareci e Nambiquara? Como aquela expedição pode ter influído no estado atual desses grupos hoje<sup>96</sup>? – São perguntas para as quais certamente esse trabalho não se propôs a procurar respostas, mas que estiveram presentes na reflexão que me levou a produzi-lo.

Aqueles encontros lançaram-me, enquanto estudante de antropologia, aos desafios hoje apresentados aos museus, à antropologia e às coleções pelas populações descendentes de

<sup>96</sup> Em estimativas atuais, dos Parecis, cuja população descrita por Roquette-Pinto “de tão numerosa” era “incontável”, existem apenas 2.005 pessoas e dos Nambiquaras, que em apenas um dos encontros pode o antropólogo reunir cerca de 200 homens com suas mulheres e filhos, há 1.950 integrantes.

Fonte: Instituto Sócio Ambiental – Pareci <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/paresi> e Nambiquara <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/nambikwara>.

situações semelhantes as quais Roquette-Pinto e o Museu Nacional estavam imbricados no início do século XX. Guardar objetos etnográficos provindos dessas condições de produção não corresponde apenas a proteger o patrimônio cultural e científico nacional. Aos museus que detém tais coleções é preciso disponibilizá-las ao diálogo com os grupos dos quais elas provém. Tal diálogo não deve ser somente realizado através da disponibilidade a sua consulta.

É preciso, como indica Roquette-Pinto, permitir que a historicidade dessas coleções venha a ser conhecida. Que os embates de força e jogos políticos e as várias camadas sobrepostas ao longo do tempo pelas classificações científicas, pelos métodos expositivos e tantos outros mecanismos de invisibilização do processo que deu causa a essas coleções também venham a ser conhecidos e apropriados por esses grupos na reconstrução de sua historicidade e na atualização de sua cultura e seus projetos políticos identitários contemporâneos. O estudo do etnógrafo, das coleções que formou para a sua instituição, de suas redes de apoio e legitimação e daquela situação etnográfica tenta, portanto, estabelecer uma conexão com as demandas dos indígenas que eu encontrei ao longo do meu percurso formativo e que me motivaram a realização dessa pesquisa.

## 5. REFERÊNCIAS

AMSELLE, J.L. Ethnies et espaces: pour une anthropologie topologique. In: BOKOLO, E.M. & ANSELLE, J.L. **Au coeur de l'éthnie: ethnie, tribalisme et état en Afrique**. Paris: La Découverte, 1999. 2ª ed. p.11-48.

ANDERMANN, Jens. Espetáculos da diferença: a Exposição Antropológica Brasileira de 1882. **Revista Topoi**, v. 5, 2004, p. 128-170. Disponível em: [http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi09/topoi9a6.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi09/topoi9a6.pdf).

APPADURAI, A. (ed.). **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

ASAD, T. Introduction. In: TALAL, A. (org.). **Anthropology and the Colonial Encounter**. Nova York: Humanities, 1973. p. 9-19.

BARBOSA, A.M.S. **O pássaro dos rios nos afluentes do saber – Roquette-Pinto e a construção da universalidade**. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1996. 2 vol.

BAZIN, J. Des clous dans la Jaconde. In: BAZIN, J. **L'anthropologie autrement**. Marselha: Anacharsis, 2008.

BENSA, A. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, J. (org.). **Jogos de Escala**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.38-76.

BOURDIEU, P. Reprodução cultural e reprodução social. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 2005. p. 183-202; 295-336.

BREFE, A.C.F. **O Museu Paulista**: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945. São Paulo: Ed. UNESP/Museu Paulista, 2005.

CARVALHO, D.S. **Relatório da 4ª Seção encaminhado a Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: s.e., 1914.

\_\_\_\_\_. **Relatório da 4ª Seção encaminhado a Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, s.e., 1915.

CASANOVA, P. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, A.A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. (orgs.). **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CLIFFORD, J.; MARCUS, G. (org.). **Writing Culture**: the poetics and politics of Ethnography. Berkeley: University of California Press, 1986.

CUNHA, Olívia M.G. **Tempo Imperfeito**: Uma etnografia do arquivo. Rio de Janeiro: Revista MANA 10 (2):287-322, 2004.

DOMINGUES, H.M.B. **Ciência, um caso de política**: as relações entre as Ciências Naturais e a Agricultura no Brasil-Império. São Paulo. 1995. 321f. Tese. (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

ERTHAL, R. **Atrair e pacificar**: a estratégia da conquista. Rio de Janeiro. 1992. 277f. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

FABIAN, Johannes. Colecionando pensamentos: sobre os atos de colecionar. **Revista MANA**, Rio de Janeiro, v. 16, n.1, p. 59-73, 2010.

\_\_\_\_\_. On Recognizing Things: the 'ethnic artefact' and the 'ethnographic object'. **L'Homme**. n. 170, p. 47-60, 2004.

\_\_\_\_\_. **Time and the Other**: how Anthropology makes its object. New York: Columbia University Press, 1983.

FARIA, L.C. Edgar Roquette-Pinto (1884-1954). **Revista do Museu Paulista**. São Paulo, v. 10, p.295-305, 1956-58.

\_\_\_\_\_. **A contribuição de Edgar Roquette-Pinto para a Antropologia brasileira**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1959.

\_\_\_\_\_. Museu Nacional: o espetáculo e a excelência. In: \_\_\_\_\_. **Antropologia espetáculo e excelência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Tempo Brasileiro, 1993. p. 55-79.

\_\_\_\_\_. Uma antropologia social tupiniquim. In: \_\_\_\_\_. **Antropologia espetáculo e excelência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Tempo Brasileiro, 1993b. p. 81-103.

\_\_\_\_\_. **Antropologia**: escritos exumados – Espaços circunscritos: tempos soltos. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998.

\_\_\_\_\_. **Antropologia**: escritos exumados 2 – Dimensões do conhecimento antropológico. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. A Repartição Geral dos Telégrafos e o trabalho de Guilherme Schüch de Capanema (1824-1908) em Geociências. In: ALMEIDA, Marta de & VERGARA, 2008. In: ALMEIDA, Marta de & VERGARA, Moema de Rezende (Orgs). **Ciência, história e historiografia**. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 124-138.

FOUCAULT, M. **O que é um autor?**. Lisboa: Veja, 1992.

FREIRE, C.A.R. **Rondon**: a construção do Brasil e a causa indígena. Brasília: Abravídeo, 2009.

GARCIA JR, A.R. Fundamentos empíricos da razão antropológica: a criação do PPGAS e a seleção de espécies. **MANA** 15(2):441-447, 2009.

HEMMENDORFF, Ernest; MOREIRA, Carlos. Relatório das excursões efetuadas na margem esquerda do Rio Branco, em S. Paulo e no Itatiaya, na Serra da Mantiqueira. In: **Revista Arquivos do Museu Nacional**, n. 12. p. 159-168, 1903.

HUMBOLDT, A. von. **Vue des cordillères et monuments des peuples indigenes de l'Amérique**. Paris: L. Borgeois, 1816.

KEULLER, A.T.A.M. **Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio Janeiro**: cientistas, objetos, idéias e instrumentos (1876-1939). São Paulo, 2008. 314f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008.

KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, A. (ed.). **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008. p. 89-121.

LABORATÓRIO DE FISILOGIA EXPERIMENTAL. Dicionário Histórico Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/labfisexp.htm>. Acesso em 8 nov. 2010.

LACERDA, B. **Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**: recordações históricas e científicas fundadas em documentos autênticos e informações verídicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

LACERDA, J.B.; PEIXOTO, J.R. Contribuições para o estudo anthropologico das raças indigenas do Brazil, pelos doutores Lacerda Filho e Rodrigues Peixoto. **Archivos do Museu Nacional**. v.1, p. 47-83,1896.

LASMAR, D.P. **O acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio (1890-1938)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008.

L'ESTOILE, B. **Le Goût des Autres: de L'Exposition coloniale aux arts premiers**. Paris: Flammarion, 2007.

LIMA, A.C.S. **Aos fetichistas, ordem e progresso**: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação. 1985. 2v. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

\_\_\_\_\_. O Santo Soldado: pacificador, bandeirante, amansador de índios, civilizador dos sertões, apóstolo da humanidade. Uma leitura de Rondon conta sua vida de Esther de Viveiros. **Comunicação**. n.21, Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS/Museu Nacional, 1990.

\_\_\_\_\_. Diversidade Cultural e Política Indigenista no Brasil. **Tellus** (UCDB), v.3, Campo Grande – MT. Pp. 11-31. 2002.

\_\_\_\_\_. **Um grande cerco de paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, N.T. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais, sertanejos e imaginação social. Rio de Janeiro, 1997, 289f. Tese, (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan/ IUPERJ/ UCAM, 1999.

\_\_\_\_\_; SÁ, D.M. (orgs.). **Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgar Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

\_\_\_\_\_; SANTOS, R.V.; COIMBRA JR., C.E.A. Introdução à Rondônia de Edgard Roquette-Pinto. In: ROQUETTE-PINTO, E. **Rondônia: antropologia-ethnographia**. 7.ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 25-39.

LINS, A. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=113&sid=199>. Acesso em 18 jan. 2011.

LOPES, M.M.; MURRIELLO, S.E. Ciências e Educação em museus no final do século XIX. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.12 (suplemento), p.13-30, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

\_\_\_\_\_. Viajando pelo campo e pelas coleções: aspectos de uma controvérsia paleontológica. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 8 (suplemento), p. 881-97, 2001.

\_\_\_\_\_. Trajetórias museológicas, biografia de objetos, percursos metodológicos. In: ALMEIDA, M.; VERGARA, M.R. (org.). **Ciência, história e historiografia**. São Paulo: Via Lettera, 2008. p. 305-318.

LOWIE, R.H. **Historia de la etnologia**. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1946.

MACHADO, M.F.R. **Índios de Rondon: Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Waimare e Kaxinití, grupos Paresi**. 2v. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

MATHEUS, R.R.R. **Edgar Roquette-Pinto: aspectos marcantes de sua vida e sua obra**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1984.

MOREIRA, I.C.; MASSARANI, L.; ARANHA, J. **Roquette-Pinto e a divulgação científica**. In: LIMA, N.T.; SÁ, D.M. (orgs.). **Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgar Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 247-270.

MUSEU NACIONAL. **Guia da Exposição Antropológica Brasileira realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro a 29 de Julho de 1882**. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1882a.

MUSEU NACIONAL. **Revista da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia de Pinheiro & C., 1882b.

REVISTA DO MUSEU PAULISTA. São Paulo: Museu Paulista. São Paulo: Museu Paulista, v. 11, 1918.

NASCIMENTO, F. R. **A formação da coleção de Indústria Humana no Museu Nacional, século XIX**. Rio de Janeiro, 2009. 271f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

NETTO, L. **Investigações Históricas e Científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Philomatico, 1870.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Museu Nacional apresentado ao Illm. Exm. Sr. Conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Júnior, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1875. Disponível em: <http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br/0020.html>. Acesso em 3 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Museu Nacional apresentado ao Illm. Exm. Sr. Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Rio de Janeiro: Tipografia de João Ignacio da Silva, 1877. Disponível em: <http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br/o/0022/0022.pdf>. Acesso em 3 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. **Le Muséum National et son influence sur les sciences naturelles**. Paris: Librairie CH. Delagrave, 1889.

\_\_\_\_\_. Investigações sobre a archeologia brasileira. **Arquivos do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, v.6, p. 257-553, 1889.

PELS, P. & SALEMINK, O. Introduction: Locating the colonial subjects. In: PELS, P. & SALEMINK, O. **Colonial Subjects: Essays on the practical history of anthropology**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1999.

OLIVEIRA, J.P. Fazendo etnologia com os caboclos do Quirino: Curt Nimuendaju e a história ticuna. In: OLIVEIRA, J.P. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. p.60-96.

\_\_\_\_\_; LIMA, A.C.S. (coord.). **Rondônia 1912: gravações históricas de Roquette-Pinto**. Rio de Janeiro: LACED-Museu Nacional/UFRJ.

\_\_\_\_\_. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, J.P. **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2004. p. 13-42.

\_\_\_\_\_. O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. **Revista Tempo**. Niterói, n. 23, v. 12, p. 73-99, 2007.

\_\_\_\_\_. Dos museus para as pós-graduações: Iniciada com as expedições científicas, a antropologia no Brasil se especializou no contexto universitário. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, especial n. 2, novembro 2010, pp. 70-73.

OLIVEIRA, R.C. A noção de ‘Colonialismo Interno’ na Etnologia. **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 4, v. 8, p. 105-112, 2004.

RAMOS, J.S. Como classificar os indesejáveis? Tensões e convergências entre raça, etnia e nacionalidade na política de imigração das décadas de 1920 e 1930. In: LIMA, N.T.; SÁ, D. M. (orgs.). **Antropologia Brasileira: ciência e educação** na obra de Edgar Roquette-Pinto. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 179-211.

RIBAS, J.B.C. **O Brasil é dos brasileiros: medicina, antropologia e educação** na obra de Roquette-Pinto. Campinas. 1990. 218f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Campinas, Campinas, 1990.

RIBEIRO, A.M. **A Comissão Rondon e o Museu Nacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Comissão Nacional de Proteção aos Índios, 1945. (1ª Conferência realizada pelo Professor Alípio de Miranda Ribeiro, no Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1916. Publicação n. 49).

REVEL, J. Microanálise e construção do social. In: REVEL, J. (org.). **Jogos de escala: A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 15-38.

RIBEIRO, D. **O indigenista Rondon**. Rio de Janeiro: Publicações do Serviço de Documentação do MEC, 1958.

\_\_\_\_\_. **A política indigenista brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola/Ministério da Agricultura, 1962.

ROMERO, S. **Ethnographia Brasileira: estudos críticos sobre Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Theophilo Braga e Ladislau Netto**. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves & Cia, 1888. Disponível em: [http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/02054100/020541\\_COMPLETO.pdf?sequence=2](http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/02054100/020541_COMPLETO.pdf?sequence=2). Acesso em 6/12/2010.

ROQUETTE-PINTO, E. **Ethonographia Americana: o exercicio da medicina entre os indígenas da America**. Rio de Janeiro: E. Bevilacqua & C, 1906.

\_\_\_\_\_. **Etnografia indígena do Brazil: estado atual dos nossos conhecimentos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

\_\_\_\_\_. **Note sur la situation sociale des indiens du Brésil. (Monographie présenté a le Congres Universel des Races,... Londres, en 1911). par le professeur...** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955.

\_\_\_\_\_. **Nota sobre os indios Nhambiquaras do Brazil-Central. Resultados Etnograficos da Expedição Rondon – Enviada ao XVIII Congresso de Americanistas, Londres 1912**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1912a. p. 24-43.

\_\_\_\_\_. **Relatório da 4ª Seção de Antropologia e Etnografia apresentado ao Sr. Diretor do Museu Nacional, Bruno Lobo**. Rio de Janeiro: Arquivo SEMEAR/MN, 1912b.

\_\_\_\_\_. **Rondônia: Anthropologia, Ethnografia**. In: **Revista Arquivos do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, v. 20, 1917.

\_\_\_\_\_. **Anthropologia**: guia das collecções. Rio de Janeiro: Tipografia da Directoria Geral de Estatística, 1915a.

\_\_\_\_\_. **Dinoponera Grandis (Memória apresentada à Congregação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para obter a Livre Docencia da Cadeira de Historia Natural)**. Rio de Janeiro: Tipografia da Casa Bevilacqua, 1915b.

\_\_\_\_\_. **Relatório da 4ª Seção apresentado ao Diretor do Museu Nacional, Bruno Lobo**. Rio de Janeiro: Arquivo SEMEAR/MN, 1922.

\_\_\_\_\_. **Relatório da 4ª Seção apresentado ao Diretor do Museu Nacional, Bruno Lobo**. Rio de Janeiro: Arquivo SEMEAR/MN, 1924.

\_\_\_\_\_. **Seixos Rolados**. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & C., 1927.

\_\_\_\_\_. **Rondônia: anthropologia-ethnographia**. 7.ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 25-39.

SÁ, D. M.; SÁ, M.R.; LIMA, N.T. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.15, n. 3, p. 779-810, jul-set. 2008.

\_\_\_\_\_. **A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

\_\_\_\_\_. **Idéias sem fronteiras: da generalidade à especialização no pensamento intelectual do Brasil Republicano (1895-1935)**. Rio de Janeiro. 2003. 350f. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

SAID, E.W. Territórios sobrepostos, histórias entrelaçadas. In: SAID, E. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 33-46.

SANTOS, R.V. Edgar Roquette-Pinto, os tipos antropológicos e a questão da degeneração racial no Brasil no início do século. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...**Caxambu: ANPOCS

SCHWARCZ, L.M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SEYFERTH, G. A Antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil: a tese de João Batista de Lacerda. **Revista do Museu Paulista**. São Paulo, n. 30, nova série, p. 81-92, 1985.

\_\_\_\_\_. Roquete-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil. In: LIMA, N. T.; SÁ, D. M. (orgs.). **Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgar Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 147-177.

SILVEIRA, J. A inquietação artística de Roquette-Pinto. **Vamos Ler**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1939. p. 46. (Depositado na ABL, Arquivo Roquette-Pinto ABL, caixa 1, pasta 27-3-23, item 7.)

SMITH, L.T. **Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples**. London: Zed Books; New York: University of Otago Press, 2001.

SOUZA, A. P. Notas sobre os costumes dos Índios Nhambiquaras. **Revista do Museu Paulista**, tomo 12, p. 390-405, 1920.

STOCKING JR.; GEORGE W. (org.). **Objects and others**: essays on museums and material culture. Madison: The University of Wisconsin Press, 1985.

TAUNAY, A. E. Relatório referente ao ano de 1918, apresentado ao Senhor Secretario do Interior, Dr. Oscar Rodrigues Alves, pelo Diretor em Comissão, do Museu Paulista, Affonso D'Escragnolle Taunay. **Revista do Museu Paulista**. São Paulo, tomo 9, 1919.

\_\_\_\_\_. **Guia da Secção Histórica do Museu Paulista**. São Paulo: Imprensa Official do Estado, 1937.

VENÂNCIO FILHO, A. Roquette-Pinto, expressão de humanismo. In: LIMA, N.T.; SÁ, D. M. (orgs.). **Antropologia Brasileira**: ciência e educação na obra de Edgar Roquette-Pinto. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 39-56.

ULE, E. Relatório de uma excursão de botânica feita na Serra do Itatyiaia. **Arquivos do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, n. 9, p. 185-223, 1895.

**FONTES DOCUMENTAIS**

LIVRO de tombo. Museu Nacional. Etnologia, Rio de Janeiro, n. 6.

ESTATUTO do Grêmio do Internos dos Hospitais do Rio de Janeiro, 1904. (Arquivo Roquette-Pinto ABL, caixa 1, pasta 27-3-23, item 13).

MUSEU NACIONAL. Relatório Geral apresentado ao MAIC. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1910.

MUSEU NACIONAL. Relatório Geral apresentado ao MAIC. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1929.

MUSEU NACIONAL. Relatório Geral apresentado ao MAIC. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1922.

MUSEU NACIONAL. Registro das Atas da Congregação (1904-1911). Rio de Janeiro: Museu Nacional.

MUSEU NACIONAL. Registro das Atas da Congregação (1911-1938). Rio de Janeiro: Museu Nacional.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, Arquivo Roquette Pinto. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras

MUSEU PAULISTA, Fundo Taunay. São Paulo: Museu Paulista.

## 6. ANEXO

### 6.1 ANEXO I: Diretores do Museu Nacional até a gestão de Roquette-Pinto.

Frei José da Costa Azevedo (1818-1822)

João de Deus e Mattos (1822-1823)

João da Silva Caldeira (1823-1827)

Frei Custódio Alves Serrão (1828-1847)

Frederico Leopoldo Cezar Burlamaqui (1847-1866)

Francisco Freire Allemão de Cysneiros (1866-1870)

Ladislau de Souza Mello e Netto (1875<sup>97</sup>-1893)

Amaro Ferreira das Neves Armond (1892-1893)

Domingos José Freire Junior (1893-1895)

João Batista de Lacerda (1895-1915)

Bruno Álvares da Silva Lobo (1915-1923)

Arthur Neiva (1923-1926)

Edgard Roquette Pinto (1926-1935)

---

<sup>97</sup> “Designado para substituir o director geral nos seus impedimentos por aviso de 17 de dezembro de 1870. Director geral por decreto de 6 de fevereiro de 1870”. LACERDA, 1905. P. 177.

6.2 ANEXO II: Lista de distribuição da “Revista Arquivos do Museu Nacional”, em 1905 (LACERDA, 1905. P. 146-172)

## AFRICA

### ALGERIA

#### Alger

Société d'Agriculture

>> Historique Algérienne

#### Bone

Académie d'Hippone

#### Constantine

Société Archéologique du Département de Constantine

### CABO DA BOA ESPERANÇA

#### Cape Town

Agricultural Society

Geological Commission

>> Survey of the Colony

South African Museum

>> Philosophical Society

#### Grahamstown

Albany Museum

### COLONIA DE NATAL

#### Pietermaritzburg

Geological Survey of Natal and Zululand

## EGYPTO

### Le Caire

Comité de conservation des monumens de l'Art arabe

Institut E'gyptien

Société Khédiviale de Géographie

### TRANSWAAL

#### Pretoria

Geological Survey of the Transvaal

## AMERICA

### AMERICA CENTRAL

### COSTA RICA

#### San José

Instituto Fisico-Geografico de Costa Rica

Museo Nacional

Secretaria de Governacion Policia y Fomento

<< Paginas Ilustradas >>

### GUATEMALA

Direccion General de Estadistica

Instituto Nacional

### S. SALVADOR

**S. Salvador**

Museo Nacional

**AMERICA DO NORTE****CANADA****Cape Rouge (Ontario)**

La Naturaliste Canadien

**London (Ontario)**

Canadian Entomologist.

**Montreal (Quebec)**Canadian Naturalist and Quarterly Journal  
of Sciences

Numismatic and Antiquarian Society

Royal Society of Canada

**Ottawa (Ontario)**

Geological Survey of Canada.

**Quebec (Quebec)**

Geographical Society of Quebec

&lt;&lt; Le Naturaliste Canadien &gt;&gt;

Université Laval

**Toronto (Ontario)**

Canadian Institute

Public Library

**Winnepeg**

Manitoba Historical and Scientific Society

**NEW-BRUNSWICK****St. John's**

Natural History Society of New Brunswick

**NOVA SCOTIA****Halifax**

Nova Scotia Institute of Science

**ESTADOS UNIDOS****ALABAMA****Tuscaloosa**

Geological Survey of Alabama

**CALIFORNIA****Berkeley**

University of California

**Sacramento**

Agricultural Experiment Stations

California State Mining Bureau

**COLORADO****Denver**

Colorado College Scientific Society

**CONNECTICUT****Hartford**

Connecticut Historical Society

&gt;&gt; State Library

**Meriden**

Meriden Scientific Association

**New-Britain**

New-Britain Scientific Association

**New-Haven**

Connecticut Academy of Arts and Sciences  
(Yale College)

## DISTRICT OF COLOMBIA

**Washington**

Agricultural Department (Library of the)

Entomological Commission (Agric.  
Department)

United States Commission of Fish and  
Fisheries

Biological Society of Washington

Bureau of American Ethnology (Smiths.  
Inst.)

>> Education (Interior Department)

Library of the Interior Department

>> Surgeon General's Office

Navy Department Library

Smithsonian Institution

Scientific Library of Patent Office (Int.  
Depart.)

U.S. Coast and Geodetic (Survey Treasure  
Dep.)

>> Geographical and Geological Survey of  
Rocky, Mountain Region

>> Geographical and Geological Survey of  
the Territories

>> Geographical Survey (Interior  
Department)

>> National Museum

>> Naval Observatory

War Department Library

Washington Microscopical Society

## ILLINOIS

**Chicago**

Chicago Academy of Sciences

Field Columbian Museum

University of Chicago

**Normal**

Illions State Laboratory of. Nat. History

**Springfield**

Geological Survey of Illinois

Illinois State Museum of Natural History

## INDIANA

**Indianapolis**

Department of Geology and Natural  
History

Geological Survey of Indiana

Indiana Academy of Sciences

>> State Board of Agriculture

## IOWA

**Davenport**

Davenport Academy of Sciences

**Des Moines**

Des Moines Academy os Sciences

**Dubuque**

Iowa Institute of Sciences and Arts

**Iowa City**

Laboratory of Natural History of the  
University of Iowa

## KANSAS

**Lawrence**

University of Kansas

**Topeka**

Kansas State Historical Society

## MAINE

**Portland**

Portland Society of Natural History

## MARYLAND

**Baltimore**

Maryland Geological Survey

## MASSACHUSETTS

**Amhursy**

Massachusetts Agricultural College

**Boston**

American Academy of Arts and Sciences

**Cambridge**

Museum of Comparative Zoology

**Medeford**

Tufts College Library

**Salem**

Essex Institute

**Springfield**

Springfield Museum of Natural History

## MINNESOTA

**Minneapolis**

Geological and Natural History

Minnesota Academy of Natural Sciences

## MISSOURI

**Jefferson City**

Missouri Geological Survey

**St. Louis**

Missouri Botanical Garden

>> Historical Society

Public Library

St. Louis Academy of Sciences

**Trenton**

Geological Survey of New-Jersey

## MONTANA

**Missoula**

University of Montana

## NEW-YORK

**Albany**

New-York State Library

**Brooklin**

Brooklin Entomological Society

**Bufalo**

Bufalo Society of Natural Sciences

**New-York City**

American Geographical Society

>> Numismatic and Archeological Society

**Rochester**

Academy of Sciences

Geological Society of America

**NORTH CAROLINA****Chapel Hill**

Elisa Mitchell Scientific Society

University of North Carolina

**OHIO****Cincinnati**

Cincinnati Museum Association

>> Society of Natural History

>> University

Historical and Philosophical Society of Ohio

**PENNSYLVANIA****Philadelphia**

Academy of Natural Sciences

Franklin Institute

Free Museum of Science and Art

University of Pennsylvania

**Pittsburgh**

Carnegie Museum

**TEXAS****Austin**

Texas Academy

**WISCONSIN****Madison**

State Historical Society of Wisconsin

University of Wisconsin

**MEXICO****Mexico**

Bibliotheca del Observatorio  
Meteorológico Magnético Central

Dirección General de Estadística

Escuela de Medicina

Instituto Médico Nacional

Museo Nacional

Revista Científica Mexicana

Secretaría de Fomento, Colonización e  
Industria

Sociedad Científica <<Antonio  
Alzate>>

>> Mexicana de Historia Natural

**Tacubaya**

Observatorio Astronómico Nacional de  
Tacubaya

**AMERICA DO SUL****BRASIL**

## ALAGÔAS

**Maceió**

Instituto Archeologico e Geographico  
Alagoano

## BAHIA

**Bahia**

Archivo Publico

Bibliotheca da Faculdade de Medicina da  
Bahia

Escola Agricola da Bahia

Secretaria de Agricultura, Viação,  
Industria e Obras Publicas do Estado da  
Bahia

## CAPITAL FEDERAL

**Capital Federal**

Academia Nacional de Medicina

Bibliotheca da Escola de Bellas Artes

>> Marinha

>> Nacional

Brazil Illustrado

Brasilian Mining Review

<<Diario Official>>

Direcção do Jardim Botanico

Directoria Geral de Saude Publica

<< Gazeta de Noticias>>

Instituto de Protecção e Assistencia à  
Infancia do Rio de Janeiro

>> Fluminense de Agricultura

>> Hahnemanniano do Brazil

>> Historico e Geographico Brasileiro

>> Polytechnico Brasileiro

Jornal da Ordem Medica Brasileira

<< Jornal do Brazil>>

Observatorio Astronomico do Rio de  
Janeiro

<< O Paiz >>

Repartição da Carta Maritima

<< Revista Maritima Brasileira >>

<< >> Policial

<< >> Scientifica

Secção da Sociedade Geographica de  
Lisboa no Brazil

Sociedade Auxiliadora da Industria  
Nacional

>> Nacional de Agricultura

>> de Geographia do Rio de Janeiro

<< Tribuna Medica >>

## MINAS GERAES

**Ouro Preto**

Escola de Minas

<< Revista Industrial de Minas Geraes >>

## PARÁ

**Belém**

Bibliotheca do Archivo Publico do Pará

Museu Goeldi

## PARANÁ

**Curityba**

Museu Paranaense

**PERNAMBUCO**

**Recife**

Faculdade de Direito

**RIO GRANDE DO SUL**

**Pelotas**

Lyceu Rio Grandense de Agronomia

<< Revista Agricola do Rio Grande do Sul  
>>

**SANTA CATARINA**

**Desterro**

Club Doze de Agosto

**S. PAULO**

**Campinas**

Instituto Agronomico do Estado de S. Paulo

**S. Paulo**

Commissão Geographica e Geologia do Estado de S. Paulo

Museu Paulista

Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do estado de S. Paulo

Sociedade de Medicina e Cirurgia

**CHILE**

**Santiago**

<< Pensamiento (El) Latino >>

Seccion de ensayos zoologicos i botánicos del Ministerio de Industria

Societé Scientifique du Chile

**Valparaiso**

Museo de Valparaiso

**COLUMBIA**

**Bogotá**

Oficina de Historia Natural

**GUYANAS**

**Georgetown (British Guiana)**

Geological Survey of British Guiana

**PERÚ**

**Lima**

Academia de Ciencias Naturales

Cuerpo de Ingenieros de Minas

Ministerio de Fomento

Sociedad Geografica de Lima

**REPÚBLICA DA ARGENTINA**

**Buenos Aires**

Biblioteca Nacional de Buenos Aires

Departamento Nacional de Estadistica

Dirección General de Correos y Telégrafos

<< El Monitor de la Educación común >>

Instituto Geográfico Argentino

<< La Ilustración Sud-Americana >>

Museo Nacional de Buenos Aires

Oficina Central del Censo Escolar Nacional

Sociedad Científica Argentina

### **Córdoba**

Academia Nacional de Ciencias de Córdoba

### **La Plata**

Dirección General de Estadística

Museo Público de La Plata

## **URUGUAY**

### **Montevideo**

Asociación Rural del Uruguay

Estadística Municipal del Departamento de Montevideo

Museo Nacional de Montevideo

## **VENEZUELA**

### **Caracas**

<< Gazeta Científica >>

Ministerio de Fomento – Dirección de Agrícola

Sociedad de Ciencias Físicas y Naturales

Universidad Central de Venezuela

## **ANTILHAS**

### **CUBA**

#### **Habana**

Academia de Ciencias Médicas, Físicas y Naturales de la Habana

## **ASIA**

### **CHINA**

#### **Shanghai**

Royal Asiatic Society

#### **Caleutá**

Indian Museum

#### **Madras**

Gouvernement Central Museum

## **JAPÃO**

#### **Tokyo**

Tokyo Imperial Museum

Tokyo Zoological Society

## **EUROPA**

### **ALLEMANHA**

**Altenburg (Prussia)**

Naturforschende Gesellschaft des  
Osterlandes

**Annaberg (Saxonia)**

Annaberg–Buchholser Verein für  
Naturkunde

**Augsburg (Bavaria)**

Naturwissenschaftlicher Verein für  
Schwaben und Neuburg

**Bamberg (Bavaria)**

Naturforschende Gesellschaft

**Berlin**

Berliner Gesellschaft für Anthropologie,  
Ethnologie und Urgeschichte

Botanischer Verein der Provinz  
Brandenburg

Deutsche Anthropologische Gesellschaft

Gesellschaft Naturforschender Freunde

Königliche Akademie der Wissenschaften

>> Geologische Landes-Anstalt und Berg.  
Akademie

Königliches Museum

**Bonna (Prussia Rhenana)**

Naturhistorischer Verein der preussischen  
Rheinland, Westfalens und Reg.

Bez. Osnabrück

Niederrheinische Gosellschaft für Natur-  
und Heilkunde

**Braunsberg (Prussia)**

Königl. Lyceum Hosianum in Braunsberg

**Braunschweig (Braunschweig)**

Deutsche Ornithologische Gesellschaft

Herzogliches Naturhistorisches Museum

Verein für Naturwissenschaft zu  
Braunschweig

**Bremen**

Bibliothek des Museums

Landwirtschaft Verein für das Bremische  
Gebiete

Naturwissenschaftlicher Verein in Bremen

**Breslau (Prussia)**

Schlesische Gesellschaft für  
Vaterländische Kultur

**Chemnitz (Saxonia)**

Naturwissenschaftliche Gesellschaft

**Colmar (Alsacia)**

Société d'Histoire Naturelle de Colmar

**Danzig (Prussia)**

Naturforschende Gesellschaft in Danzig

**Dresden (Saxonia)**

<< Flora >> - Gesellschaft für Botanik und  
Gartenbau

Gesellschaft für Natur-und Heilkunde

**Dresden**

Königliche Oeffentliche Bibliothek

>> Sächsische Verein für Alterthumer

Naturwissenschaftliche Gesellschaft  
<<Isis>>

**Durkeim a.d.H. (Bavaria)**

<<Pollichia>> - Naturwissenschaftlicher  
Verein der Rheinpalz

**Elberfeld (Prussia)**

Naturwissenschaftlicher Verein in Elberfeld

**Erfurt (Prussia)**

Verein für die Geschichte und  
Alterthumskunde von Erfurt

**Erlangen (Bavaria)**

Physikalisch – Medicinische Societät

**Frankfurt am Maine (Prussia)**

Senkenbergische Naturforschende  
Gesellschaft

**Frankfurt a. Oder (Prussia)**

Naturwissenschaftlicher Verein für des Reg.  
- Bezirkes Frankfurt

**Freiberg (Saxonia)**

Königl – Sächsische Berg. Akademie

**Freiberg (Baden)**

Naturforschend Gesellschaft

**Gera (Reuss)**

Gesellschaft der Freunde der  
Naturwissenschaften

**Giessen (Hesse)**

Oberhessische Gesellschaft für Natur-und  
Heikunde

**Görlitz (Prussia)**

Naturforschend Gesellschaft

Oberlausitzische Gesellschaft der  
Wissenschaften

**Greifswald (Prussia)**

Naturwissenschaftlicher Verein von  
Neuvorpommern und Rügen

**Güstrow (Meklenburgo)**

Verein der Freunde der Naturgeschichte in  
Meklenburg

**Halle a.d. Saale (Prussia)**

Kaiserliche Leopold – Carol. Akademie  
der deutschen Naturforscher

Naturforschende Gesellschaft

**Hamburg**

Naturhistorisches Museum

Naturwissenschaftlicher Verein in  
Hamburg

**Hanau (Hesse)**

Wetterauischen Gesellschaft für die  
gesamnte Naturkunde

**Hannover (Prussia)**

Königl. Oeffentliche Bibliothek

Provinzial – Museum

**Heidelberg (Baden)**

Naturhistorische – Medicinischer Verein

**Jena (Saxe-Weimar)**

Verein für Thüringische Geschichte und  
Alterthümkunde

**Karlsruhe (Baden)**

Astrophysikalische Observatorium  
Konigstuhl-Heidelberg

Naturwissenschaftlicher Verein

**kassel (Prussia)**

Verein für Naturkunde

Verein (Naturwissenschaftliche) für  
Schleswig Holstein

**Kiel (Prussia)**

Universitäts – Bibliothek

**Königsberg (Bavaria)**

Königl. Physikalisch – Oekonomische  
Gesellschaft

**Landshut ((Bavaria)**

Naturwissenschaftlicher Verein Landshut

**Leipzig (Saxonia)**

Fürstlich Jablonowskischen Gesellschaft

Königl. Sächsische Gesellschaft der  
Wissenschaften

Museum für Volkerkunde in Leipzig

Verein für Erdkund

Zeitschrift für Wissenschaftl. Zoologie

>> >> angewandte Mikroskopie und  
Klinische Chemie

**Leisnig (Saxonia)**

Geschichts und Alterthums – Verein

**Lubeck**

Naturhistorisches Museum

**Lüneburg (Prussia)**

Naturwissenschaftlicher Verein für das  
Fürstentum Lüneburg

**Magdeburg (Prussia)**

Naturwissenschaftlicher Verein

**Meissen (Saxonia)**

Naturwissenschaftlicher Gesellschaft

**Metz (Lorena)**

Académie de Metz

Verein für Erdkunde

**München (Bavaria)**

Deutsche Gesellschaft für Anthropologie,  
Ethnologie und Urgeschichte

Geographische Gesellschaft

Königl. Baierische Akademie der  
Wissenschaften

**Nürnberg (Bavaria)**

Naturhistorische Gesellschaft

**Offenbach (Baden)**

Verein für Naturkunde

**Osnabrück (Prussia)**

Naturwissenschaftlicher Verein

**Passau (Bavaria)**

Naturhistorischer Verein

**Posen (Prussia)**

Historische Gesellschaft für die Provinz  
Posen

**Regensburg (Bavaria)**

Königl. Baierisch Botanische Gesellschaft

Naturwisseneschaftlicher Verein

**Stettin (Prussia)**

Entomologischer Verein in Stettin

**Strassburg (Alsacia)**

Kaiserliche Universitäts – und Landes  
Bibliothek

Société des Sciences, Agriculture et Arts  
de la Basse Alsace

**Stuttgart (Württemberg)**

Verein für Vaterländische Naturkunde in  
Wurttemberg

**Tübingen (Württemberg)**

Königl. Universitäts – Bibliothek

**Ulm a. D. (Württemberg)**

Verein für Mathematik und  
Naturwissenschaften

**Wernigerode (Prussia)**

Naturwisseneschaftlicher Verein des  
Harzes

**Wiesbaden (Prussia)**

Nassauischen Verein für Naturkunde

Verein für Nassauische Alterthumskunde  
und Geschichtsforschung

**Wüzburg (Bavaria)**

Physikalische – medicinische Gesellschaft

**Zwickau (Saxonia)**

Verein für Naturkunde

**AUSTRIA-HUNGRIA**

**Agram (Croatia)**

Jugoslavenske Akademije

Societas Historico – Naturalis Croatica

**Brünn (Moravia)**

Naturforschender Verein

**Budapest (Hungria)**

<< Aquila >> - Zeitschrift für Ornithologie

K. Magyar Természettudományi Társulat

>> Ungar – Geologische Anstalt

Magyar Nemzeti Museum

Természetrázi Füzetek

**Czernowitz (Bukovina)**

K.K. Franz – Josephs – Universitäts

**Grätz (Styria)**

Naturwissenschaftlicher Verein für  
Steiermark

Verein (K.) der Aerzte in Steiermark

**Hermannstadt (Transilvania)**

Siebenburgischer Verein für  
Naturwissenschaften

Verein für Siebenburgischer Landeskunde

**Innsbruck (Tyrol)**

Naturwissenschaftlicher – Medicinischer  
Verein

**Linz (Alta Austria)**

Museum Francisco-Carolinum

**Prag (Bohemia)**

K. böhmisch Gesellschaft der  
Wissenschaften

K. deutsch Carl-Ferdinand – Universität  
Bibliothek

Naturwissenschaftlicher – Medicinische  
Verein << Lotos >>

**Presburg (Hungria)**

Verein für Natur-und Heilkunde zu  
Pözsony

**Reichenberg (Bohemia)**

Verein der Naturfreunde

**Rovereds (Tyrol)**

I.R. Accademia di Scienze, Lettere ed Arti  
degli Agiati in Rovereto

**Trieste (Illyria)**

Museo Civico di Storia Naturale di Trieste

Società Adriatica di Scienze Naturali

**Wien (Baixa Austria)**

Anthropologische Gesellschaft

Kaiserlicher Akademie der Wissenschaften

K.K Geologische Reichsanstalt

>> >> Naturhistorisches Hof-Museum

>> >> Universtäts Bibliothek

>> >> Zoologisch-Botanische  
Gesellschaft in Wien

Naturwissenschaftlicher Verein an der  
Universität Wien

Verein zur Verbreitung  
Naturwissenschaftlicher Kenntnisse

## BÉLGICA

### Auvers

Académie Royale d'Archéologie de  
Belgique

### Bruxelles

Académie Royale de Belgique

Commission Belge des Echanges  
Internationaux

Institut Géographique de Bruxelles

Jardin Botanique de l'Etat

Mission Scientifique du Ka-Tanga

Musée d'Histoire Naturelle de Belgique

>> de l'Etat Indépendant du Congo

Observatoire Royal de Belgique

Société Belge de Microscopie

>> Entomologique de Belgique

>> Royale Belge de Géographie

>> >> Botanique de Belgique

>> >> Linnéenne de Bruxelles

>> >> Malacologique de Belgique

### Charleroi

Société Paléontologique et Archéologique  
de l'Arrondissement judiciaire de Charleroi

### Gand

Société Royale de Botanique de Belgique

### Liège

Institut Archeologique Liégeois

>> Botanique de l'Université de Liège

Société Géologique de Belgique

### Louvain

Université Catholique

### Mons

Cercle Archéologique de Mons

Société des Sciences, des Arts et des  
Lettres du Hainaut

## DINAMARCA

### Kjobenhavn (Copenhague)

Danish Ingolf – Expedition

Kongelige Danske Videnskabernes Selskab

Naturhistoriske Forening i Kljobenhavn

## FRANÇA

### Aix-en-Provence

Académie des Sciences, Agriculture, Arts  
et Belles Lettres

### Alençon

Société Historique et Archéologique de  
l'Orne

### Amiens

Société Linnéenne du Nord de la France

### Angers

Académie des Sciences et Belles-Lettres

Société d'Etudes Scientifiques

### Angoulême

Société Archéologique et Historique de la  
Charente

### Autun

Société d'Histoire Naturelle d'Autun

**Bar-le-Duc**

Société des Lettres, Sciences et Arts

**Beaune**

Société d'Archéologie, d'Histoire et de Littérature de l'Arrondissement de Beaune

**Beauvais**

Société Académique d'Archéologie du Diocèse de Beauvais

**Besançon**

Académie des Sciences, Belles-Lettres et Arts de Besançon

**Béziers**

Société d'Etude des Sciences Naturelles de Béziers

>> Archéologique, Scientifique et Littéraire de Béziers

**Bordeaux**

Académie des Belles-Lettres, Sciences et Arts de Bordeaux

Société Archéologique de Bordeaux

>> Linnéenne de Bordeaux

**Caën**

Société Linnéenne de Normandie

**Châlons-sur-Saône**

Société d'Histoire et d'Archéologie de Châlons

>> des Sciences naturelles de Saône et Loire

**Chartres**

Société Archéologique d'Eure-et-Loir

**Cherbourg**

Académie Nationale des Sciences Naturelles et Mathématiques de Cherbourg

**Dijon**

Académie des Sciences, Arts et Belles-Lettres

Commission des Antiquités du Département de la Côte d'Or

**Douai**

Société d'Agriculture, Sciences et Arts

**Havre (Le)**

Société Géologique de Normandie

**Lille**

Société des Sciences, d'Agriculture et des Arts de Lille

**Lyon**

Académie des Sciences, Belles-Lettres et Arts de Lyon

Musée d'Histoire Naturelle de Lyon

Société d'Agriculture, Sciences et Industries

>> de Géographie de Lyon

**Marseille**

Faculté des Sciences de Marseille

Société de Statistique de Marseille

**Montauban**

Académie des Sciences, Belles-Lettres et Arts de Tarn et Garonne

Société Archéologique de Montpellier

**Nancy**

Académie de Stanislas

Société des Sciences de Nancy

**Nîmes**

Société d'Etudes des Sciences Naturelles

**Orléans**

Société d'Agriculture, Sciences, Belles-Lettres et Arts d'Orléans

### **Paris**

Ministère de l'Instruction Publique

Musée d'Histoire Naturelle

Société d'Anthropologie

>> de Géographie

>> >> Spéléologie

>> Entomologique de France

>> Géologique >> >>

>> National d'Horticulture de France

>> Zoologique de France

### **Perpignan**

Société Agricole, Scientifique et Littéraire des Pyrénées Orientales

### **Rouen**

Académie des Sciences, Belles-Lettres et Arts de Rouen

### **Toulouse**

Société d'Histoire Naturelle et des Sciences Biologiques et Énergétiques de Toulouse

Société Ramond

Université de Toulouse

## **GRECIA**

### **Athenas**

Musée Education

## **HESPANHA**

Real Academia de Ciencias exactas, físicas y naturales de Madrid

## **HOLLANDA**

### **Amsterdam**

Koninklijke Akademie van Wetenschappen

### **'s Gravenhage (Haya)**

Hollandsch Maatschapij der Wetenschappen

Koninklijke Bibliotheek

Nederlandsche Entomologische Vereeniging

### **Groningen**

Natuurkundige Genootschap

### **Haarlem**

Musée teyler

Société Hollandaise des Sciences à Harlem

### **Leiden**

Musée Botanique de Leide

Nederlandsche Dierkundige Vereeniging

Rijks Ethnographisch Museum te Leiden

### **Leuwarden**

Frisch Genootschap voor Geschied-Oudheid-en-Taalkunde

## **INGLATERRA**

## **GRÃ-BRETANHA**

### **Cambridge**

Cambridge Philosophical Society

### **Edinburgh**

Botanical Society of Edinburgh

Edinburgh Geological Society

Royal Physical Society

>> Society of Edinburgh

### **Glasgow**

Natural History Society of Glasgow

Royal Philosophical Society

### **Leeds**

Geological and Polytechnic Society

### **Liverpool**

Free Public Library

Liverpool Geological Society

### **London**

Geological Society

>> >> Library

Journal of Conchology

>> >> the Anthropologica Institute

### **Manchester**

Geological and Mining Society

Manchester Museum Owens College

### **Penzance**

Royal Geological Society

### **Plymouth**

Natural History and Antiquarian Society

## **IRLANDA**

### **Belfast**

Belfast Natural History and Philosophical Society

### **Dublin**

Royal Dublin Society

>> Irish Academy

## **ITALIA**

### **Acireale**

Accademia di Scienze, Lettere ed Arti degli Zelanti-Acireale

### **Bologna**

R. Accademia delle Scienze dell' Istituto di Bologna

### **Brescia**

Commentari dell' Ateneo di Brescia

### **Catania**

R. Accademia Gioenia di Scienze Natural in Catania

### **Chiavari**

Società Economica di Chiavari

### **Firenze**

Museo dei Vertebrati di Firenze.

Reale Orto Botanico di Firenze

Società Entomologica Italiana

>> Italiana d'Antropologia, Etnologia e Psicologia comparata

### **Genova**

Museo di Zoologia e Anatomia comparata in Genova

### **Milano**

Museo Civico di Storia Naturale in Milano

Seuola Superiore d'Agricoltura in Milano

### **Modena**

R. Accademia di Scienze in Modena

### **Napoli**

R. Accademia delle Scienze fisiche e matematiche

Museo Zoologico della R. Università di Napoli

Società Africana d'Italia

>> di Naturalisti in Napoli

### **Pavoda**

Reale Accademia di Scienze, Lettere ed Arti in Padova

Società Veneto-Trentina di Scienze Naturali

### **Palermo**

Reale Accademia di Scienze Naturali e Belle Arti

### **Pisa**

Società Toscana di Scienze Naturali

### **Roma**

Reale Accademia dei Lincei

### **Torino**

Reale Accademia delle Scienze

Museo di Zoologia ed Anatomia compartita della R. Università di Torino

## **LUXEMBURGO**

### **Luxemburg**

Institut Gran-Ducal de Luxembourg

Société Botanique du Gran-Duché de Luxembourg

Verein Luxemburger Naturfreunde (Fauna)

### **Monaco**

Musée Océanographique de Monaco

## **NORUEGA**

### **Kristiania**

Nordhavs-Expedition

Videnskabs Selskabet i Kristiania

## **PORTUGAL**

### **Coimbra**

Sociedade Broteriana

### **Lisboa**

Comissão do Serviço Geologico de Portugal

Sociedade de Geographia de Lisboa

### **Porto**

<<Portugalia>> Materiaes para o estudo do povo portuguez

### **S. Fiel**

<<Broteria>> Revista de Sciencias Naturaes do Collegio de S. Fiel

## **RUSSIA**

### **Helsingfors**

Commission Géologique de Finlande

Societas pro Fauna et Flora Fennica

### **Kazan**

Société des Naturalistes de Kiew

### **Moscou**

Société Impériale des Naturalistes de Moscou

### **Odessa**

Club Alpin de la Crimée

Société des Naturalistes de la Nouvelle  
Russie

### **S. Petersburg**

Académie Impériale des Sciences

Comité Géologique de la Russie

Jardin Impériale Botanique

Russich – Kaiserlich Mineralogische  
Gesellschaft zu St. Petersburg

## **SUECIA**

### **Göteborg**

Konglika Vetenskaps och Vitterhets  
Samället

### **Lund**

Lunds Universitets Bibliotek

### **Stockholm**

Entomologiska Föreningen i Stockholm

Kongliga Svenka Vetenskaps Akademien

Kungl. Vitterhets Historie och Antiquitets  
Akademien

Sveriges Geologiska Undersökning

### **Upasala**

Upsala universitet

## **SUISAA**

### **Aaran**

Aorganische Naturforschende Gesellschaft

### **Basel**

Naturforschende Gesselschaft

### **Bern**

Schweizerische Naturforschende  
Gesselschaft

### **Lausanne**

Société Vaudoise de Sciences Naturalles

### **Neuchatel**

Société Neuchateloise de Géographie

>> >> des Sciences Naturelles

### **St. Gall**

St. Gallische Naturwissenschaftliche  
Gesellschaft

### **Sion**

La Murithienne – Societé Valaisanne des  
Scieces Naturelles

### **Zürich**

Geographisch Ethnographische  
Gesellschaft Zürich

Naturforschende Gesellschaft

## **OCEANIA**

## **MALASIA**

## **JAVA**

### **Batavia**

Koninklijke Natuurkundige Vereeniging in  
Nederslandsch-Indië

Royal Magnetical and Meteorological  
Observatory at Batavia

## **MELANESIA**

## **AUSTRALIA**

**NOVA GALLES MERIDIONAL****Sydney**

Australina Museum

Department of Mines

Geological Survey of New South Walles

Linnean Society &gt;&gt; &gt;&gt; &gt;&gt; &gt;&gt;

Royal Anthropological Society of  
Australasia**QUEENSLAND****Brisbane**

Department of Agriculture

Queensland Museum

**VICTORIA****Melbourne**

Australasian Institute of Mining Engineers

Geological Survey of Victoria

National Museum

Secretary for Mines and Water Supply

**POLYNESIA****HAWAII****Honolulu**Bernice Pauahi Bishop Museum of  
Polynesian Ethnology and Natural History**NOVA ZELANDIA****Wellington**Colonial Museum and Geological Survey  
Department

New Zealand Institute